

DIOGO



03

POR JOAQUIM VIEIRA



**FREITAS
DO AMARAL**

RETRATOS POLÍTICOS II
BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

SÁBADO

DIOGO

FREITAS

**FREITAS
DO AMARAL**

POR JOAQUIM VIEIRA

SÁBADO

Coordenação editorial

João Pombeiro

Revisão

João Alexandre

Capa e paginação

PixelReply.pt

Fotografia de capa

Guilherme Venâncio/Lusa

RETRATOS POLÍTICOS II

Breves Biografias de Políticos Portugueses

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2025 | Medialivre, 2025

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 529811/24

ISBN: 978-989-9080-38-6

Impresso em abril de 2025 na Multiponto, S.A.



WWW.REVERSOEDITORA.PT



Diogo Freitas do Amaral na inauguração da
sede da sua candidatura às eleições presidenciais
(Lisboa, 31 de julho de 1985).

**A UM PASSO
DA GLÓRIA**

ÍNDICE

09	UM POLÍTICO PARA TODOS OS GOSTOS
13	O SALAZARISMO NO SANGUE
19	UMA INFLUÊNCIA INGLESA
27	O MELHOR ALUNO
35	O DISCÍPULO E O MESTRE
41	OFICIAL E CAVALHEIRO
47	A «NOVA DIREITA»
55	O PRUDENTE DISSIDENTE
61	O AROMA DA LIBERDADE
67	«UM GRANDE SERVIÇO AO PAÍS»
73	O CERCO À DEMOCRACIA-CRISTÃ
81	O SUCESSO NAS URNAS
87	COM UM PÉ NO GOVERNO
95	A ALIANÇA NATURAL
101	O ÊXTASE...
105	... E A AGONIA
109	O TRIUNFO DA REVISÃO
115	O «COVEIRO» DA ALIANÇA
121	UMA TANGENTE A BELÉM
129	DO TÁXI PARA PRESIDIR AO MUNDO
135	«À MINHA MANEIRA»
141	BIBLIOGRAFIA

UM POLÍTICO PARA TODOS OS GOSTOS

«**H**ouve uma primeira fase em que, com o país demasiado virado à esquerda, acentuei sobretudo valores de direita. E uma segunda fase em que, julgando eu que o país estava demasiado virado à direita, acentuei sobretudo valores de esquerda.» Este é o autorretrato do percurso político *sui generis* traçado por Diogo Freitas do Amaral, através do qual, de alguma forma, explicou a sua sinuosidade ideológica por um desejo de equilíbrio da nau nacional em que navegava.

Tratou-se, contudo, de uma explicação *a posteriori*, apresentada em fim de vida, porque, se as mudanças de pensamento deste católico e docente universitário foram sendo notórias, do salazarismo da juventude para a democracia-cristã (bebida nas encíclicas papais sobre a doutrina social da Igreja, desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII, datada de 1891 e que tanto formatou também a ideologia juvenil de Salazar), a que juntou o liberalismo, daí evoluindo para uma proximidade à social-democracia, com laivos de alteromundialismo e antiglobalismo, percebeu-se também que não foi para contrabalançar a embarcação mas porque, verdadeiramente, o contacto com novas realidades foi alterando as suas convicções.

No Direito Público, que foi a sua vocação profissional e ensinou até não mais poder, identificou-se com um mundo ordenado de regras e respeito pela lei, conceitos que sempre lhe enquadraram a atividade política. Da cadeira de professor, levou a clareza de exposição, o raciocínio lógico e a linguagem direta, clara e pedagógica, sem artifícios, tortuosidades ou eufemismos.

Depois, o tímido rapaz, filho de boas famílias e com uma educação esmerada, precisou de meter as mãos na massa. Foi metódico e determinado, definindo objetivos e lutando por eles através de muita disciplina e muito labor. Um amigo de infância, que acompanharia com regularidade a sua vida, comentou que é «pouco dado à inspiração mas muito à transpiração», concluindo: «Não tenho dúvidas de que a passagem dele pela política representa um esforço de transpiração.»

Não teve porém problemas com a inspiração, que foi fornecida por quem desde muito cedo o coadjuvou: Adelino Amaro da Costa, porventura o seu maior amigo. Juntos, com a sistematização do primeiro e a imaginação do segundo, ergueram do nada toda uma formação política após o 25 de Abril, o Centro Democrático Social, de que era ele o líder formal e que se tornou num dos quatro pilares partidários em que se fundou o atual regime constitucional – sendo que os restantes já possuíam, como vantagem, um pesado lastro sobre o qual edificaram alicerces: o Partido Comunista Português e o Partido Socialista vinham da resistência à ditadura e o Partido Popular Democrático (depois Partido Social Democrático) derivou da «ala liberal» que pouco antes contestara por dentro o velho «Estado Novo», onde a Salazar sucedera Marcello Caetano, lente em Direito e tutor académico de Freitas do Amaral.

No exílio brasileiro a que foi remetido após a sua queda, Caetano haveria de fazer uma severa avaliação do ex-discípulo: «O Diogo é o tipo de intelectual puro que desejaria viver com os princípios. Mas, como ignora tudo da realidade envolvente, quando olha para a vida é capaz de sacrificar os princípios pelas

situações. Tem craveira de governante, mas na sua frieza intelectual dificilmente será um líder político. Nesse aspeto, não lhe antevejo grande futuro em Portugal.»

Foi pois contra esta funesta profecia que Freitas do Amaral construiu a sua carreira política. Cedo terá percebido as limitações do partido a que presidia: queria-o «rigorosamente ao centro», mas o grupo parlamentar centrista sentava-se no parlamento nos lugares mais à direita, atraindo em conformidade eleitorado do mesmo espectro, e até saudosistas do anterior regime. Isso impedi-lo-ia de chegar a primeiro-ministro, tendo o CDS de viver permanentemente como partido subsidiário de pelo menos outro de maior dimensão em eventuais coligações governamentais.

Acabou assim por abandonar a liderança centrista, assestando baterias para a Presidência da República, e a luta por chegar ao Palácio de Belém transformou-se no maior desígnio político da vida de Freitas do Amaral. Esteve quase lá, mas a maldição marcelista foi mais forte.

Este melómano viveu à sua maneira um wagneriano crepúsculo dos deuses, ele cuja vida foi marcada pela tragédia: primeiro, na infância, com a perda de dois irmãos de sangue, depois, em adulto, com a perda de dois irmãos de combate (um deles o próprio Amaro da Costa).

Continuou a navegar, passou mesmo por uma alta instância internacional, embora dando a impressão de andar um pouco à deriva. Quis dar-se bem com todos e acabou respeitado mas ao mesmo tempo só, sem garantir nenhuma fidelidade.

Deixou porém, na política portuguesa, um traço mais profundo do que o seu mestre antevira.

O SALAZARISMO NO SANGUE

O ano de 1941, quando a Segunda Guerra Mundial deu jus ao nome, tornando-se de facto global com a invasão nazi da União Soviética e o ataque japonês a Pearl Harbor, não era o mais auspicioso para se conhecer a luz do dia, mas assim aconteceu com Diogo Pinto de Freitas do Amaral, na Póvoa de Varzim, pelas 18h de 21 de julho.

Nasce, de qualquer modo, em ambiente privilegiado, capaz de o poupar aos efeitos do conflito, que se fariam sentir na carestia de vida a envolver Portugal, mesmo não sendo país beligerante. É batizado na igreja matriz de Póvoa de Varzim pelo padre Abel Varzim, amigo dos pais, deputado à Assembleia Nacional (AN – um arremedo de parlamento) e, por mero acaso, já em rota de colisão com António de Oliveira Salazar, há quase uma década chefe do governo ditatorial do «Estado Novo» (regime instaurado na sequência do derrube da I República pelo golpe militar de 26 de maio de 1926 e dotado de Constituição em 1933).

A família, minhota de ambos os ramos, guardava do lado paterno pergaminhos de pequena aristocracia, resultando da junção, quase 120 anos antes, de dois clãs de Guimarães: os Pinto de Carvalho, da casa do Guardal, e os Freitas do Amaral, da casa

de Sezim. As lutas liberais dividiram a família e afetaram o seu património, com os filiados de cada facção a incendiarem os residências dos oponentes, de tal modo que o avô paterno de Diogo, Duarte Pinto de Freitas – oficial de infantaria que subiu às altas patentes do Exército após participar nas campanhas de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique, e por isso tratado pelas crianças como «avô coronel» –, já não conseguiu herdar nem uma casa nem outra.

Quanto aos avós maternos, eram de Póvoa de Varzim, tendo ele, Josué Trocado, licenciado em Letras, seguido uma sólida carreira no campo musical, como organista, compositor, musicólogo e professor (no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa) de Canto Coral, disciplina de cuja reforma foi encarregado em 1932. Ex-seminarista e íntimo de grande parte da hierarquia católica (incluindo o cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira), possuía capela privativa na sua casa das Avenidas Novas, na capital, onde se rezava missa todos os domingos com a participação habitual de um amigo surgido por intermédio de Cerejeira: Salazar. Foi numa dessas manhãs dominicais, em julho de 1937, à chegada do «presidente do Conselho» para o serviço religioso, que se deu um atentado contra a vida do governante, através da detonação de uma potente carga de dinamite colocada por anarquistas numa conduta de esgotos na rua, tendo escapado ileso.

Mas, se um avô era apoiante do Estado Novo, não o era menos o outro: como comandante de regimento em Braga, Duarte Pinto de Freitas abafou (sem causar vítimas) uma das várias rebeliões que se levantaram após 1926 contra a nova ordem (recusando receber pelo feito a Torre e Espada, por entender as condecorações militares só atribuíveis por ações contra inimigos externos).

Circunstâncias que colocavam a família de Diogo, católica, conservadora e tradicionalista, muito próxima do Estado Novo, como o próprio virá mais tarde a recordar, admitindo até ter de início ficado contagiado pelo culto ao fundador do regime: «Tanto os meus avós, de um lado e doutro, como os meus pais, eram

salazaristas. [...] Foi assim que na minha juventude me habituei a ouvir falar de Salazar com grande admiração, respeito e mesmo veneração. Li todos os volumes dos seus discursos, notas políticas e entrevistas. Confesso que na altura me impressionaram pela clareza, estilo e lógica; só mais tarde me comecei a aperceber das debilidades e limitações que comportavam.»

O pai, Duarte do Amaral, engenheiro civil licenciado no Porto, iniciou a carreira profissional como secretário de Salazar, quando o futuro chefe do governo ainda era ministro das Finanças. Veio depois a ser administrador delegado do Estado em diversas grandes empresas, incluindo a petrolífera Sacor, onde chegou a vice-presidente do conselho de administração. Será também deputado por Braga à AN em representação da União Nacional (UN), único partido autorizado e base de sustentação do regime. A mãe, Maria Filomena Trocado, além de ter herdado dotes musicais do pai, possuía diplomas de professora de línguas estrangeiras, que estudou na Suíça.

O local de nascimento de Diogo foi accidental: os pais viviam em Lisboa, estando apenas de férias na Póvoa de Varzim, terra natal da mãe. Ao vir ao mundo, o bebé tem já dois irmãos: Duarte, nascido em 1937, e Pedro, um ano mais novo. Mas a euforia pelo parto bem sucedido do terceiro varão cedo é abafada pela tragédia: duas semanas mais tarde, ainda sem ter completado os 4 anos, Duarte morre vitimado por uma meningite aguda, mal para o qual a ciência clínica ainda não tinha tratamento. Dada a beleza do miúdo, houve familiares a comentar que mais valia ter morrido Diogo, a ponto de o pai ter de intervir em defesa do recém-nascido: «Não se sabe o que lhe reserva o futuro.»

A desgraça bate de novo à porta da família quatro anos depois: durante uma inocente brincadeira na Casa da Eira, quinta tipicamente minhota que os avós maternos possuíam perto de Felgueiras e onde a família costumava ir em vilegiatura, Pedro cai e bate com a garganta no rebordo de uma cadeira, morrendo por asfixia nos braços da mãe ao fim de escassos minutos.

A transferência imediata de Diogo para casa de uma vizinha, poupando-o a presenciar a agonia daquele que era então o seu principal companheiro de infância, não lhe terá poupado o trauma. De súbito, ele adquire o estatuto de primogénito – além de filho único, até que, em 1948, nascerá um quarto irmão, João, que, apesar da diferença de idades, ainda será seu cúmplice de brincadeiras.

Sabe também exercer o ascendente de irmão mais velho. Um dos seus amigos de infância, o advogado Augusto Ferreira do Amaral, futuro ministro da Qualidade de Vida, recordará que «o desaparecimento dos irmãos lhe deu um sentido de responsabilidade muito grande – quase tratava o irmão mais novo como se fosse seu pai». De resto, a infausta memória fraterna marcá-lo-á para o resto da vida: um dos seus mais próximos colegas universitários afirmará que Diogo possuía «uma espécie de culto à memória dos irmãos mortos».

Nem ele se esquecerá do ambiente sombrio que caracterizou a casa Freitas do Amaral nesses anos de luto. Tudo indicava, perante as circunstâncias, que Diogo se tornaria uma criança excessivamente protegida, com todos os riscos e defeitos inerentes. Considerará porém que os pais lhe concederam uma autonomia razoável durante os seus tempos de formação.

O resto da sua juventude é mais tranquilo, em convívio com outros adultos da família, sempre próximos do salazarismo, dos quais vai absorvendo ideias. Entre eles, o seu tio Gaspar Freitas do Amaral, irmão do pai e futuro coronel de artilharia, amante da política e do debate ideológico, que vive sob o mesmo teto uns 12 anos e de quem o sobrinho virá a dizer: «Foi o meu verdadeiro irmão mais velho.» Solteiro e disponível, o tio Gaspar, enquanto frequenta ainda a Academia Militar, leva Diogo ao Jardim Zoológico para patinar, ao picadeiro da Rua Alexandre Herculano para praticar equitação ou ao futebol apenas para se distraírem.

Para espanto de toda a família, quando o oficial ainda é capitão, e presta serviço no quartel de Sacavém, a PIDE (Polícia

Internacional de Defesa do Estado, corporação secreta que perseguia toda a pessoa considerada adversária da política salazarista) aparece em casa para o deter, sob a denúncia de um subordinado que o vira na caserna a ler um livro de Lenine. Diogo fica com a visão do que era um regime capaz de prender, mesmo sem fundamento sólido, até «um salazarista, pelo “crime” de se interessar por conhecer o pensamento do inimigo».

Outro tio, irmão da mãe, o licenciado em Direito José Maria Trocado, é visita frequente de casa, deixando na memória do miúdo as vivas discussões a que assiste entre ele (de quem dirá ter «um ponto de vista democrata-cristão *avant la lettre*»), de um lado, e o pai e Gaspar Freitas do Amaral, do lado contrário.

Mas aparecem ainda pela residência, como convivas habituais, diversos amigos de uma forma ou outra ligados ao poder salazarista: o cardeal Cerejeira, que estendeu à família a amizade com Josué Trocado, passando ali a Ceia de Reis em cada 5 de janeiro, o almirante Américo Tomás, ministro da Marinha e Presidente da República a partir de 1958 (que surge numa fotografia entre os convidados de uma das festas de aniversário de Diogo), o ministro da Economia Daniel Barbosa (que terá educado o rapaz em conceitos como a «função social da propriedade privada» ou as «grandezas e misérias do dinheiro») ou o pai de Augusto Ferreira do Amaral, o aristocrata e engenheiro eletrotécnico João Maria Ferreira do Amaral, diretor-geral dos Serviços Industriais e vogal do Conselho Superior de Economia.

«Fui educado para ser um bom português e um bom católico», admitirá mais tarde Diogo Freitas do Amaral, revelando que nesses primeiros anos é sobretudo a mãe que acompanha a sua formação: «Foi uma educação segundo padrões estritos de moralidade e integridade.»

A fatalidade ocorrida na Casa da Eira não impede que a família continue a passar lá parte das férias estivais, impregnando no miúdo uma nostalgia pelo sítio que conservará ao longo da vida adulta.

UMA INFLUÊNCIA INGLESA

Com nove outros catraios da mesma idade, Diogo ingressa em Outubro de 1946 num novo colégio externo privado na Rua da Lapa em Lisboa, a Escola Ave-Maria, onde fará os quatro anos da educação primária. A escola abrira um ano antes apenas com uma aluna, o que levará o miúdo a acreditar que a tinha inaugurado com os colegas. Entre eles, muitos ficarão seus amigos para a vida, como o advogado Luís Mourisca: «Fomos todos muito marcados por esse estabelecimento, não só pela forma do ensino como pela preponderância da diretora – era uma doce ditadura.»

A diretora e proprietária, Maria Alexandra de Almeida Eusébio (filha de um ministro da Justiça do início da década anterior, José de Almeida Eusébio, e licenciada em Matemática), que os miúdos tratam por Minhana e com quem Diogo estabelecerá laços de grande afeto para o resto da vida, pôs de pé um projeto educativo que alia apurados métodos pedagógicos a um rigoroso enquadramento católico para os alunos. Eles reterão aliás na memória o hino cantado diariamente no início e fim das aulas: «Esta escola é vossa/ Ó Virgem Maria/ Por isso se chama/ Ave-Maria./ Ave, Ave, Ave-Maria/ Ave, Ave, Ave-Maria.»

Para Duarte do Amaral e Maria Filomena, são as condições ideais para dar início à carreira académica de um filho bastante apapricado. «O Diogo vinha muito recomendado pelos pais», recordará Carlos de Sá Ramalho, outro amigo e colega da escola. «Com ele, houve uns cuidados especiais.»

Se o rapaz se salientou na Avé-Maria, não foi propriamente por méritos estudantis: embora fosse aluno acima da média, haveria melhores, segundo a avaliação dos ex-colegas. Distingue-se antes por uma atitude que começa a ganhar forma como traço dominante da sua personalidade – a fleuma. «Era um rapaz desportista, participava nas brincadeiras, mas mantinha sempre a calma», testemunhará Luís Mourisca. O também amigo e colega desse tempo António Saldanha (outro advogado), dirá: «Era muito bem-educado. Não me lembro de cenas de pancada com ele.»

E Augusto Ferreira do Amaral (que não estava na Avé-Maria) adiantará: «Foi sempre um adulto em pequeno, de aspeto sisudo (embora sem ser triste), com muito juízo e sentido de responsabilidade. Tinha brincadeiras de pessoa crescida. Não cometia excessos. Aos nove anos, deram-me uma bola, joguei toda a tarde com ela, e ele ficou escandalizado por isso. Achava que se devia dedicar uma parte ao recreio e outra ao estudo.» O futuro ministro da pasta ambiental só fixou uma vez em que Diogo, excepcionalmente, perdeu a compostura: quando, já adolescente, foi desafiado e aceitou participar numa partida de hóquei em patins. Levou o jogo a sério e bateu-se violenta e desesperadamente para a vitória (desconhecendo-se o resultado).

Para completar a sua formação, não faltam, a partir dos 7 anos, os estudos de piano (seguindo de resto o que já era tradição do ramo familiar materno, tanto mais que a professora fora aluna do avô Trocado). O jovem cedo se mostra aplicado executante do instrumento (vindo, além do mais, a desenvolver, a partir da adolescência, uma paixão de melómano). Contará, orgulhoso, ter vivido um evento que então sentiu como «muito emocionante»: com apenas 8 anos, dá um recital que a Rádio Renascença trans-

mite em direto. Resumirá o acontecimento: «Toquei razoavelmente peças de Bach, Beethoven e Chopin, entre outros. Não me atrapalhei, e os 15 ou 20 minutos de prestação foram um êxito familiar.»

Ao entrar, com 10 anos, no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, Diogo leva consigo o entusiasmo tanto pelo piano como pela equitação. Se o primeiro fora herança do lado materno, deverá ter recebido o segundo do outro ramo, com a sua componente militarista.

Continuará com a equitação tão longe quanto possível: tendo começado aos 9 anos, levado pelo tio Gaspar, participa em provas hípicas a partir dos 14, idade com que alcança a primeira vitória, numa gincana para juniores em Sintra. Aos 17, vence pela primeira vez uma prova de obstáculos, na festa anual da mesma escola hípica da Alexandre Herculano que sempre frequentou. Montar a cavalo tornar-se-á, aliás, um dos seus prazeres favoritos, que só uma hérnia discal o impedirá, por imposição médica, de manter, quando já tem 35 anos.

Das atividades extra-escolares, talvez o que mais espantou os adultos foi o seu já apurado sentido de ordem e de organização. Faz de polícia sinaleiro no jardim da casa, monta festas de fado, promove patrióticas celebrações do 1º de dezembro («com discursos inflamados de vários colegas de liceu», como reconhecerá) e, aos 14 anos, tem a iniciativa de criar um rali automóvel para os amigos que, como a sua família, passam férias de verão na exclusiva Quinta da Marinha, em Cascais. Diogo inventa e escreve o regulamento (no qual – contará Sá Ramalho, que o auxiliou – aplica pruridos de jurista), estabelece o percurso (Guincho, Malveira, Sintra e Cascais), seleciona o júri (constituído apenas por membros da sua idade) e vai a Lisboa comprar as taças com o dinheiro das inscrições (entregando ao último classificado, numa nota de humor, o livro *Como Aprender a Conduzir de Automóvel*).

A primeira das quatro edições da prova é ganha pelo tio Gaspar. Ainda sem ter tirado a carta de condução, o próprio Diogo

participará numa delas, ao volante do carro do oficial. «Guiou brilhantemente», lembrará Ferreira do Amaral, então jurado. «Ele ainda não tinha 18 anos. Deve ter sido das poucas infrações legais que cometeu em toda a vida.»

No liceu, sem se revelar propriamente um menino-prodígio, Diogo situa-se entre o grupo de alunos que ocupa o topo das classificações. Nos anos letivos que assinalam fim de ciclo e obrigam a exames, obtém, no segundo ano, média de 17 valores e, no quinto, também 17 às disciplinas de Letras mas apenas 15 nas de Ciências. Ainda pretendeu seguir Engenharia, como o pai, mas uma fraca inclinação para a Matemática e o Desenho leva-o a optar depois do quinto ano, em que é preciso escolher o futuro percurso académico, pelas disciplinas de acesso ao curso de Direito. Não havendo no Pedro Nunes a alínea correspondente, acaba por mudar para o Liceu Passos Manuel, onde perfará os dois anos finais do ensino liceal (o então chamado terceiro ciclo).

Acaba o 7.º ano com média de 17 («com distinção»), o que o leva a receber um prémio nacional e a ser dispensado das provas de admissão à universidade. Ficam-lhe assim abertas, ainda sem ter completado os 17 anos, as portas da Faculdade de Direito de Lisboa (FDL). Parece já um adulto, sisudo e com sentido de responsabilidade. Joel Serrão, seu professor de História no terceiro ciclo, recordá-lo-á como «um estudante extremamente correto, cumpridor, ordenado e inteligente, sem nunca criar qualquer problema». Adiantará o historiador: «Ele era um bocado formal e muito discreto.»

Paralelamente às aulas, os pais entenderam arranjar-lhe professores particulares para aprofundar os conhecimentos de francês e inglês adquiridos na escola. Contando ainda com a ajuda da formação materna, Diogo acaba na adolescência por se tornar fluente nas duas línguas, em particular no inglês, que pratica três anos seguidos, durante as férias grandes, em longas estadas, de perto de dois meses cada, por terras de Sua Majestade. Os amigos recordarão as despedidas algo inseguras no cais de Lisboa, por ocasião

da primeira viagem, de um passageiro de 16 anos apreensivo ante a perspectiva de embarcar no cargueiro que o leva sozinho até Inglaterra.

Nesse ano, fica alojado em casa de uma família inglesa em Hove, pacata localidade encostada a Brighton (com a qual se juntará depois numa só unidade administrativa), mas nos dois verões seguintes permanece na vibrante Londres, beneficiando da hospitalidade de uma antiga empregada doméstica da família que emigrara para Inglaterra, onde casara com um ex-piloto da RAF (Royal Air Force) nascido na Polónia. Pode desdobrar-se por um número muito maior de concertos, visitas a museus e monumentos e idas ao teatro, mergulhando a fundo na cultura britânica. Mas, mais do que isso, lê vários jornais por dia, acompanha os noticiários e programas televisivos, compra livros e revistas e, dadas as suas inclinações jurídicas, assiste a julgamentos no Old Bailey (o tribunal criminal central), assim como a debates políticos na Câmara dos Comuns. Formula, em suma, uma percepção sobre o modo de funcionamento de uma democracia consolidada – realidade com que nunca antes contactara.

Admitirá contudo que «a primeira grande lição de democracia» da sua vida resultou de um episódio a que assiste em 1958, dias antes de ingressar na FDL, no Speakers Corner, o modesto púlpito junto a Hyde Park a que qualquer cidadão pode aceder para proclamar o que bem entende. Na manhã de um sábado de setembro, discursava aí um indivíduo lançado numa longa arenga contra toda a gente, incluindo o primeiro-ministro, o líder da oposição e os dois maiores partidos, o Conservador e o Trabalhista. Em certa altura, começou a orientar os ataques também contra a rainha Isabel II, não ficando sem resposta por parte de alguns espetadores, que se puseram a contestar as suas palavras. O jovem português vê então dois polícias a aproximarem-se do tribuno, concluindo: «Decerto vão intervir. Ele está a exagerar. Ao menos que a rainha seja respeitada.» Mas não foi o que aconteceu: «Os dois polícias de facto intervêm, mas, para meu grande

espanto, não o fazem para chamar à ordem o orador, viram-se para a assistência e dizem bem alto: “Silêncio, por favor. Deixem o orador exprimir-se livremente. Ele tem o direito de dizer o que quiser”.» Ter-se-á apercebido nesse momento do fosso existente entre uma democracia e uma ditadura como a do seu país, onde estava habituado a ver a polícia a «proteger os governantes».

O contacto com a realidade britânica (que manterá ao ponto de, já em adulto, tentar regressar pelo menos uma vez por ano ao Reino Unido) tenderá a reforçar aquilo que já é então o seu traço de personalidade mais vincado – a tal serenidade. Quem com ele então contacta não deixará de salientar essa influência: «Foi o mais britânico dos estudantes que tive e vieram a tornar-se figuras públicas», completará Joel Serrão. O futuro advogado e ministro da Justiça (num governo socialista) José Vera Jardim, que o conheceu como colega de faculdade, afirmará que «ele era um conservador inglês de grande elegância». E o professor da FDL Armando Marques Guedes revelará como este aluno lhe explicou uma vez os fundamentos do seu autodomínio: «Aprendi isto na Inglaterra.»

Do quadrante britânico recebe ainda outro tipo de lição: após a fase de formação política em casa, sobretudo através da família e do confinado quadro português, Diogo absorverá em Londres, nesse domínio, uma segunda camada de conhecimentos e experiências. O tio Gaspar lembrará que «ele vinha sempre entusiasmado com a maneira de ser britânica, tanto na política como na vida social». E o próprio Freitas do Amaral evocará mais tarde a atração que o sistema inglês sobre ele exerceu: «Por ocasião da minha entrada para a universidade, o meu pai ficou surpreendido por eu ter passado a defender a democracia como um regime preferível ao nosso.»

Alegará ter então preconizado a evolução do regime salazarista para um sistema representativo à inglesa, mas que o pai contrapunha a essa aspiração a bagunça da I República, prova de que os portugueses não conseguiriam viver em democracia.

De qualquer modo, se a ideia existiu no espírito do jovem, ela não tem então tradução visível. Na evocação de um amigo da época (que, a este respeito, preferirá manter o anonimato) Diogo nunca deixou de ser, nesses anos, «um conformista perante a situação política portuguesa».

O MELHOR ALUNO

A eleição do pai de Diogo para deputado pelo círculo de Braga (representando Guimarães), dá-se em 1957 (e permanecerá até 1974). Dois anos depois, quando se abre a oportunidade de uma revisão da Constituição de 1933, Duarte do Amaral entende apresentar na AN o seu próprio projeto, mas não sem que antes o filho, então ainda caloiro na universidade mas já com aulas de Direito Constitucional, dadas por Marques Guedes, nele incorpore sugestões da sua lavra. Entre elas, a figura parlamentar das perguntas ao governo, certamente inspirada em Westminster, que é aceite por Salazar e inserida no articulado constitucional.

Uma vez inscrito na universidade, Freitas do Amaral vê-se obrigado a fazer opções, e, com o seu sentido da responsabilidade, acaba por abandonar os estudos de piano e as competições equestres. Mas não se afasta da religião, dedicando-se até a dar aulas de catequese, embora não faça disso gala. Luís Mourisca contará que, já no último ano do curso, ele e outros colegas, numa noite de inverno, encontraram Diogo na rua quando era suposto estar em casa a estudar. Apesar do espanto do grupo, nada revelou sobre o que andava a fazer. Mas, quando Mourisca ficou a sós com ele e lhe perguntou se havia namorada oculta, terá respondido:

«Não que não pudesse ser, mas não – fui dar catequese». «Esse era então um trabalho para mulheres, algo que só as nossas irmãs faziam», explicará o amigo. «Mas ele terá justificado a seguir qualquer coisa como isto: “Se conseguir traduzir para as crianças o que vem na Bíblia, mais tarde conseguirei transmitir com facilidade o meu pensamento aos adultos”.»

A preocupação da pedagogia, na verdade, cedo surgiu nele – dirão os companheiros de juventude. O tio Gaspar revelará que Duarte do Amaral colocava os filhos em cima de uma cadeira e ordenava-lhes que fizessem discursos. Diogo ter-se-á caracterizado pela clareza de exposição e pelo comportamento professoral que exercia na relação com o irmão João. Já nos últimos tempos do liceu, depois de optar pelo curso pretendido, teria confessado a Luís Mourisca que o seu objetivo era tornar-se professor cate-drático de Direito.

Não que a vocação se notasse no 1.º ano da FDL (que acabara então de se mudar para novas instalações, na Cidade Universitária do Campo Grande). Nem ele ganhou logo notoriedade perante docentes e colegas de ano (entre os quais, futuros juristas como o açoriano Augusto de Athayde, Rui Almeida Mendes – que já o acompanhava da Avé-Maria –, Jorge Miranda, Rui Machete e Manuela Neto Portugal – mais tarde casada com o futuro Presidente da República general António Ramalho Eanes). Há porém um momento definidor, no dia em que presta provas orais desse ano letivo perante um júri presidido pelo juiz conselheiro Eurico Lopes Cardoso e cabe a Marques Guedes a vez de o interrogar. Evocará o professor de Direito Constitucional: «Depois de quatro perguntas a que o Diogo respondeu com segurança e firmeza, dei-lhe um tema à escolha para ele dissertar.» O assunto versou os partidos políticos e as eleições. Concluirá o futuro presidente do Tribunal Constitucional: «Quando ele terminou a exposição, olhei para Lopes Cardoso e verifiquei que estava de mão no queixo, estupefacto, a ouvir as últimas palavras. Depois dir-me-ia: “É espantoso – um rapaz com esta idade e com tal equilíbrio, bom

senso e maturidade”.» Marques Guedes atribui ao examinando 18 valores, revelando mais tarde que nunca classificara um estudante com nota tão alta nem nunca mais o viria a fazer.

A média de Freitas do Amaral como caloiro é de 16, bastante elevada para a FDL. Consegue aliás ser o melhor aluno do curso nesse ano de 1958/59. A mãe fica tão feliz que até escreve a Salazar a contar o feito, recebendo do presidente do Conselho um cartão de resposta: «Muitos e muitos parabéns para si e para o seu Diogo. 16 valores no 1.º ano é uma linda nota. Espero que vá subindo nos anos seguintes.» (Maria Filomena chegará a apresentar o filho ao chefe do governo em 1960, aproveitando a sua presença numa cerimónia pública, mas a atitude do ditador ao cumprimentar o jovem terá sido displicente, não lhe tendo dirigido mais do que um «como está?», o que o deixa – relatará mais tarde – algo irritado e desiludido).

Todos atestam a maturidade precoce do rapaz, a tal ponto que os pais lhe concedem a «emancipação» quando perfaz 18 anos, considerando-se assim, à face da lei, ter já atingido a maioridade e não aos 21, como estipula o ordenamento jurídico da época.

Repete a média no 2.º ano de faculdade, mas com o que um aluno do seu nível e grau de exigência considera um percalço: um 14 a Direito Administrativo, a nota mais baixa que recebe em todo o curso. A cadeira era dada por Marcello Caetano, que já fora ministro de Salazar em mais que uma pasta e poucos anos antes chegara a ser apontado nos bastidores do regime como seu possível sucessor, acabando porém por se desentender com o fundador do Estado Novo e regressar à FDL para prosseguir a docência (que Freitas do Amaral, aliás, depois de receber aulas dele, considerará magistral).

O aplicado estudante, que até gostava da matéria, nunca recebeu tão baixa classificação, mas admitirá que a razão pode ter tido que ver com o 18 que no ano anterior recebera de Marques Guedes. É que, dias após essa prova, Caetano, nomeado havia meses reitor da Universidade Clássica de Lisboa (onde se inseria

a FDL), abordara de sobrolho carregado o professor de Direito Constitucional, perguntara-lhe se era verdade ter atribuído tal classificação e, perante a afirmativa, retorquira-lhe ríspido: «Nunca se dá um 18 a um aluno no primeiro ano.» Seria o 14 uma compensação pelo «excesso» cometido?

Mas também era verdade que o ex-ministro sabia das antipatias políticas que por ele nutria Duarte do Amaral, que antes se manifestara adverso à sua posição de possível delfim de Salazar, e poderia ter sido o filho do deputado por Braga vítima de alguma espécie de mesquinha retaliação do catedrático. Jamais se saberá ao certo.

Já no 3.º ano, retomando a posição de melhor aluno do curso, Freitas do Amaral consegue não só elevar a média para 17, o que o leva a receber o Prémio Calouste Gulbenkian para estudantes em ciências político-económicas, como fazer todos os exames em julho, sem nada deixar para segunda época – coisa rara na FDL. Começa assim a despontar na escola com o estatuto de estrela.

Não evidencia, no entanto, opções políticas claras. Para um dos amigos de então, ele seria, de início, «um menino bem comportado na sociedade estabelecida, e, como tal, não se metia em política». Mas é notório que confraterniza sobretudo com colegas mais associados a ideias direitistas, numa altura em que se agudiza a oposição com a esquerda, então maioritária nos atos eleitorais para os corpos gerentes da Associação Académica da faculdade (AAFDL). Só que evita o envolvimento nos conflitos, dos quais guarda soberana distância, como observará José Vera Jardim: «Os amigos andavam na *melée*, mas ele nunca aparecia nessas situações, nem sequer nas assembleias gerais.»

As coisas vão porém alterar-se: em setembro de 1961, passando férias na ilha de São Miguel, na casa em Ponta Delgada do colega Augusto de Athayde (o segundo melhor do curso, e com quem entretanto consolidara amizade), escreve num jornal local o artigo «Portugal no mundo», focado sobre o início, meses antes, da guerra em Angola entre nacionalistas africanos e as tropas

coloniais portuguesas, no qual defende a intransigência que Salazar, a remar contra a corrente internacional pós-Segunda Guerra Mundial, manifesta perante qualquer veleidade independentista das possessões ultramarinas. O próprio reconhecerá mais tarde o ultramontanismo do texto: «Eu atravessava nessa altura uma fase singular de exaltação mística, o que me levou a exagerar muito a “missão cristã de Portugal em África”.»

Mais do que isso, na vilegiatura açoriana, ele e o amigo celebram uma espécie de pacto de fraternidade com vista a desencadear combate ao «marxismo» no seio da FDL após o regresso de ambos às aulas. Não que tal ação tenha tido algum impacto: nesse ano letivo, o poveiro acaba eleito presidente da mesa da Assembleia Geral da AAFDL, depois de proposto pela ala direita mas como nome consensual, sem oponente e também com a aceitação mais ou menos tácita da esquerda (que não apresenta candidato e vota nulo). E em dezembro de 1961 publica na revista mensal *Rumo* (sem orientação definida e com um amplo leque de colaborações à esquerda e à direita) um artigo favorável à integração europeia de Portugal, que de certo modo constitui uma visão alternativa face à ortodoxia do regime em prol do integracionismo ultramarino.

A crise académica de Lisboa desencadeada na primavera de 1962, na sequência da proibição das comemorações (à partida inócuas) do «Dia do Estudante» (24 de março), apanha Freitas do Amaral em pleno exercício do mandato associativo. Escreverá mais tarde nunca ter percebido a razão para o gesto autoritário do governo, exceto que «o espírito tacanho que animava as autoridades dessa época via perigo de comunismo em todas as iniciativas que escapassem ao seu controle». Alinha assim na greve geral universitária decretada pela direção do movimento estudantil (onde desponta o seu colega da FDL Jorge Sampaio, dois anos mais velho).

São três meses de tremenda agitação, o que leva mesmo Marcello Caetano a demitir-se, no início de abril, do cargo de reitor,

alegando divergências com o governo na forma repressiva com que tenta abafar os protestos. Freitas do Amaral, que agora não pode faltar aos plenários de alunos, tem de presidir a diversas e complicadas assembleias associativas, conseguindo manter uma isenção elogiada por todas as partes. Jorge Sampaio recordará sobre ele: «Não sendo aquilo que designávamos como o associativo habitual, comportou-se com dignidade e elegância como presidente da mesa da Assembleia Geral.»

No culminar da crise, tal como os restantes dirigentes associativos, também Freitas do Amaral acaba demitido do cargo por despacho governamental. Outra atitude que alegrará não ter entendido: «Eu ainda não estava totalmente politizado, e não compreendia por que razão o ministro da Educação não deixava as associações funcionarem. Hoje vejo que era uma atitude política. Era essa a lógica do regime, o que eu achava contraproducente.» Sá Ramalho, que então se cruzou com ele, contará ter ficado surpreendido perante a indignação com que o amigo condenava as autoridades.

Só no início de 1963 – quando Freitas do Amaral começa a namorar com Maria José Sarmento de Matos, dois anos mais nova, aluna do curso de Germânicas da Faculdade de Letras de Lisboa (mesmo em frente à FDL, e por isso muito visitada pelos estudantes de Direito, onde predominavam rapazes enquanto do outro lado havia sobretudo raparigas) – ele e Augusto de Athayde dão expressão ao juramento micaelense: aceitam filiar-se e assumir cargos na Ação Académica, movimento de direita radical que, nas palavras do continental, era de «direita moderada» e que, para Nuno Brederode dos Santos, então também estudante em Direito e dirigente da esquerda universitária, constituía um «instrumento de combate às associações». Enquanto Athayde é o secretário-geral, o amigo fica responsável pelo pelouro de «estudos e comunicados».

Não parece que Freitas do Amaral fosse muito ativo no grupo. Outro filiado, Luís Beiroco, também estudante da FDL, dois

anos mais velho e futuro jurista, salientará o «seu pouco empenhamento na Ação Académica» e o facto de «não ter sido um militante entusiasta». Augusto de Athayde dirá até não se recordar de o ver nas fileiras do movimento (mas talvez para proteger o amigo, em diferente regime político, de uma informação que poderia considerar embaraçosa). O facto é que Freitas do Amaral se terá incompatibilizado com o fundador e presidente da Ação Académica, Pedro Cabrita (estudante igualmente da FDL), e saído ao fim de pouco tempo (Athayde abandonará as fileiras do grupo também logo a seguir).

O DISCÍPULO E O MESTRE

Freitas do Amaral ressurge na ribalta académica no começo de 1963, quando o reitor que sucede a Marcello Caetano, Paulo Cunha, também catedrático da FDL, o convida para falar em representação dos estudantes na cerimónia solene de abertura do novo ano letivo, que só tem lugar em janeiro. Na memória de toda a academia, permanece ainda o conflito dos meses anteriores, que acabara com a expulsão de muitos alunos, pelo que o gesto conciliatório de Paulo Cunha, colocando um estudante a discursar na sessão, o que há muito não acontecia, era olhado com desconfiança pelo movimento associativo.

Aceitando o encargo, Freitas do Amaral não arrisca: com o discurso já pronto, mas sem o mostrar, para não suscitar tentações de o corrigir, entra em contacto com elementos da RIA (Reunião Inter-Associações), todos eles de esquerda, e solicita a sua aprovação. Recordará que «Manuel de Lucena [aluno da FDL, um dos principais ativistas da crise do ano anterior e logo a seguir incorporado no Exército], que era então um esquerdista, foi quem vendeu mais cara essa anuência». O futuro sociólogo e pensador confirmará: «Opus-me, é verdade. Lembro-me de que a conversa decorreu com algumas divergências; eu na altura ti-

nha uma posição mais radical. Recordo-me de que se tratava de um discurso moderado. A RIA sobre isso estava dividida.»

É certo que Paulo Cunha (que na década anterior fora ministro dos Negócios Estrangeiros) calculava que Freitas do Amaral não iria causar problemas. E assim sucede: a alocação tem aliás o condão de agradar a quase toda a assistência. O orador constata os «tristes acontecimentos» anteriores, «de molde a não deixar quaisquer dúvidas acerca da existência de graves problemas na Universidade», salienta «o utilíssimo esforço que as nossas associações académicas [...] têm dedicado ao estudo da complexa problemática de uma reforma universitária» e conclui que «os estudantes [...] pedem uma universidade nova», nomeadamente «quanto à autonomia que lhe desejamos ver reconhecida». O conteúdo possui uma tónica reformista, mas sempre dentro do sistema, que só pode ter provocado resmungos de um ou outro professor de extrema-direita (para lá do boicote prévio à cerimónia por parte dos estudantes mais radicais à esquerda).

O saldo é uma revoada de aplausos, e o *Diário de Notícias*, jornal alinhado com o regime, publica sobre a alocação um editorial cordato, embora inconclusivo e confuso para evitar grandes comprometimentos, como habitual na época. O orador conservaria o orgulho por uma intervenção que o envaideceu: «Foi o primeiro momento alto da minha carreira pública. Não só fiquei lançado como bom aluno mas também como elemento capaz de fazer um discurso.» Dissera-lhe no fim aquele que era o mais jovem professor da FDL, André Gonçalves Pereira: «Você conseguiu quase o impossível: agradou a gregos e troianos!»

A partir desse momento, porém, Freitas do Amaral irá concentrar-se nos estudos e reduzir-se a um apagamento voluntário. Mergulhando a fundo nas sebatas, as suas médias mantêm-se em 17 no 4.º ano, assim como no 5.º e último do curso regular. Consagra-se deste modo em doutor de leis como o melhor estudante da licenciatura, sendo de novo galardoado com o Prémio Calouste Gulbenkian, assim como com o Prémio Infante D. Hen-

rique, atribuído pelo Estado. O resultado constitui um passo fundamental para o acesso à carreira docente numa faculdade extremamente exigente quanto ao recrutamento dos seus professores. Bastará, para tanto, ter sucesso numa pós-graduação – um curso complementar de um ano onde imediatamente o licenciado se vai inscrever. Tendo de escolher entre Ciências Jurídicas e Ciências Político-Económicas, a sua opção incide na segunda área, que o mesmo é dizer em Direito Público. Mais do que isso, assusta os amigos ao anunciar-lhes a intenção de elaborar a tese em Direito Administrativo, ousando enfrentar Marcello Caetano, quando com ele tinha um contencioso não resolvido, na matéria em que era mestre e senhor absoluto.

A relação entre ambos, na verdade, já então se encontrava mais desanuviada, não havendo da parte do lente desconfiança ou intenção punitiva sobre o aluno. E corre bem a escrita da tese que Freitas do Amaral produz nesse ano letivo de 1963/1964, intitulada «Utilização do Domínio Público pelos Particulares». Nas provas orais de defesa do trabalho, obtém do júri a nota final de 18 valores (média que almejava ter alcançado no ano final da licenciatura), fazendo Marcello Caetano questão de revelar publicamente que, pela sua parte, lhe atribuiu 20. Como colegas do curso de pós-graduação, o sextanista teve apenas Augusto de Athayde e Jorge Miranda, que concluíram com sucesso a sua prestação no mesmo dia.

A tese de Freitas do Amaral – a mais bem sucedida, dirá ele, das três que virá a produzir em contexto académico – será depois publicada em livro com prefácio do próprio Caetano, fazendo escola nos meios jurídicos. Assim que lhe foi atribuída a classificação, o catedrático comentaria para o segundanista de quatro anos antes, segundo palavras mais tarde reproduzidas pelo examinando: «Você disse: “Ainda hei de provar àquele homem que sou capaz de saber Direito Administrativo.” E provou! Quero convidá-lo para meu assistente na cadeira de Direito Administrativo.» O sextanista satisfazia assim a ambição de enveredar por

uma carreira na docência do Direito, e com entrada pela porta grande, no duplo sentido, metafórico e literal, da expressão: tendo aceitado o honroso convite do catedrático, ao chegar à FDL para o primeiro dia de aulas como assistente, em novembro de 1964, passou mesmo pela porta principal, o que levou o pai nessa a noite a adverti-lo que essa estava reservada aos alunos, já que os professores entravam por uma pequena porta lateral.

Inicia-se nesse momento uma ligação entre mestre e discípulo que vai muito para além da mera rotina universitária. Freitas do Amaral passa a dar as aulas práticas da cadeira de Marcello Caetano e depressa se torna o seu mais próximo colaborador na regência de Direito Administrativo. Na disputa pelo lugar de favorito do lente, terá rivalizado apenas com Miguel Galvão Teles (outro brilhante jurista produzido pela FDL, dois anos mais velho e também recipiente, *in illo tempore*, dos prémios de melhor aluno do curso), mas o ex-reitor – a crer em testemunhos de diversos licenciados e na sua própria confissão, anos depois, ao historiador Veríssimo Serrão – estaria mais inclinado para a continuidade sem sobressaltos prometida pelo primeiro do que para o arrojo inovador prenunciado pelo segundo (que ficará depois com a regência de Direito Constitucional).

Para percorrer uma caminhada bem sucedida na via docente, a Freitas do Amaral só se levanta um escolho: o serviço militar obrigatório, que por lei terá de cumprir terminado o curso e que promete enormes imponderáveis, dada a guerra colonial que por esses anos está a espalhar-se também pelas frentes da Guiné-Bissau e de Moçambique. Terá sido Marcello Caetano a insistir que o melhor seria ele aproveitar o balanço com que vinha da conclusão dos estudos e completar o doutoramento antes de ingressar nas Forças Armadas. Como o adiamento da incorporação militar era concedido aos estudantes universitários até aos 27 anos, dando-lhes tempo para terminar o curso, o assistente consegue convencer as autoridades militares a chamá-lo apenas com essa idade, por forma completar os trabalhos de doutoramento.

Tendo Minhana por madrinha, casa entretanto, a 31 de julho de 1965, em Sintra, com Maria José Sarmiento de Matos, a namorada de Letras, que desistira do curso e viria anos mais tarde a licenciarse em Filosofia (e a enveredar por uma carreira tardia de escritora de ficção, sob o pseudónimo Maria Roma). Terá sido, ao que tudo indica, a única namorada da sua vida: embora tivesse um contacto regular com raparigas (algumas das quais, segundo um amigo, o «apreciavam devido à sua altura e elegância, enquanto outras embirravam com a sua sisudez»), os companheiros de então dirão desconhecer-lhe outras ligações afetivas (havendo apenas um familiar a revelar ter ouvido durante algum tempo os lamentos de uma preterida). O mês da lua de mel é passado na quinta de uns tios do noivo, perto de Vila Nova de Famalicão, e na Galiza. No ano seguinte, nasce-lhes o primeiro filho, Pedro, evento que, no testemunho de um amigo, é recebido pelo pai com esfusiante entusiasmo, e em 1967 têm o segundo, Domingos (que também será escritor).

Freitas do Amaral termina a tese, sob o título «A execução das sentenças dos tribunais administrativos», ainda aos 26 anos, e recebe de novo a elevada avaliação de 18 valores («Muito bom») – um doutoramento feito em tempo recorde por um candidato excecionalmente jovem. Nesse trabalho – segundo a explicação que dará mais tarde – faz uma «crítica da legislação em vigor e uma defesa do Estado de Direito», apelando a um conjunto de reformas em conformidade, que na época não seriam aceites nem pelo legislador nem pela jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo. O facto de ter sido o único dos assistentes de Marcello Caetano a doutorar-se logo após o fim do curso, permitindo-lhe ser promovido a professor auxiliar, tê-lo-á tornado alvo de carinho especial por parte do catedrático.

OFICIAL E CAVALHEIRO

No mesmo ano do doutoramento, Freitas do Amaral é por fim incorporado militarmente, a 2 de setembro. Consegue ser colocado na Marinha, o ramo das Forças Armadas onde menor risco se corria na guerra colonial (a ele pertencendo menos de 3% do total de militares portugueses mortos no conflito). Na verdade, o professor auxiliar nem porá os pés em África: depois da recruta no Alfeite, beneficiando da alta classificação obtida no curso da Marinha e da sua qualidade de técnico-especialista, cumprirá todo o serviço militar em Lisboa, no Estado-Maior da Armada, à Praça do Comércio, inserido no serviço de informações militares (Segunda Divisão).

Permanecer na capital tem ainda a vantagem de não ter de interromper a docência universitária: Freitas do Amaral acumula a tropa com as aulas na FDL, que, para respeitar a imposição dos regulamentos, dá com a sua farda azul-escura e boné branco de aspirante miliciano, certamente para espanto dos alunos.

Um dos encontros cruciais da sua vida ocorre no dia em que se apresenta à inspeção médica para acesso à Marinha, na Cordoaria Nacional: nesse momento, sujeita-se também a exame clínico outro candidato ao mesmo ramo, um engenheiro civil dois anos

mais novo, saído em 1966 do Instituto Superior Técnico, onde fora aluno brilhante, editor do jornal académico *Tempo* e destacado dirigente da Juventude Universitária Católica (na qual, apesar das suas raízes religiosas, Freitas do Amaral não desempenhara qualquer papel nos tempos de estudante). O seu nome é Adelino Amaro da Costa. Apesar de não se conhecerem, cada um deles já ouvira falar do outro, com referências favoráveis, pelo que se apresentam reciprocamente quando estão ambos em cuecas a aguardar a chamada.

Apesar do contraste de personalidades – um espírito ponderado e refletido em contraposição a outro exuberante e extrovertido –, a afinidade e o entendimento entre os dois cadetes da Armada terão sido imediatos. Augusto de Athayde reproduzirá as palavras sobre Amaro da Costa ouvidas do amigo escassos dias depois: «Encontrei na Marinha um tipo verdadeiramente excepcional. Veio conversar comigo sobre questões de Direito Administrativo com tal segurança e conhecimento que o julguei licenciado em Direito, e, afinal, era um engenheiro.»

Finda a recruta de ambos, na Escola Naval do Alfeite, o engenheiro fica colocado no Instituto Hidrográfico, uma dependência da Armada com sede na Madragoa, o que não impede que se encontrem diariamente ao almoço para convívio, intermináveis discussões políticas e a consolidação rápida de uma sólida amizade. Sendo solteiro, Amaro da Costa acaba a passar longos períodos em casa de Freitas do Amaral, ajudando-o até a superar as dificuldades que, como analista de informações, tem a Matemática. Recordará o anfitrião sobre o hóspede: «Com a sua alegria esfuziante e com a inteligência superior de que era dotado, rapidamente foi adotado pela minha família. Era como se fosse um irmão nosso.» Saberá mais tarde que o amigo se filiara no Opus Dei, e o próprio viria depois a ser também convidado – não por Amaro da Costa, sublinhará – para integrar as fileiras do grupo conservador católico, proposta que rejeitará por se considerar «não vocacionado para organizações desse tipo».

A especialidade de Freitas do Amaral na Marinha consiste na análise semanal da situação internacional, virada, por razões óbvias, para o que se passa no continente africano. Terá adquirido na função o interesse pelas questões diplomáticas. Faz estudos sobre países africanos (e, em especial, uma monografia sobre Ahmed Sékou Touré, primeiro presidente da Guiné-Conakri), mas também sobre questões de direito internacional. Entre eles, um relatório acerca das disputadas Ilhas Selvagens, concluindo pela sua pertença a Portugal e não a Espanha e sugerindo atos de soberania por parte das autoridades de Lisboa que revelem a sua ocupação efetiva (o que – adiantará – terá levado mais tarde à definição do pequeno arquipélago não-habitado como zona de proteção natural).

No seu serviço (em que tira uma pós-graduação em anedotas picantes como nunca ouvira nem jamais ouvirá), o homem do Direito Público trabalha sob as ordens (e na secretária ao lado) do então comandante Henrique da Silva Horta, que o recordará como «um modelo de correção, formal, lisinho, direitinho, discreto e extremamente cumpridor, respeitando o horário até ao minuto». Completará o futuro almirante: «Isto não quer dizer que não se integrasse no ambiente geral da Marinha, onde sempre se falou livremente. Havia uma grande oposição verbal ao regime, denunciava-se os seus serventuários, atacava-se a guerra em África, e nunca dei por que Freitas destoasse. A sua opinião não parecia ser diferente da nossa.» Esta apreciação será corroborada por Jorge Miranda, que fez a Marinha na mesma ocasião e nas mesmas instalações: «Discutíamos a degradação política, e a ideia que todos tínhamos é que alguma coisa tinha de mudar, e estava para mudar em breve.»

Nessa época, marcada pelo afloramento da revolta juvenil do Maio de 68 em França, que questionou muita coisa mesmo para quem era conservador, Freitas do Amaral atravessa aquela que dirá depois ter sido a terceira fase da sua formação política, caracterizada justamente pela influência francesa.

São ideias que já tinham criado nele algumas raízes, sobretudo depois de Charles de Gaulle ter ascendido à presidência da República Francesa, no mesmo ano letivo em que o jovem Diogo entrara para a universidade. Duarte do Amaral era um admirador do general, o que o fez subscrever o diário *Le Figaro* para acompanhar tudo o que se passava em França, levando o filho a criar o hábito de ler o jornal e passando para ele a apreciação do gaulismo. Acabou por ficar impressionado pela leitura de *Mémoires de Guerre* e depois por toda a restante obra literária de de Gaulle, que devoraria.

No entanto, dirá mais tarde não ter ficado particularmente entusiasmado pelo autoritarismo, a sobrançeria e o centralismo do fundador da V República francesa, o que o levaria a desviar as simpatias para um discípulo do general, Valéry Giscard d'Estaing (ministro das Finanças a partir de 1969 e eleito Presidente da República em 1974), tendo chegado a escrever-lhe em 1968 e a dele receber uma resposta breve e formal. Pelo meio, bebeu a sustentação teórica fornecida pelo pensamento de Raymond Aron, uma desconstrução do marxismo bem mais moderna, eficaz e convincente do que a praticada pela Ação Académica.

O pai, entretanto, ao longo da década de 1960, ganhou alguma distância do regime do Estado Novo, tornando-se, no dizer do filho, um «salazarista crítico», preocupado sobretudo com o imobilismo da situação. Em março de 1968, profere na AN um discurso por onde perpassam algumas críticas veladas – se bem que de forma um tanto ou quanto eufemística, não podendo ser de outro modo da parte de quem pretende manter-se no aparelho. Mas antes pede a Diogo que o ajude na elaboração do texto, a que ele acede sem hesitações, dando o tom que o pai procurava, como relatará mais tarde: «Pus uma boa dose de *reformismo* e de *abertura*. Foi a primeira vez que algumas frases minhas foram ditas no hemíciclo de S. Bento, e logo apareceram transcritas no *Le Monde*. Fiquei todo orgulhoso.» O mais ousado que o discurso de Duarte do Amaral continha eram frases a favor de «liberalizar o

debate das opiniões» ou a apelar para «o exame franco e aberto dos problemas, desde que bem orientado».

Passarão apenas duas estações para o panorama se alterar por completo: em agosto desse ano, Salazar, então com 79 anos, sofre a sua famosa queda da cadeira e no mês seguinte, após uma operação para extração de um coágulo no cérebro, é vítima de um acidente cardiovascular e percebe-se que já não tem condições para governar. No final de setembro, o presidente Américo Tomás, contra os seus desejos, vê-se obrigado a exonerar o fundador do regime e a nomear um sucessor. O nome escolhido, aplicado o método da exclusão de partes, acaba por ser o de Marcello Caetano.

É um extraordinário regresso ao pináculo do poder por parte do homem que, uma década antes, deixara de ser o protegido de Salazar para cair em desgraça. Com a intenção de apresentar um governo rejuvenescido, de gente jovem e de espírito mais aberto, correspondendo ao seu anúncio de «renovação na continuidade», o novo presidente do Conselho poderá ter pensado em atribuir ao dileto discípulo pelo menos uma subsecretaria de Estado. Freitas do Amaral criou essa expectativa, e haverá de confessar mais tarde que, se, nesse momento de uma regeneração na qual acreditou, o mestre o chamasse ao executivo, teria aceitado. Contudo, o convite nunca chegou: o catedrático não terá querido mexer na sua equipa docente da FDL, escolhendo pelo contrário o professor auxiliar como seu substituto na regência de Direito Administrativo. Mais do que isso, será também Freitas do Amaral que irá atualizando o *Manual de Direito Administrativo* criado por Marcello Caetano – e por ele acarinhado como se fora seu filho.

Na realidade, apesar de ainda não ter 30 anos, o miliciano da Marinha era já visto pelo lente como o seu sucessor natural, e naquele momento Caetano transmite-lhe como herança todo o relevante património científico e pedagógico que acumulara. Para outros docentes da Faculdade, como Jorge Miranda, era uma es-

colha óbvia: «Notava-se logo nas primeiras obras de Freitas do Amaral uma grande correspondência com o estilo pedagógico e de trabalho científico de Marcello Caetano.» Ainda segundo o mesmo jurista, embora o herdeiro comece timidamente a seguir orientações autónomas em relação ao dono da cadeira, «será sempre pelo seu *Manual* que ele se guiará».

Entretanto, o jovem professor (a quem nasce em 1969 uma filha, Filipa) dirige-se ao presidente da Sacor, João da Costa Leite (Lumbrales), também catedrático na FDL (além de ex-ministro de Salazar em diversas pastas, incluindo a das Finanças, herdada do próprio ditador), para lhe solicitar uma tarefa com que possa complementar os vencimentos de docente e militar. Torna-se assim consultor jurídico da empresa, o que, adicionado ao vencimento da faculdade (8.500 escudos, «na altura um belo ordenado», reconhecerá), lhe garante um desafogo económico que virá a transformar-se em prosperidade quando começa a ser solicitado para emitir pareceres, a partir de 1970. Arrendará até casa de fim de semana na Quinta da Marinha (mantendo a residência na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, mas vindo mais tarde a possuir habitação própria no complexo cascalense de vivendas de luxo).

A «NOVA DIREITA»

No domínio ideológico, Freitas do Amaral segue uma estratégia dúplice de estar bem com Deus e o Diabo, com um pé no ambiente oposicionista da Armada e outro na orla do marcelismo (como se verifica pela sua correspondência com o chefe do governo, sempre de grande afeto e proximidade, mesmo na abordagem de temas não meramente académicos mas também políticos).

Dialogando com todo o tipo de gente, a sua principal regra é a do não-envolvimento, como Silva Horta cedo constatou: «Era uma pessoa que não estava interessada em se comprometer com o regime – se por convicções íntimas ou por previsão da sua derrocada, não sei dizer.» Isto apesar de um dos seus maiores amigos de sempre ter garantido mais tarde que «nos seus planos iniciais terá estado incluída uma carreira no antigo regime».

Até podia ter acontecido, no alargado período de estado de graça que o próprio atribuiu ao consulado marcelista. Na véspera de Natal de 1969, dois meses após as eleições gerais de outubro – as primeiras após o afastamento de Salazar, realizadas sob as habituais dificuldades criadas à oposição e em que a União Nacional, num sistema que exclui o método proporcional, açambarca

de novo todos os 130 lugares –, Freitas do Amaral aceita, com mais elementos de aspiração renovadora situados nas bandas do regime, como Miguel Galvão Teles, o jovem tecnocrata liberal João Salgueiro e um brilhante aluno da FDL, Marcelo Rebelo de Sousa, um convite do presidente do Conselho para almoço na messe da Força Aérea em Monsanto, a pretexto de analisar o resultado do escrutínio e, segundo a convocatória, «colher sugestões sobre “rumos inovadores”».

Tudo indica que, nesse momento, o chefe do governo pensava em chamar o seu substituto na FDL à atividade executiva, chegando a criar-lhe por decreto-lei um lugar na remodelação governamental de janeiro seguinte, como subsecretário de Estado do Planeamento Económico, na dependência de João Salgueiro, que já desde março de 1969 era o secretário de Estado da mesma tutela. Joaquim Silva Pinto, na altura subsecretário de Estado das Obras Públicas e com a remodelação secretário de Estado do Trabalho, recordar-se-á até de ter sido sondado por Marcello Caetano sobre o convite a fazer a Freitas. Poderá ter sido ele, aliás, quem falou ao próprio da iminência da indigitação, já que Freitas do Amaral dirá mais tarde que a informação lhe foi transmitida em resultado de uma inconfidência de Caetano a colaboradores próximos, de tal maneira difundida nos bastidores que chega a receber cartões e telegramas de felicitações e até um pedido de emprego no aparelho de Estado. Acreditando ainda no projeto marcelista, ele confessará mais tarde que se mantinha disponível para aceitar. Mas, mais uma vez, o convite não se concretiza: «Marcello Caetano chegou a fazer constar isso, mas na verdade nunca me convidou. Não cheguei a saber porquê. Talvez para não desfaltar a faculdade.»

Pelo contrário, Silva Pinto julgará que o convite existiu, e «com insistência»: «O Diogo aceitou inicialmente e depois pediu escusa.» Tanto mais, acrescentará, que se gerou uma situação insólita: «Durante a posse dos novos membros era muito comentado o facto de o Diogo não estar presente. Dizia-se que ele estava

a acabar qualquer coisa na universidade e só depois viria para o governo.»

Fosse como fosse, Freitas do Amaral falhou a participação no primeiro gabinete que Marcello Caetano compõe com nomes da sua verdadeira confiança, ficando na gaveta a reforma administrativa subjacente à criação do lugar de subsecretário de Estado do Planeamento Económico e vindo o chefe do governo a ter de cancelar a existência do cargo ao fim de meses de vacatura, situação algo anómala na prática do executivo.

Mas haverá um convite que seguramente ele recebe, meses depois, para a direção do Gabinete de Estudos da Ação Nacional Popular (ANP, criada por Caetano no início de 1970 para substituir a UN). É-lhe dirigido na primavera por Manuel Cotta Dias, então ministro da Economia e arauto do marcelismo, numa carta em que alarga o convite a dois outros licenciados pela FDL também reformistas, próximos do destinatário e um ano mais novos: «O Prof. Marcello Caetano considera indispensável ao êxito da ANP que esta dedique uma atenção prioritária ao estudo dos problemas nacionais e ao combate das ideias, [em] que a União Nacional teve um dos seus maiores fracassos. [...] Daí a extrema importância da criação de um bom Gabinete de Estudos. [...] Não há, entre os melhores valores das novas gerações que o presidente do Conselho admira e considera, ninguém mais bem preparado e em melhores condições para dirigir esse Gabinete de Estudos do que o Prof. Freitas do Amaral e os seus dois amigos, Drs. Alberto Xavier e António de Sousa Franco. O Prof. Marcello Caetano encarregou-me, pois, de o convidar a si para diretor e, por seu intermédio, os seus colegas para subdiretores ou diretores-adjuntos. [...] Teriam *carta branca*, gozando de plena autonomia.»

Mas o trio decide rejeitar o convite, concluindo não ser a ANP o seu partido, depois de perceberem que Caetano recusa a legalização de outras forças políticas. Sendo todos eles docentes na FDL, receiam também a contestação dos estudantes (então muito

ativos contra o poder instituído), ao sabê-los associados ao regime. Na carta que Freitas do Amaral, em nome dos três, fica encarregado de dirigir ao presidente do Conselho para comunicar a recusa, omite porém falar das razões de caráter político («quicá com alguma falta de franqueza», admitirá depois), explicando que nenhum deles quer atrasar a preparação das provas relativas à sua carreira académica e que possuem a «convicção de que [...] a acumulação de um cargo marcadamente político forneceria decerto o pretexto desejado pelos estudantes extremistas para introduzir a agitação nas nossas aulas». (A missiva termina com uma declaração de apoio ao líder do regime «na prossecução da grande obra que vem desenvolvendo a bem de Portugal»). É claro que o remetente, acima de tudo, já não quer envolver-se num projeto com sinais de falta de fôlego. Na resposta, o chefe do governo envia um remoque: «Temo muito pelo futuro de uma civilização que os seus próprios adeptos temem defender.»

Rejeitando ainda outras sondagens para cargos políticos, haverá porém uma que Freitas do Amaral não enjeitará: para procurador à Câmara Corporativa (CC, o segundo hemicycle do regime, com funções consultivas, acolhendo representantes dos interesses sociais), que Caetano lhe faz quatro meses mais tarde (assim como a outros elementos de espírito mais aberto, como a engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, ligada a movimentos católicos, o sociólogo Adérito Sedas Nunes e André Gonçalves Pereira). Justificará que a CC constituía um espaço de debate relativamente aberto, e, na nota entusiasmada de agradecimento que envia ao mestre, já não fala de impedimentos de ordem académica ou outros.

Se pensava ir integrar um órgão mais técnico do que político, cedo se terá desiludido: pela CC (e em particular pelo seu setor em particular, a secção de «Interesses de ordem administrativa», subsecção de «Política e administração geral»), passam, para apreciação, os projetos legais então símbolos da abertura marcelista. É a antecâmara dos duros debates que na AN opõem os

membros da «ala liberal» (como os advogados Francisco de Sá Carneiro, do Porto, e Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, de Lisboa, o empresário José Pedro Pinto Leite ou o médico João Pedro Miller Guerra) aos «ultras» do regime.

Forçado a tomar partido, Freitas do Amaral estará do lado da posições anticonservadoras, com pelo menos Lourdes Pintasilgo e Sedas Nunes, que o acompanham na maioria das posições. Reclamar-se-á até como líder desse grupo: «Eu era então um perigoso progressista aos olhos da maioria.» Reconhecerá sobre eles o historiador José Hermano Saraiva, derradeiro ministro da Educação Nacional de Salazar (e primeiro de Caetano), que entrara ao mesmo tempo para a mesma subsecção da CC: «Há pessoas mais viradas aos ventos do futuro e outras ao passado, e eles estavam virados para o futuro, embora dentro da grande amplitude do regime de então. Freitas do Amaral punha um grau de sisudez e de gravidade professoral que davam uma enorme autoridade às suas intervenções.»

Marques Guedes, outro membro da subsecção, lembrar-se-á sobretudo da maneira «como o Diogo se entusiasmou com a reforma de José Veiga Simão [o catedrático, oriundo da Faculdade de Ciências de Coimbra e doutorado em Física Nuclear, que, na remodelação de 1970, substituiu Hermano Saraiva] e a sua “batalha da educação”». Freitas do Amaral tinha aliás um canal aberto para o ministério de Veiga Simão, já que Augusto de Athayde, com apenas 28 anos, havia aceitado nele entrar como subsecretário de Estado da Juventude e Desportos.

Desmobilizado em julho de 1970, dirá o académico ter então recebido «muitos e apetecíveis convites para bons lugares de consultor jurídico ou mesmo para excelentes cargos de administrador de empresas privadas», mas que os recusou todos, pois já auferia o suficiente como professor e continuava como a mesma função na Sacor, além de ganhar também como jurisconsulto independente. Admitirá que alguns dos pedidos de parecer que recebia não seriam por lhe serem reconhecidos méritos de ju-

rista mas porque era sabida a sua proximidade ao presidente do Conselho.

Haveria ainda outra razão para não aceitar compromissos permanentes com entidades privadas – o crescimento de uma certa ambição: «Eu começava a sentir cada vez mais em mim um desejo de intervenção política, e, para isso, uma das condições que julgava essenciais era ser completamente independente, sem nenhum vínculo ou enfeudamento a qualquer grupo económico privado.» Só uns tempos depois aceitará ser vogal do conselho fiscal do Caminho de Ferro de Benguela, uma empresa concessionária do Estado.

No mesmo ano, apesar dos protestos da família, favorável a uma pausa que garanta alguma tranquilidade, inicia os trabalhos do concurso para professor extraordinário, com a tese «Conceitos e Natureza do Recurso Hierárquico», decidido que está a terminar o mais breve possível as restantes etapas do percurso ascensional até ser catedrático. Prevê dois a três anos para finalizar o trabalho.

No domínio das ideias jurídicas, talvez devido ao contacto com o mundo exterior, ter-se-ão operado entretanto algumas mudanças no pensamento e na abordagem de Freitas do Amaral, notará Sá Ramalho: «Nos primeiros anos da faculdade, ele tinha uma visão muito normativista do Direito. Mas no fim dos anos 60, quando o voltei a encontrar, comecei a sentir que ele estava pelo menos a descobrir a filosofia do Direito. Em 1973, fez uma palestra em Guimarães sobre um qualquer tema jurídico e já eram frequentes as suas referências aos sociólogos. Entrara muito pela sociologia do Direito e a ciência política.»

No terreno mais político, torna-se habitual almoçar às quartas-feiras com uma tertúlia de amigos, onde se incluem Augusto de Athayde, Alberto Xavier e Sousa Franco, para conversas sobre o que está a acontecer e o enaltecimento de teses acerca do desenvolvimento material do país e da economia social de mercado, embora sem grandes pronunciamentos quanto ao regime. Há um

dia em que Freitas do Amaral leva Amaro da Costa ao almoço, e a identificação é tão perfeita que os comensais logo cooptam o engenheiro para o grupo.

Os tertulianos expõem as suas ideias na página «Economia e Finanças», do *Diário de Notícias*, cujo responsável editorial é Alberto Xavier e que virá a ganhar reputação por nela se preconizar a liberalização do regime na área a que alude o cabeçalho. O próprio Freitas do Amaral, em fevereiro de 1971, começa a publicar na página uma coluna quinzenal intitulada «Legislação e Administração», de comentário aos diplomas no domínio económico-financeiro, onde defende o liberalismo económico, ou uma «terceira via» rejeitando o corporativismo salazarista e o socialismo marxista. É a intervenção política possível de quem recusa cargos políticos.

No semanário *Expresso*, de Francisco Balsemão, fundado no início de 1973, Marcelo Rebelo de Sousa, seu colaborador, chamará aos membros da tertúlia «A nova direita», para irritação de Freitas do Amaral e dos amigos, que se diziam giscardianos e, por isso, «centristas, liberais e europeus» (inclinação que, de alguma forma, ele já expressara no artigo para a *Rumo* mais de uma década antes). Preocupavam-se mesmo com o seu «rigoroso centrismo».

O PRUDENTE DISSIDENTE

Dá-se entretanto um confronto na CC entre Freitas do Amaral e os conservadores em 1971 (ano em que aumenta a sua prole com o nascimento de outra menina, Joana), ao abrir-se nova oportunidade de revisão constitucional.

As respetivas propostas, antes de submetidas à AN, têm de ser apreciadas pela segunda câmara. Em março, ele pede uma audiência a Marcello Caetano para lhe exprimir discordância pela manobra de levar a CC a dar parecer favorável apenas ao projeto governamental, chumbando os restantes dois entregues: um da ala liberal e outro cujo primeiro subscritor é Duarte do Amaral, à frente de um grupo de deputados considerados ultras, associados a Américo Tomás (embora o filho venha a rejeitar tal categorização).

«Considero essa estratégia errada, porque divisionista, e contrária ao espírito das instituições do regime em que vivemos», afirma Freitas do Amaral ao presidente do Conselho, anunciando que não lhe dará o voto. Caetano tenta personalizar a atitude do interlocutor: «Compreendo a delicadeza da sua posição, dado que um dos projetos é subscrito, em primeiro lugar, pelo senhor seu pai.» Ao que o outro responde: «Não tem nada de pessoal

ou familiar, é um problema exclusivamente político e de caráter geral. A fazer rejeitar em bloco os projetos dos deputados, admitindo apenas a aprovação do projeto do governo, o senhor presidente está a dividir os deputados seus apoiantes, está a criar uma maioria governamental e uma oposição (ou duas), e está a dar a entender que só o governo pode ter boas ideias em matéria de revisão constitucional.» E essa não é uma posição construtiva – acrescenta – «no atual regime de Estado sem partidos».

O chefe do governo rejeita a sua argumentação, optando pela posição maximalista: «Está enganado. Uma revisão constitucional não se faz por subscrição pública. O projeto-base é o do Governo e não o da oposição. Cada um tem de escolher o seu campo.» O ex-discípulo revela-lhe então ir aprovar na generalidade os três projetos, «porque todos têm coisas boas que merecem ser aproveitadas», e depois defender na especialidade o que entende dever ser ou não acolhido de cada um, adiantando que gostaria ver o lado governamental a fazer o mesmo.

Claro que o único projeto aprovado pelos procuradores é o do governo. Ao votar vencido na rejeição liminar da proposta dos liberais, Freitas do Amaral sustenta que «no presente projeto há várias emendas à Constituição que merecem aprovação», enumerando as passagens que apoiaria. Contudo, não inclui na lista das suas concordâncias «a negação de qualquer privilégio ou discriminação fundados em nascimento, raça, sexo, religião ou condição social», «o direito ao trabalho», «o direito à informação livre e verídica», «a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência», «não ser condenado em penas privativas ou restritivas da liberdade pessoal, nem atingido por medidas de segurança, senão por decisões de tribunais comuns de jurisdição ordinária» ou «o direito de resistir a quaisquer ordens que infringam os direitos, liberdades e garantias individuais».

Explicará que, sendo favorável à abertura do regime, teria entendido esses pontos como demasiado avançados: «Aceitei algumas dessas propostas [dos liberais], mas não as mais ousadas. Eu

era defensor de uma transição gradual.» Outro caso surge na CC, também no âmbito da revisão constitucional, em volta do projeto marcelista de concessão de maior autonomia aos territórios coloniais. Freitas do Amaral subscreve sem objeções a redação da nova «Lei Orgânica do Ultramar», onde se escreve que «as províncias ultramarinas são parte integrante na Nação e constituem regiões autónomas». Justificará: «Achei que as propostas do governo em matéria ultramarina eram o mínimo que se poderia fazer para tentar começar a resolver o problema das guerras em África e do futuro daqueles territórios e das suas gentes. Por isso defendi a proposta.»

Continuava assim a cultivar a ambiguidade: sem se envolver a fundo, também não cortava pontes com o marcelismo, em última análise para manter a amizade com o catedrático que impulsionara a sua carreira académica, dele se mantendo de alguma forma tributário. Caetano, por seu lado, conservava a confiança no discípulo, tanto mais que, em abril de 1972, pede-lhe que vá falar com ele ao Forte de Catalazete, junto a Carcavelos, de onde fazia residência de fim de semana. Tratava-se de o sondar sobre a eleição presidencial marcada para meses depois, à qual Américo Tomás pretendia recandidatar-se, o que significava a estagnação do regime e até um retrocesso nas tímidas reformas marcelistas.

Os apoiantes do chefe do governo pressionavam-no para ser ele a candidatar-se, afastando o velho almirante e consolidando o seu poder, mas hesitava, e no fundo chamara o antigo aluno (como fazia com muito mais gente) para dar caução a uma recusa. Depois de Freitas do Amaral insistir com ele para avançar, o anfitrião elencou uma série de contras que eram mais do que os prós, terminando com um motivo inesperado: estando viúvo, não podia cumprir as funções de representação do Estado cometidas ao Presidente sem aparecer com companhia feminina, mas, como chefe do executivo, já o fazia por vezes com a filha, Ana Maria Caetano, e achava não poder exigir mais dela, além de que casar em segundas núpcias (para o que até haveria pretendentes)

suscitaria críticas e incompreensão popular. «A má-língua nacional não duraria muito, com certeza», assegura-lhe o visitante, instando-o a novo matrimónio. Mas, ao fim de uma conversa de duas horas, o outro remata que não vê quem o possa substituir à frente do executivo, além de que tem um dever de lealdade para com Tomás, que o nomeou para o cargo. O apoio que acabará por dar à recandidatura do Presidente foi a evidência do impasse a que chegara o seu projeto: entre os 645 membros do colégio eleitoral de eminências do regime (pelo qual Salazar optara depois do susto tido em 1958 com a candidatura oposicionista do general Humberto Delgado, quando o escrutínio presidencial era por sufrágio direto e universal), o homem que havia 14 anos ocupava o Palácio de Belém recolherá 616 votos a favor, contando-se o de Freitas do Amaral (como membro da CC) entre os 29 nulos.

O professor da FDL continua em 1973 a resistir a outros convites da esfera política, parte deles endereçados por Joaquim Silva Pinto com pelo menos o tácito consentimento de Marcello Caetano. O mais importante ocorre quando o chefe do governo, após o abandono do parlamento por Sá Carneiro em janeiro (seguido de outros deputados da ala liberal, todos desiludidos pelo bloqueio a que se chegara), encarrega Silva Pinto de recompor um grupo reformista no hemiciclo, com vista às eleições legislativas a ter lugar no fim do ano. Aquele que virá a ser ministro das Corporações (logo após a ida às urnas) lança então a Freitas do Amaral a proposta para passar a liderar os liberais na AN, mas regista a resposta previsível: «O Diogo disse que não, invocando a manutenção da sua independência como professor universitário e explicando que, se isso não era incompatível com o lugar de procurador [à CC], já o era com o de deputado.»

Os compromissos académicos são também o pretexto invocado ao recusar a solicitação de Silva Pinto para intervir no I Congresso da ANP, realizado em Tomar em maio desse ano, o que podia fazer mesmo não sendo filiado (episódio que Freitas do Amaral referirá mas que o outro negará ter existido).

O próprio Marcello Caetano ter-lhe-á pedido em agosto que concorresse a deputado nas listas da ANP (convite que disse ser transmissível, mais uma vez, a Sousa Franco e Alberto Xavier), deparando com nova recusa. Era algo que já não fazia sentido – explicará mais tarde Freitas do Amaral. Acrescentará ter sentido nessa conversa o interlocutor muito diminuído psicologicamente, o que o leva a pedir ao pai uma diligência junto de Américo Tomás no sentido de substituir o presidente do Conselho, por já não se encontrar em condições de liderar a governação, pois, caso contrário, as coisas poderão desembocar num «triste fim».

Mas o convite mais tentador de Marcello Caetano vem a seguir às eleições (monopolizadas de novo pelo partido do regime): assumir a pasta da Justiça. Freitas do Amaral terá hesitado dessa vez, chegando mesmo a imaginar o «programa de choque» que poderia aplicar, mas, depois de ouvir o líder exigir «mão dura sobre os juízes», para evitar a «pura anarquia», resiste ao assédio, refugiando-se de novo no labor académico. «Pois é, já quase que esperava essa resposta», ter-lhe-á replicado o outro. «Você arranjou esse escudo invisível [expressão de um anúncio televisivo coevo a um dentífrico] para se proteger de todos os convites...»

Na verdade, Freitas do Amaral até se sentia mais vocacionado para ser ministro da Educação. Só se orgulharia, aliás, ao nível dos seus contributos para a governação nesse período, de ter trabalhado para Veiga Simão, cujo ministério considerará «o único setor que ainda mexe» num governo estagnado. Para ele redige alguns diplomas, como evocará: «Foi meu o decreto-lei que, a pedido dele, criou o Instituto de Ação Social Escolar, o qual multiplicou enormemente o apoio do Estado aos estudantes de famílias pobres.» Também colabora na preparação da Lei de Bases da Reforma Educativa, «documento verdadeiramente moderno, democratizador e reformista», que defende na CC a pedido do ministro, sendo aprovada pela AN sem votos contra em meados de 1973, o que leva o titular da Educação a anunciar a criação de quatro novas universidades públicas, tantas quanto as já existentes.

Porém, Veiga Simão não sairia a seguir às eleições do elenco ministerial, pelo que suceder-lhe é questão que não se colocava. Após rejeitar um pedido de Silva Pinto (já como ministro), para elaborar um projeto de revogação do Estatuto do Trabalho Nacional, alegando não se tratar da sua especialidade, Freitas do Amaral aceita presidir a uma comissão para estudar a reorganização das pastas económicas. Preconiza (à semelhança dos modelos francês e britânico) a criação de um grande «Ministério das Finanças e da Coordenação Económica» (extinguindo o da Economia) e de duas tutelas setoriais: da Agricultura e da Indústria. A proposta é aplicada parcialmente na remodelação governamental efetuada por Marcello Caetano a 15 de março de 1974, o que leva Alberto Xavier a secretário de Estado do Comércio.

Freitas do Amaral contará que ainda quis avisar o amigo para não aceitar o cargo em época de tão funestos augúrios para o regime, mas que não terá ido a tempo. Como consequência, acaba por ser ele sozinho a redigir toda a página seguinte de «Economia e Finanças».

Dias depois, pelas 4h45 da madrugada de 24 para 25 de abril, Freitas do Amaral, que, na companhia da mulher, acabara de chegar ao Hotel do Mar, em Sesimbra, para um retiro de uma semana com vista a avançar nos trabalhos (já atrasados) da sua derradeira tese académica, é acordado pelo telefonema de um amigo e ex-colega da FDL, o advogado Paulo Marques, anunciando-lhe haver tropas nas ruas de Lisboa, pelo que será melhor regressar a casa o mais depressa possível. Assim procede, recordando-se de observar pelo espelho retrovisor que, ao entrar na ponte sobre o Tejo, as tropas rebeldes acabam de cortar ali o acesso sul à capital, pelo que terá sido o seu carro o último a fazer a travessia.

Estava em curso um golpe de Estado, cedo se transformando numa revolução que virará do avesso tanto o país como a vida do ponderado professor de Direito Público.

O AROMA DA LIBERDADE

Freitas do Amaral afirmará ter recebido a extinção da velha ordem no 25 de Abril «com sentimentos mistos de alegria, pela abertura à democracia, e de preocupação, pelo facto de os comunistas terem tomado conta das ruas no 1.º de Maio». É de qualquer modo enorme a expectativa com que observa a rápida evolução de acontecimentos para os quais, manifestamente, não estava preparado (se bem que quase nenhum português o estivesse).

Logo no início de maio, a 4, recebe um telefonema para comparecer no Palácio de Belém na companhia de Alberto Xavier. Afastado Américo Tomás (e remetido para um tranquilo exílio no Brasil na companhia de Marcello Caetano), será o general António de Spínola, chefe da Junta de Salvação Nacional (JSN), organizada pelos militares golpistas – o Movimento das Forças Armadas (MFA), formado sobretudo por oficiais de patente intermédia –, quem vai sentar-se, a partir de meados desse mês, na cadeira da Presidência da República, mas não é ele a falar com os dois convocados.

Um conhecido que se cruzou à entrada com a parilha contará «que os dois, mas sobretudo Freitas do Amaral, estavam

lívidos – tinham apanhado o susto da vida deles». O professor ter-lhe-á então dito: «Não sei o que estou aqui a fazer, se calhar estou preso.» Esperaram numa sala onde tiveram a surpresa de verificar que já estavam Álvaro Cunhal, secretário-geral do antes ilegalizado Partido Comunista Português (PCP), recém-chegado de longos anos de exílio, Mário Sottomayor Cardia, dirigente do Partido Socialista (PS), fundado por Mário Soares em abril do ano anterior e também clandestino até à queda da ditadura, e Francisco Pereira de Moura, figura de proa do MDP/CDE (Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral), resultante de candidaturas oposicionistas às legislativas do período de Marcello Caetano – todos acompanhados de uma segunda figura da respetiva agregação política. Entram a seguir Francisco Balsemão e Magalhães Mota, que, com Sá Carneiro, anunciarão, menos de 48 horas depois, a fundação do Partido Popular Democrático (PPD), emanado da ala liberal da legislatura de 1969-73.

O ambiente apenas se desanuvia quando todos são levados para uma sala de reuniões onde já se encontravam alguns dos principais elementos do MFA, como Ernesto Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Gonçalves, João de Almeida Bruno, Rafael Durão e José de Canto e Castro, do Exército, José da Costa Martins, da Força Aérea, e Vítor Crespo, da Armada. Só então os militares explicam aos civis que o encontro tem por objetivo sondar as principais forças políticas, existentes ou já anunciadas, com vista à formação de um governo provisório.

Freitas do Amaral manifesta de imediato a sua estupefação: «Muito francamente, não sou representante de nenhum partido político existente ou em formação.» Xavier, a seguir, profere algo parecido. A resposta terá sido de Melo Antunes: «Não há erro nenhum da nossa parte. Pelo que escreveram na página económica do *Diário de Notícias* nos últimos três anos, representam, melhor que ninguém, um partido liberal como os que existem noutros países europeus, e que fará muita falta se não existir no

leque partidário português.» Mesmo assim o jovem doutor insistiu não ter planos para integrar qualquer agrupamento político, pedindo escusa para sair. «Você fica!» – ter-lhe-á ripostado Vítor Crespo em tom autoritário (atitude que o visado amenizará nas suas memórias).

A ordem é obedecida pelos dois amigos, passando-se a discutir que temas dominariam a missão do governo provisório, como a economia (em dificuldades devido à crise petrolífera iniciada no ano anterior com a guerra israelo/árabe do Yom Kippur, no Médio Oriente), ou a descolonização do império português, com Cunhal, perante o horror de Freitas do Amaral, a defender ardentemente a concessão imediata da independência aos diversos territórios sem consulta às respetivas populações.

Desinteressados da apresentação de um projeto de partido, nem Freitas do Amaral nem Alberto Xavier serão convocados para futuras reuniões com vista a formar um executivo. Mas o encontro de Belém terá reanimado no espírito do poveiro o desejo da intervenção política. A questão era saber como, no quadro aberto pelo 25 de Abril. Ainda terá ponderado aderir ao PPD, mas rejeita a ideia ao verificar que o líder, Sá Carneiro, tal como os restantes, falam em colocar Portugal na «via para o socialismo». Também não aceita o convite que o general Kaúlza de Arriaga (em tempos um salazarista convicto) lhe dirige para integrar um partido que está a formar (e que na verdade só surgirá três anos depois, com clara conotação de extrema-direita).

Talvez a alternativa consista em criar o seu próprio partido; só que os amigos não parecem para aí: Alberto Xavier e Augusto de Athayde, assustados perante o que veem, já fazem contactos para ir trabalhar para o estrangeiro, Sousa Franco está mais inclinado para a área do PPD e Amaro da Costa não cultiva, pelo menos de momento, um projeto desse tipo.

Em política, quem tergiversa é cilindrado, e se Freitas do Amaral teve aspirações a entrar para o governo provisório acabou por perder a oportunidade. Confessará aliás mais tarde que o maior

erro da sua carreira política, nesses dias efusivos em que tudo parecia possível, consistiu em não ter fundado logo um partido que lhe desse acesso ao elenco governamental (como aconteceu com os outros convocados para a reunião de Belém, com Sá Carneiro, Cunhal e Pereira de Moura como ministros sem pasta e Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros num gabinete que teria como primeiro-ministro o catedrático da FDL Adelino da Palma Carlos). Conclui-se que os partidos representados no executivo tinham mais credibilidade junto da população, mobilizavam mais filiados e estavam menos sujeitos a ataques violentos.

Mas, por portas travessas, a orientação governamental passa-lhe pelas mãos da forma mais inesperada: logo de início, Spínola chamara a si a tarefa de elaborar um programa do governo provisório e acabou por delegá-la em Veiga Simão, de quem era amigo e que sobreviviera praticamente incólume à transição de regime, o ex-titular da Educação encarregou da tarefa Amaro da Costa (seu antigo colaborador no ministério) e o engenheiro, achando que não o conseguia fazer, acaba por ir bater à porta de Freitas do Amaral, dando-lhe 48 horas para apresentar o texto.

O próprio dirá ter redigido em 24 horas o programa, «moderado, centrista e neo-liberal, embora com forte cunho social [...] – europeísta em política externa, liberal em política económica e socialmente generoso em política social», ali plasmando as ideias que ele e Alberto Xavier tinham vindo a defender no *Diário de Notícias*. No articulado, propõe a nacionalização dos bancos emissores de moeda no espaço imperial – o Banco de Portugal, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Angola –, «indispensável para assegurar o controle público da política monetária e cambial» (lembrando-se de de Gaulle, como primeiro-ministro, o ter feito em França logo após a Segunda Guerra Mundial). Quanto à descolonização, mantém as ideias básicas, ainda bastante tímidas, preconizadas no programa do MFA (solução «política e não militar» da guerra colonial, «debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino» e «política ultramarina que conduza à

paz»). Ainda trabalhado por Amaro da Costa e, dirá o autor, retocado por Veiga Simão, o programa é entregue a Spínola, vindo a ser publicado como decreto-lei da JSN, mas o professor duvidará de que os partidos alguma vez o tenham lido, menos ainda discutido e aprovado. (O ex-ministro da Educação dirá mais tarde que desconhecia a participação de Freitas do Amaral na elaboração do texto e que o contributo pedido a Amaro da Costa foi apenas um dos vários que solicitou, resultando a versão final da convergência das propostas recolhidas).

Por outro lado, as intervenções equilibradas de Freitas do Amaral no encontro de Belém fizeram o seu caminho, e terão levado Spínola a convidar o professor para integrar o elenco do Conselho de Estado (CE), a constituir com largas funções, não só consultivas como de natureza constitucional, assim como de fiscalização dos atos dos órgãos de soberania transitórios (Presidente da República, JSN, Comissão Coordenadora do MFA e governo provisório), com poderes até para vetar diplomas do executivo.

Não só aceita como, a convite de Spínola, discursa na tomada de posse do CE, a 31 de maio, em nome de todos os seus 21 membros. Aos 32 anos, só não é o benjamim do novo órgão porque um dos militares que o compõem, o capitão-tenente Carlos de Almada Contreiras (da Armada), nascera dois meses depois.

Por essa ocasião, Freitas do Amaral concluíra, em conciliábulos com Amaro da Costa, que afinal a vontade sentida por ambos de intervir politicamente na nova conjuntura nacional só se satisfaria com a criação de um partido próprio. O protagonismo público que já tivera fazia olhar para ele como o depositário de uma ideia de formação conservadora moderada, necessária para completar um leque político pluralista com as outras forças já no terreno. De resto, Almeida Bruno, um tenente-coronel muito próximo de Spínola (e por ele escolhido como conselheiro de Estado), faz-lho saber três dias depois da posse do CE, dizendo-lhe que, na opinião dos membros moderados do MFA (no caso, so-

bretudo outros spinolistas), falta em Portugal um partido representando a direita democrática e que a pessoa com perfil para o liderar é o professor.

«UM GRANDE SERVIÇO AO PAÍS»

Sustentará Freitas do Amaral que, deste modo, quase foi empurrado pelos militares para fundar um novo partido. Mas o facto é que na ocasião já o projeto estava em elaboração, e talvez o empurrão mais decisivo tenha sido dado antes por Amaro da Costa, como reconhecerá: «Eu não tinha qualquer ideia inicial de formar um partido. O Adelino teve-a primeiro do que eu. Tive algumas dúvidas, mas ele começou a pressionar-me nesse sentido.»

O modelo que ambos definem inspira-se nos Republicanos Independentes, os liberais conservadores e euro-federalistas de Giscard d'Estaing, que aliás tinha acabado de vencer as eleições presidenciais francesas (contra o socialista François Mitterrand). Depois medem a temperatura das águas políticas através de três artigos de opinião que Amaro da Costa (com leitura e concordância prévias do amigo) publica em junho e julho no vespertino *Diário Popular* e no matutino *O Século* – uma espécie de programa básico que arregimenta à volta de ambos as pessoas que se identificam com as ideias aí expressas.

Um dos adeptos é o jurista Vítor Sá Machado, administrador (e futuro presidente) da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG),

que recordará: «Assistíamos com preocupação ao proliferar de partidos da esquerda e extrema-esquerda, o que era natural porque a revolução se fizera contra o regime autoritarista de direita. Não concordávamos, por outro lado, com os grupos de direita, crispados com o novo regime. Procurávamos um espaço de alguma tranquilidade, uma plataforma de moderação. A verdade é que não tínhamos sido antifascistas, mas também, no essencial, não tivéramos qualquer atividade política no antigo regime.»

Surge assim, a 19 de julho, o CDS – Centro Democrático Social (nome resultante da preocupação freitista respeitar a ordem democrática e de se colocar «rigorosamente ao centro», ideia de resto evidenciada no emblema do partido, desenhado pelo escultor João Charters de Almeida). Os dois promotores decidem não aceitar nas fileiras do novo partido quem se proclame defensor do «socialismo» ou quem, notoriamente, tenha pertencido ao aparelho do anterior regime.

Além de Freitas do Amaral, Amaro da Costa e Sá Machado, aparecem como fundadores ou filiados iniciais, entre outros, Paulo Marques, os também advogados João Morais Leitão, Basílio Horta e Rui Pena, o jurista Luís Moreno, o economista Luís Barbosa, o empresário Emídio Pinheiro, o médico Francisco Oliveira Dias e o engenheiro Miguel Anacoreta Correia, aderindo pouco mais tarde Luís Beiroco, os juristas e professores universitários Francisco Lucas Pires, Narana Coissoró e Adriano Moreira (ministro do Ultramar da Salazar nos primeiros tempos da guerra colonial, tendo-se demitido em divergência com o ditador), o engenheiro Nuno Abecassis, o jurista José Ribeiro e Castro e o estudante (e futuro licenciado em Direito) Manuel Monteiro. Por acerto consensual, Freitas do Amaral será o presidente do partido, enquanto Amaro da Costa o seu secretário-geral.

Apresentando-se aos outros líderes partidários, Freitas do Amaral acaba por ser recebido primeiro por Álvaro Cunhal (áspero mas cordial), causando desconforto entre os filiados centristas. Seguir-se-ão mais tarde Sá Carneiro – num encontro

casual no Hotel Balaia, em Albufeira, onde ambos passam férias de verão, em que o presidente do CDS aproveita para sugerir ao interlocutor uma coligação entre os seus dois partidos com vista às eleições para uma Assembleia Constituinte (AC), prometidas pelo MFA, e que o líder social-democrata rejeita sob o argumento de que será importante haver candidaturas separadas para medir pela primeira vez a dimensão dos respetivos eleitorados, remetendo a eventual abordagem do tema para futuras legislativas –, e Mário Soares – com quem também se cruza por acaso, numa receção diplomática, ouvindo do secretário-geral socialista palavras encorajadoras: «Queria felicitá-lo, vivamente, por ter fundado o CDS. Era absolutamente essencial à democracia portuguesa que surgisse um partido como esse. Vocês prestaram um grande serviço ao país, talvez maior do que vos possa parecer neste momento.»

O primeiro comício do CDS tem lugar em Vila Nova de Famalicão, a 20 de agosto, com discursos dos dois principais dirigentes, tendo notado Freitas do Amaral que, enquanto leu com o seu tom professoral um texto escrito, Amaro da Costa improvisou, conseguindo ser mais arrebatador e obter mais entusiástica reação da assistência.

Mas no Minho o líder centrista estava a jogar em casa. Quando, aproveitando as férias de verão, o CDS resolve organizar as seguintes sessões públicas no Algarve, o fracasso é geral. Num país em rápido processo de radicalização política, o partido é associado ao antigo regime por jovens esquerdistas e apodado de «fascista», sendo os comícios boicotados. Em Portimão, o líder e os restantes membros da mesa são obrigados a fugir por uma porta lateral do cinema onde estava prevista a iniciativa para terem de percorrer um espaço ao ar livre em que se projetava, para uma audiência de veraneantes, uma fita de *cowboys*, atravessando o proscénio perante as assobiadelas do público à mistura com o som de tiros oriundos do filme e, uma vez na rua, depararem com os pneus dos carros furados.

O clima não favorece a implantação do partido e o desenvolvimento das suas atividades públicas, e mesmo a nível institucional instala-se a desconfiança, sendo por exemplo Sá Machado e Luís Moreno «saneados» da FCG por assumidamente – sustentará o então presidente centrista – terem sido «fundadores do CDS». Freitas do Amaral queixar-se-á mais tarde de uma desvantagem perante as forças com lugar no executivo: «Não estar no governo era um *handicap* terrível para um partido. Foi a minha presença no Conselho de Estado que explica a sobrevivência do CDS. Se não, tinha sido cilindrado na revolução.»

Curiosamente, com o seu sentido legalista (mesmo tratando-se da legalidade revolucionária), ele nem sempre se coloca do lado da direita. No CE destinado a discutir, a 8 de julho, uma proposta do primeiro-ministro com vista a reforçar os seus poderes e a antecipar as eleições presidenciais como primeira votação a ter lugar (com a previsível vitória de Spínola, que apoia a ideia), dissolvendo a JSN e o MFA e atirando o escrutínio para a AC (e depois para legislativas) muito para lá do prometido pelos militares de Abril, vota contra o que considera uma deturpação do programa inicial, o que contribui para deixar isolado Palma Carlos (que em conselho de ministros só recolhe o apoio de Sá Carneiro) e para a sua conseqüente resignação e substituição por outro chefe do governo: o coronel do Exército Vasco Gonçalves, ligado aos militares rebeldes.

Do mesmo modo, contra a posição do Presidente da República, vota com todos os restantes conselheiros de Estado a favor da Lei 7/74, de 27 de julho, com caráter constitucional, reconhecendo o direito das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência (em consonância, de resto, com o programa do CDS, que além disso também advogava a adesão europeia de Portugal).

A 28 de setembro, dia marcado para a realização na capital de uma manifestação de apoio a Spínola, que a esquerda civil e militar impede levantando barricadas nas entradas de Lisboa, Freitas do Amaral opõe-se no CE à tentativa de declaração do estado de

sítio pedida pelo Presidente. O que o torna não confiável perante uma certa direita, spinolista e não só, que se distancia do poder triunfante. Um dos seus mais ativos elementos é o oficial da Armada Guilherme de Alpoim Galvão, que considerará mais tarde: «Ele [Spínola] foi o único [no CE] a defender a declaração do estado de sítio. Freitas, que tinha que redigir o projeto legal para o efeito, calou-se.»

Dois dias após o 28 de Setembro, Spínola, vendo os seus poderes diminuídos, acaba por resignar da Presidência (numa comunicação feita ao CE), sendo substituído pelo general Francisco da Costa Gomes (até então vice-presidente da JSN), e o líder do CDS escreve a Vasco Gonçalves para manifestar «apoio aos órgãos de soberania instituídos ao abrigo da legitimidade revolucionária» e colocar-se à disposição para participar, em nome do partido, no III Governo Provisório, que o primeiro-ministro prepara em função do sucedido. A tentativa de consagrar institucionalmente os democratas-cristãos não surte efeito: o primeiro-ministro (embora, na aparência, não duvidando das boas intenções do conselheiro de Estado e classificando-o em privado como «um verdadeiro democrata, incapaz de estar metido numa golpada») responde negativamente.

E Freitas do Amaral tomou essa posição apesar de, em pleno 28 de Setembro, ter tido de lidar, a partir de Lisboa, com a invasão, por militares armados, da Casa da Aveleira, um antigo solar granítico que o pai adquirira na década anterior em Penselo, Guimarães, e que, depois de anos a restaurar, era a residência onde a família passava as quadras de Natal e da Páscoa. Enviados do Porto, os ocupantes comunicaram aos pais do líder centrista (que estavam no local com os netos) possuírem suspeitas de a casa ter abrigado uma «reunião conspiratória» de «conhecidos fascistas» relacionada com aquilo que a esquerda designava como o suposto «golpe spinolista contrarrevolucionário» desse dia. Tudo acabou sem nada ter sido fundamentado. A radicalização do clima político após o 28 de Setembro torna ainda mais difícil

a vida dos democratas-cristãos. Depois de, ao fim da tarde de 4 de novembro, um grupo de manifestantes da extrema-esquerda não terem conseguido boicotar o primeiro comício da Juventude Centrista (JC), o ramo juvenil do partido, realizado (sem a presença de Freitas do Amaral) no Teatro de São Luís, na capital, ensaiam o assalto e a destruição do recheio da sede do CDS, no Largo do Caldas (num edifício alugado ao Patriarcado de Lisboa), tentando ainda pegar fogo ao prédio. O saldo dos incidentes é de quatro dezenas de feridos, metade dos quais agentes da PSP.

Freitas do Amaral procura entretanto o reconhecimento internacional da sua organização, sobretudo em contactos com os Republicanos Independentes em França e com o Partido Conservador no Reino Unido. Fala também com a União Europeia da Democracia Cristã (UEDC), que só integra partidos conservadores oriundos de países democráticos mas admite os centristas como observadores até à realização das primeiras eleições em Portugal. Fica acordado que a UEDC enviará uma delegação ao I Congresso do CDS, a realizar no Palácio de Cristal (depois Pavilhão Rosa Mota), no Porto, no último fim de semana de janeiro de 1975.

O CERCO À DEMOCRACIA-CRISTÃ

Para o congresso inaugural, talvez os responsáveis do CDS tenham escolhido a cidade nortenha por pensarem que, perante a instabilidade vivida na capital, seria um porto mais seguro que Lisboa. Contudo, nos dias que antecederam o conclave, o Porto foi inundado por campanhas de agitação de vários grupos da extrema-esquerda (e até da secção local da Juventude Socialista – a organização juvenil do PS) denunciando a iniciativa e apelando para que não tivesse lugar. Freitas do Amaral (que dará depois a entender a um amigo que o seu verdadeiro receio era a extrema-esquerda, não o PCP) recordará ter ficado apreensivo sobre o que poderia acontecer, ao contrário de Amaro da Costa, otimista como sempre.

O líder teve a intuição certa. No sábado previsto para abrir o conclave, quando congressistas e convidados (umas 700 pessoas) já estavam no interior do Palácio de Cristal, começam a acumular-se no jardim contíguo centenas ou até milhares de manifestantes, contestando ruidosamente o evento «reacionário», com a PSP, depois reforçada pela GNR e o Exército, a sentir crescentes dificuldades para conter o ímpeto da multidão, que tenta invadir o recinto.

Avisado de que a turba está na iminência de quebrar o cordão de segurança, Freitas do Amaral sobe ao microfone e, aparentemente a calma de sempre, pede à assistência que suba ao anel superior do edifício (mulheres e crianças primeiro) «apenas por uma medida de segurança», adiantando não existirem «motivos para pânico». Ele dirá ter sido o último a abandonar o rés-do-chão, já pela hora do jantar. A pedido do Exército, anuncia a decisão preventiva de suspender o congresso para evitar vítimas.

O presidente centrista e outros presentes, em especial os representantes de partidos estrangeiros, assim como a missão de observação da UEDC, desencadeiam uma sucessão de telefonemas a solicitar auxílio – o líder para as autoridades portuguesas com capacidade para intervir (mas acumulando frustrações, por nada funcionar num sábado à noite), os convidados para as respectivas embaixadas.

Freitas de Amaral recordará o que então lhe diz um dos delegados, rural de profissão, que se chega junto dele, põe-lhe a mão no braço e pronuncia uma frase que lhe faz correr um calafrio pela coluna: «Ah, senhor professor. Agora é que se vai ver o que o senhor vale.»

A barreira não é derrubada, mas o cerco mantém-se madrugada fora, e só será desfeito depois da chegada, por volta das 6h de domingo, de um destacamento de paraquedistas enviado do aquartelamento de Tancos, conseguindo dispersar os manifestantes e garantir a saída segura dos sitiados, já após as 7h. Contam-se 16 feridos, dos quais três em estado grave. Os centristas acabarão por concretizar o seu I Congresso quase um mês depois, na mesma cidade mas em segredo e à porta fechada. Amaro da Costa deixa então de ser secretário-geral para subir a vice-presidente, mantendo-se o amigo imperturbável no lugar de líder.

Freitas do Amaral pode sentir-se reconfortado pelos apoios internacionais que recebe devido ao cerco do Palácio de Cristal, visto como ato perigosamente antidemocrático num país com aspirações a ser uma democracia. Mas no plano interno a pressão

continua, depois de, no mesmo mês de janeiro, ser «saneado» de professor da FDL, juntamente com a maioria do corpo docente, pelos ativistas do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, de orientação maoísta), que tomam conta da faculdade. Há também movimentações (que dirá terem vindo tanto de Vasco Gonçalves como da Comissão Coordenadora do MFA) para que sofra o mesmo destino no CE, mas mantém o lugar. Por outro lado, prossegue o boicote a comícios do CDS e o ataque a militantes seus.

O 11 de Março de 1975, dia em que oficiais spinolistas desencadeiam em Lisboa uma canhestra tentativa de assalto ao poder (cedo fracassada), apanha os dois principais responsáveis centristas em Londres, efetuando treinos de comunicação televisiva num estúdio do Partido Conservador (onde Amaro da Costa se sai bastante melhor do que o companheiro). Sabendo da notícia, Freitas do Amaral resolve regressar no primeiro avião, apesar de desaconselhado por Lord Carrington, líder da oposição conservadora na Câmara dos Lordes, que se encontra com ambos e adverte que o professor será preso à chegada. Admitindo essa eventualidade, o seu braço direito fica em Londres para lançar uma campanha a nível europeu. Nada acontece ao líder democrata-cristão no aeroporto de Lisboa, onde os correligionários lhe pedem que vá imediatamente a Belém declarar que o CDS nada tem que ver com o sucedido. Quando lá chega, Costa Gomes está a anunciar ao CE a sua própria dissolução e substituição pelo recém-criado Conselho da Revolução (CR), órgão constituído unicamente por militares e criado em consequência do fervor radical que se apossa do MFA com o ataque spinolista. Para concluir a jornada, encontra a sede nacional do CDS de novo assaltada, com carros queimados no exterior.

Apesar do contexto político adverso, a passagem do professor pelo CE salvaguarda-lhe o prestígio, como escreverá mais tarde outro conselheiro que estava nesse órgão no momento da sua extinção, o então primeiro-tenente da Armada Miguel Judas,

pertencente à ala pró-PCP do MFA: «Freitas do Amaral demonstrou [...] a sua sincera adesão ao processo democrático e a sua oposição a golpismos. Valorizámos também as suas importantes contribuições políticas e técnicas para o processo legislativo de implantação da Democracia, incluindo a lei eleitoral para a Assembleia Constituinte, para além de nos ter ajudado, a alguns de nós, “militares de Abril”, a melhor compreender a diversidade da sociedade portuguesa e a noção dos “justos equilíbrios” em cada momento.»

Outra consequência do 11 de Março é a suspensão do Partido da Democracia Cristã (PDC), liderado por José Eduardo Sanches Osório, um major do Exército com intervenção no 25 de Abril que, falhado o golpe, fugira com Spínola para Espanha. O CDS havia celebrado com o PDC uma plataforma com vista a uma candidatura conjunta às eleições para a AC, que teriam lugar a 25 de abril seguinte, mas o eclipse do parceiro não só obriga os centristas a desfazer a coligação como a reformular as listas de candidatos em apenas cinco dias, de forma a cumprir o prazo de entrega, o que os leva a arregimentar todo o tipo de gente ao alcance para colmatar as lacunas, incluindo empregados domésticos, caseiros, motoristas ou seguranças.

Como garantia da possibilidade de concorrer às eleições e até da sua própria sobrevivência, o CDS assina a contragosto, a 11 de abril, o Pacto MFA/Partidos, pelo qual as mais importantes forças políticas são obrigadas a acatar um período de transição para um regime democrático, de entre três a cinco anos, durante o qual a tutela do processo estará inteiramente na mão dos militares. Estipulando a minuta original que Portugal caminharia para um sistema «socialista», Freitas do Amaral e Amaro da Costa conseguem *in extremis*, como condição *sine qua non* para o seu partido aderir, uma alteração da fórmula no sentido de considerar que a revolução estaria «empenhada na via original para um socialismo português», para afastar fantasmas de um socialismo à soviética ou à cubana. É deste modo que os centristas – recor-

dará o líder – subscrevem o documento «com reserva mental»: «Achámos que, como mal menor, devíamos assinar.»

O CDS será assim a força mais à direita a candidatar-se às constituintes, as primeiras eleições pós-25 de Abril e aquelas que, desde sempre, antes e depois, registaram maior afluência às urnas: perto de 92% dos eleitores inscritos. Num escrutínio ganho de longe pelo PS, embora sem maioria absoluta (quase 38% dos votos), e em que o PCP recolhe menos boletins do que se esperava face à sua ocupação do espaço público (cerca de 12,5%), os democratas-cristãos são o quarto partido, com 7,6%, muito abaixo do PPD (26,4%), embora acima do MDP/CDE (pouco mais de 4%). Freitas do Amaral fica desapontado com o resultado, que, de novo, explicará pela ausência do seu partido nos governos provisórios.

O encorajamento virá de Mário Soares, quando pouco depois recebe em São Bento, no seu gabinete de ministro já sem pasta (tendo deixado o Palácio das Necessidades para Melo Antunes quando Vasco Gonçalves formou o IV Governo Provisório na sequência do 11 de Março), as duas principais figuras do CDS, para lhes dizer: «Não se preocupem com a fraca votação que tiveram. Para a campanha eleitoral que vos deixaram fazer, até foi bastante razoável. O importante é que vão começar os trabalhos da Assembleia Constituinte, e esta vai funcionar como caixa de ressonância para o país em relação a tudo quanto vocês aqui disserem e votarem. Vão beneficiar muito com isso. Verão como o CDS vai subir nas próximas eleições..., se as houver.»

Nos tempos seguintes, Freitas do Amaral irá canalizar os esforços para credenciar o partido dentro do sistema e do seu ordenamento legal. Garantirá ter rejeitado o envolvimento do CDS em atos violentos cometidos pela extrema-direita no «Verão Quente» de 1975, numa tentativa de desestabilizar ainda mais o já periclitante processo de transição para um novo quadro constitucional: «Vieram recados vagos sobre se queríamos armas, e dissemos que não tínhamos nada que ver com isso.» Recordar-

rá, no mesmo sentido, Sá Machado acerca do líder: «Ele sempre se recusou às tentações de fazer do seu partido uma máquina de guerra, acentuando a componente democrática do CDS nas reuniões da Comissão Política.» A um grupo de jovens centristas detidos no início de agosto de 1975 (e mais tarde libertados sem acusação), temendo serem-lhes apontados atos de depredação, o presidente envia recado para não assumirem no interrogatório qualquer ligação ao partido.

Quando se intensificam os rumores de uma possível guerra civil em Portugal, já em novembro de 1975, Freitas do Amaral recebe, a 13 desse mês, um telefonema de Mário Soares a pedir-lhe que saia o mais rápido possível da capital, pois as fações militares e civis à esquerda dos socialistas estariam a preparar um golpe para três dias mais tarde, o que o leva a deslocar-se temporariamente para o Porto com a família.

Algo do género acontece afinal dias mais tarde, a 25 do mesmo mês, quando se desencadeia uma rebelião castrense ligada à extrema-esquerda, que os militares moderados conseguem dominar, permitindo afastar das Forças Armadas a influência das tendências revolucionárias e fazer o país evoluir por fim para uma via de normalização democrática. Por coincidência, o 25 de Novembro apanha de novo Freitas do Amaral no estrangeiro, desta vez em Roma, onde acabara de aterrar para participar no congresso da União Mundial das Democracias Cristãs.

**«FOI, SEM DÚVIDA, A FASE MAIS
DIFÍCIL E MAIS TRISTE DE TODA
A MINHA VIDA, SUCUMBI.
FUI-ME ABAIXO. PERDI A ALEGRIA.»
ACABA POR DIZER SOBRE O AMIGO
ADELINO AMARO DA COSTA:
«EU É QUE DEVIA TER MORRIDO
EM CAMARATE, NÃO ELE.»**

O SUCESSO NAS URNAS

A alteração da correlação de forças vai permitir ao CDS fazer comícios sem tentativas de boicote e espalhar mais livremente a sua mensagem. Mas acumulam-se pressões à direita do partido. Quando o líder começa a fazer campanha ao lado do general da Força Aérea Carlos Galvão de Melo, que fizera parte da JSN e se irá associar aos centristas como candidato independente a deputado, fica estarrecido com certos «excessos» no estilo de um parceiro que se revela particularmente truculento. Num comício em Rio Maior, a 7 dezembro, Galvão de Melo exhibe uma moca típica do artesanato local para argumentar que é daquilo que precisam à esquerda, recebendo forte ovação. Recordará Freitas do Amaral anos depois: «Eu e o Adelino Amaro da Costa ficámos embaraçados. Lá se ia por água abaixo – literalmente – a pedagogia democrática que procurávamos exercer junto da direita portuguesa.» Uma visão que o general incorporará nas «fraquezas» do professor e que dirá nunca lhe perdoar: «Ele mostrou-se extremamente indignado quando eu, em Rio Maior, apelei a que se empurrassem os comunistas para o mar.»

No interior do partido, o líder também terá de resistir a pressões da ala mais direitista com vista ao afastamento de Amaro da

Costa, considerado demasiado à esquerda para o gosto de muitos filiados, mas que o amigo sempre defenderá, não só por serem íntimos companheiros de aventura mas também por depender da sua fulgurante capacidade analítica.

Freitas do Amaral aproveitará a atmosfera resultante do 25 de Novembro para voltar a reclamar a presença do seu partido no elenco governamental, mas as portas do poder permanecem encerradas para os democratas-cristãos. O CDS será contudo uma das forças políticas que, em fevereiro de 1976, renegoceiam e subscrevem uma atualização do Pacto MFA/Partidos à luz das novas realidades (como aliás o seu presidente já vinha a reclamar na AC desde agosto).

Na negociação, ele bate-se contra o preâmbulo do novo documento, que preconiza outra vez a transição de Portugal para «o socialismo» (e que dirá que nem PS nem PPD contestavam). Ao fim de um pingue-pongue entre ele e os militares sobre esse tópico, os representantes do MFA acabam por eliminar o preâmbulo. Exige também o fim da Assembleia do MFA como órgão de soberania, a consagração da eleição presidencial por escrutínio direto e universal (e não por colégio eleitoral, do qual estava previsto fazerem parte militares) e a anulação da competência do CR para orientar programaticamente a política interna e externa e velar pelo seu cumprimento, da atribuição a um oficial das Forças Armadas da presidência de uma comissão constitucional e do controlo castrense sobre a nomeação dos ministros da Defesa, da Administração Interna e do Planeamento Económico. Achando satisfeitas essas reivindicações, o líder do CDS lembrará ter assinado o II Pacto MFA/Partidos já livre de coação psicológica.

Afastados os militares radicais do poder e reduzido o PCP a uma presença simbólica no governo provisório (já desde setembro liderado por um oficial moderado, o almirante José Pinheiro de Azevedo), os centristas, na verdade, perdem o receio de hostilizar as correntes dominantes. Freitas do Amaral atreve-se mesmo a propor ao partido o voto na AC contra o projeto de

Constituição, sabendo tratar-se de uma posição minoritária no hemisfério. «Foi controverso», recordará Sá Machado. «Havia quem dissesse que, apesar de tudo, se devia votar a favor. Mas os princípios vieram ao de cima.» Os 16 deputados do CDS opõem-se assim em bloco à lei fundamental, contra o voto a favor de todos os restantes constituintes, na sessão solene da AC de 2 de abril, que culmina com a promulgação do documento pelo Presidente Costa Gomes.

Talvez tenha sido esse voto solitário, atraindo saudosistas do anterior regime e gente desconfortável com o expirado «Processo Revolucionário em Curso», que permitirá a consolidação eleitoral do CDS nas primeiras legislativas, realizadas a 25 de abril de 1976: os democratas-cristãos mais do que duplicam a sua votação, arrecadando à volta de 16% dos boletins, que lhes garantem 42 deputados, e subindo de quarto para terceiro partido com melhor resultado, ao trocarem de posição com os comunistas, que atraem pouco mais de 14% dos participantes. O PS volta a vencer, com quase 35%, e o PPD a ficar em segundo, com pouco mais de 24%, mas ambos registam descidas face a 1975, fazendo com que, dado grande parte dos votos do MDP/CDE, que não apresentou candidatura, terem sido canalizados para o PCP, o CDS tenha sido o único partido a registar real crescimento. Um triunfo em toda a linha para Freitas do Amaral e Amaro da Costa, que perceberam ter jogado a cartada certa na votação da Constituição.

Se na campanha eleitoral o presidente centrista admitira que o seu partido podia fazer alianças com o PS ou o PPD (mas nunca com o PCP), advogou, perante a inexistência de maioria governativa na nova Assembleia da República (AR), uma coligação das três formações vencedoras do 25 de Novembro, até para enfrentar a grave crise económica que o país atravessava (somando ao choque petrolífero a instabilidade do período revolucionário). Caso contrário, prevê novas eleições gerais antes do fim da legislatura.

Mas até à posse do I Governo Constitucional teria de haver as primeiras eleições presidenciais por sufrágio direto e universal.

Nos comícios centristas para as legislativas, os apoiantes haviam começado por gritar «Freitas do Amaral: salva Portugal», para pouco depois passarem a acrescentar: «Galvão de Melo tem paciência, tens de ir à Presidência».

Contudo, o apoio ao ex-membro da JSN, incontrolável e imprevisível, não era pacífico para Freitas do Amaral e Amaro da Costa. No íntimo, embora admitindo que o estado do regime ainda implicava que o presidente fosse um militar, estavam tentados a dar apoio a outro oficial, e o nome que se perfilava era o de António Ramalho Eanes, o tenente-coronel (depois graduado em general) que no terreno se encarregara de exercer o comando operacional das forças prevaletentes do 25 de Novembro.

Bastou que Galvão de Melo lhes tivesse dito certa vez (certamente para sondar a vontade dos centristas) não estar interessado em candidatar-se – alegando que a entronização de Ramalho Eanes estava já garantida com o apoio confirmado do PS e do PPD, pelo que se trataria de uma falsa eleição – para aproveitarem a oportunidade e anunciar que o CDS também subscreveria a candidatura do homem do 25 de Novembro.

«O nosso apoio a Eanes situava-nos no quadro da legitimidade», sustentará o presidente democrata-cristão para justificar a atração pelo candidato unificador das forças favoráveis à normalização democrática. E o facto é que a eleição do general à primeira volta, com quase 62% dos votos, consagra o CDS como partido institucional.

Apesar dos riscos, Mário Soares decide constituir um governo de minoria, apenas com base no PS, e Freitas do Amaral, concluindo que a estabilidade é uma prioridade, faz na AR uma declaração de simpatia para com o executivo socialista. O líder centrista considerará até as palavras do novo primeiro-ministro, ao apresentar em agosto na AR o programa de governo (que passa sem enfrentar uma moção de rejeição), como «um dos melhores discursos de toda a sua carreira política», repensando a ideia da efemeridade de um gabinete minoritário: «Foi claro, convincent-

te e cheio de determinação. Confirmando os meus pressentimentos, fez uma enorme viragem à direita, “meteu o socialismo na gaveta” [expressão usada mais tarde na AR] e cativou com inteligência os empresários e investidores, invadindo assim, afoitamente, o território doutrinário e político do PPD e do CDS: o seu discurso quase podia ter sido feito pelos líderes deste ou daquele. Depois de o ouvir, virei-me para o Adelino Amaro da Costa, que estava sentado à minha direita na bancada parlamentar do CDS, e disse-lhe ao ouvido: “Cuidado! Com este discurso e com este programa, o PS vai ficar 10 ou 15 anos no governo.” Ao que o Adelino, sempre otimista, respondeu: “Isso era se eles fossem capazes de governar bem. Mas não vão ser. Não duram os quatro anos da legislatura, vais ver”.»

Começa então uma curiosa fase de namoro entre o PS e o CDS, registando-se mesmo algum entendimento e colaboração entre o chefe do governo e o líder centrista (por exemplo, nos esforços iniciais com vista à adesão europeia de Portugal, desígnio em que Soares se irmana com Freitas do Amaral). Acaso ou não, as reformas dos tribunais administrativos propostas em 1967 pelo então jovem docente de Direito na sua tese de doutoramento acabam por ser parcialmente adotadas, uma década mais tarde, pelo I Governo Constitucional. E o chefe democrata-cristão aceita do primeiro-ministro um convite para presidir a Comissão Nacional da Reforma Administrativa.

Nas primeiras eleições autárquicas, em dezembro de 1976, o CDS volta a alcançar resultados acima das expectativas, conquistando 36 presidências municipais e uma percentagem de votos idêntica à das legislativas. Nesse fim de ano, Freitas do Amaral reflete sobre o percurso feito até ao momento e conclui que a sua verdadeira vocação é a academia. Procura deixar a liderança centrista e passar o poder a Amaro da Costa, mas a direção do partido rejeita unanimemente a pretensão, obrigando-o a prosseguir.

Em 1977, testemunha tentativas de aproximação ao CDS da parte tanto de Mário Soares como de Sá Carneiro, o qual, por

seu lado, avança com proposta de criação de uma «Convergência Democrática», aliança que o CDS aceita mas não o PS. Nenhuma das coisas dará frutos.

Após, num dos seus assomos, Galvão de Melo atacar em março desse ano tanto Ramalho Eanes como Freitas do Amaral, é o próprio presidente centrista que toma a iniciativa de promover a sua expulsão do grupo parlamentar do partido. Entretanto, explodirá uma bomba de fraca potência no acesso traseiro ao seu apartamento, que se mantém na Alameda D. Afonso Henriques. Ele está nesse momento na AR, mas a mulher e os filhos ficam estendidos no chão devido à deslocação do ar (sem se ferirem). Freitas do Amaral julgará conhecer o jovem aloirado que, na ocasião, foi visto a fugir do prédio e pode ter sido o autor do atentado, denunciando-o à polícia, mas as autoridades nada apurarão.

Depois de, nas celebrações do 25 de Abril de 1977, o Presidente Eanes criticar a lentidão das reformas do executivo, a oposição começa a endurecer o discurso contra o governo, que acaba derubado na madrugada de 7 para 8 de dezembro desse ano, com a derrota de uma moção de confiança submetida por Mário Soares. Com o seu voto, Freitas do Amaral ajuda a confirmar a profecia de um governo de curta duração.

COM UM PÉ NO GOVERNO

Sem querer convocar novas eleições, Ramalho Eanes estimula Mário Soares a procurar alianças para formar um governo maioritário. A solução mais óbvia, no leque político disponível, consistiria em envolver o PSD (Partido Social Democrático, novo nome do PPD), mas o seu grupo parlamentar estava dividido ao meio, entre os que privilegiavam alianças à esquerda e aqueles que, como Sá Carneiro, as queriam à direita, pelo que o Presidente, como recordará mais tarde, não achava aconselhável agitar o vespeiro, o que levava só a outra saída, por contranatura que parecesse ser: «Dada a situação interna do PSD, a solução desejável – um governo PS-PSD – não era possível. Situação essa que levou Mário Soares a negociar com o CDS um acordo de governo de incidência parlamentar.» O líder socialista resumirá: «Por exclusão de partes, só me podia virar para o CDS.»

A sugestão poderá ter partido do próprio Eanes, que nutria grande apreço por Freitas do Amaral. Fosse como fosse, o general discutiu em Belém com Mário Soares o possível entendimento dos socialistas com os democratas-cristãos, tanto mais que era auspiciosa a relação havida entre as duas formações na AR. Freitas do Amaral dirá depois nunca ter tido a certeza de quem

partiu a iniciativa, mas relatará que o líder socialista lhe garantiu o apoio presidencial à coligação: «Regressado de Belém, Mário Soares pediu-me para ir a casa dele. Contou-me a proposta de Eanes e estivemos a discuti-la em grande conversa até de madrugada. Seduziu-me a ideia, e resolvemos agarrá-la com ambas as mãos.»

A parte mais delicada era convencer os filiados e eleitores de ambos os partidos das virtudes de tão inesperada aliança. Foi o que respondeu Freitas do Amaral a Soares quando o ouviu defender a lógica de um alargamento da plataforma ao PCP, não para fazer entrar os comunistas no governo mas para obter alguma paz social: «Lógica tem, senhor primeiro-ministro. Mas nós não podemos aceitar qualquer compromisso vosso com o PCP. Já é difícil, para muitas das bases do CDS, engolirem um acordo com o PS; agora, com o PS e com o PCP, é impossível.»

Deixada de fora essa componente da estratégia soarista, Freitas do Amaral confia a Amaro da Costa mais uma missão delicada: convencer outros dirigentes do partido a aceitar o acordo com os socialistas. Não é tarefa fácil. Um ex-responsável centrista recordará que, na Comissão Política do CDS, se começou com uma votação de oito contra e três a favor (com o líder, como muitas vezes em matérias importantes, a abster-se): «Passou-se depois para sete-quatro, seis-cinco, cinco-seis, até que, ao fim de muito debate, se obteve consenso.»

Freitas do Amaral inchou de orgulho pela partilha do poder com os socialistas: «Todos queriam. Todos tentaram. Só o CDS conseguiu.» Porque, para os democratas-cristãos, tratava-se de conquistar a carta de alforria: «Foi uma festa. O Amaro da Costa e o Basílio Horta exultavam de contentes, repetindo: conseguimos! Conseguimos! Outros acrescentavam: em menos de quatro anos, é obra! E outros ainda: seremos o primeiro de todos os partidos portugueses a fazer coligação com o PS! E o que menos se esperava que o fizesse! Era um momento histórico para o “pobre coitado” do CDS, que até ali tinha sido o bombo da festa.»

Para disfarçar o carácter de coligação política, Mário Soares explica a Freitas do Amaral e a Amaro da Costa que seria melhor eles não fazerem parte do elenco governativo, o que aceitam. «Era mais oneroso para mim ter o chefe do partido no governo», explicará o chefe socialista. «Preferi contar com ministros com uma carga partidária muito menos pesada.»

Assinado a 18 de janeiro de 1978, o contrato de governação entre os dois partidos é oficialmente designado – também para manter certas aparências – «acordo parlamentar de incidência governamental», ou seja, um executivo do PS integrando membros do CDS a título de independentes e viabilizado no parlamento pelos democratas-cristãos (embora para a opinião pública fosse o «governo PS-CDS»). Ramalho Eanes empossa o novo executivo 12 dias depois, dele fazendo parte, pelo CDS, Vítor Sá Machado nos Negócios Estrangeiros, Basílio Horta no Comércio e Turismo e Rui Pena na Reforma Administrativa (e ainda mais cinco secretários de Estado também pela quota centrista). Na sombra, Freitas do Amaral e Amaro da Costa tudo supervisionam.

O II Governo Constitucional cumpre o maior objetivo de curto prazo que levou à sua formação: a assinatura de um acordo de resgate financeiro do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que já vinha a ser negociado pelo anterior executivo e cujo processo foi concluído pelo novo ministro das Finanças, o socialista Vítor Constâncio. Mas, em relação ao resto, o CDS começa a acumular desilusões, seja a suspensão da entrega de reservas aos grandes proprietários rurais desapossados de terras pela «Reforma Agrária» herdada do período revolucionário, seja a tentativa do titular dos Assuntos Sociais, o socialista António Arnaut, de avançar com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), previsto na Constituição mas ao qual os centristas se opõem.

Sobre a interrupção da devolução parcial de propriedades fundiárias (incidindo sobretudo no Alentejo), Freitas do Amaral pede explicações ao primeiro-ministro num almoço a dois, recebendo como justificação uma suspensão tática: «Houve apenas

uma certa pausa, para ver se serenamos os ânimos mais exaltados e se conseguimos dispensar a presença sistemática da GNR, que dá uma imagem “policial” do nosso regime. A revolução ainda está muito fresca na memória de muitos trabalhadores. Os sonhos e promessas foram imensos, e a realidade custa a aceitar. Temos de proceder com serenidade e com cautela.» Como a refeição tinha lugar num restaurante com vista para o Tejo, Mário Soares aponta para a margem esquerda e prossegue: «Não podemos levantar aquela gente toda contra o nosso governo. Temos de dialogar.» O presidente centrista lamenta-se então de excesso de diálogo mas falta de autoridade, o que leva o interlocutor a garantir: «Não se preocupe. Eu vou tratar disso. As entregas de reservas vão recomeçar.»

Aguardando pelo cumprimento da promessa, Freitas do Amaral também se queixa ao chefe do governo da vontade de António Arnaut em avançar para a aprovação da lei do SNS. Mário Soares sabe que se trata de uma linha vermelha para o CDS, e desvendará ao ministro a pressão do líder aliado para moderar os ímpetos na matéria. Arnaut contará mais tarde: «Ele [Soares] falou comigo várias vezes, procurando que a apresentação [da proposta de lei] fosse protelada, que se arrastasse, para Freitas do Amaral apaziguar as suas hostes, e que entretanto se aproveitava para ir aperfeiçoando o diploma. Disse-lhe que para mim era uma questão de palavra, mas eu também achava que aquela era uma oportunidade única. Soares então propõe-me que almoce com Freitas do Amaral, o que aconteceu no Hotel Tivoli, onde tivemos uma conversa muito cordial. Começou por me dizer que concordava com o SNS, que estava na Constituição, mas que o partido dele não aceitava porque era uma reforma socialista. E eu argumentei: “Professor, está na Constituição, no programa de governo. Fala em socialismo, mas é um socialismo cristão.” E ele: “Deixe ficar isso, tem muitas coisas para fazer, vá andando com elas.” “Não, eu comprometi-me, tenho de honrar a palavra.” Disse-me depois que eu não conseguiria fazer aprovar o diploma na AR.»

Arnaut choca então o professor, ao anunciar-lhe não precisar do apoio do CDS para fazer passar o projeto: «Eu tenho os votos do PCP.» E o líder centrista replica: «Se insiste com isso, está em causa a permanência do CDS no governo.» Ao que o ministro passa a bola: «Isso já é alta política, tem de falar com o Mário Soares, não comigo.»

Os dirigentes centristas mostram-se ainda impacientes porque o chefe do governo não cumpre o que ficara acordado quanto à atribuição ao CDS de lugares na administração central e nas empresas públicas, e quando por fim o faz terá ficado alguém do prometido.

Numa tentativa de desanuviamento, os dois partidos realizam uma cimeira (a única formal entre ambos) a 2 de março, na qual Freitas do Amaral apresenta a Mário Soares reclamações respeitantes aos três pontos de divergência, levando o chefe socialista (após voltar a desmentir qualquer acordo feito com o PCP) a retorquir: «O CDS tem de compreender uma coisa: o PS é um partido de esquerda; não pode fazer uma política de direita.» E o líder centrista responde da mesma moeda: também o seu partido tem de ser fiel à sua matriz de direita.

A instabilidade da coligação é permanente. Chega nova celebração do 25 de Abril e novo discurso de Ramalho Eanes contra a suposta imobilidade governativa. A intervenção presidencial motiva um encontro na tarde desse dia, na casa de Mário Soares, do líder socialista e do n.º 2 do partido, o advogado Francisco Salgado Zenha, com Freitas do Amaral e Amaro da Costa. O CDS pede então que o governo se demita – uma manobra pensada pelo engenheiro e destinada na verdade a reforçar o executivo, porque o Presidente, perante a situação financeira e económica, não está em condições de aceitar nova crise política. Mas, de qualquer modo, os interlocutores não aceitam, o que significa que os dois partidos vão continuar a sua querela recíproca.

E o desconforto do CDS vai crescendo. Freitas do Amaral reconhecerá os constrangimentos intrapartidários resultantes da

aliança feita com uma formação de esquerda, que certa área da direita nunca compreendeu nem aceitou. Notará além disso que o seu partido perdia eleitorado e «era diariamente vergastado por todas as forças políticas e sociais à direita do PS», devido à participação num executivo «claramente mais à esquerda» do que o anterior.

A colisão parece assim inevitável. Mas, depois de todo o contencioso acumulado, a gota de água terá sido a votação na AR, a 15 de junho, pelo PS, o PCP e a UDP e com a abstenção do CDS (e o voto contra do PPD), de uma lei de proibição de «organizações fascistas». Não seria tanto o conteúdo do diploma que estava em causa, mas a aliança dos socialistas com os partidos à sua esquerda, em detrimento do parceiro de governo. No fim desse mês, Freitas do Amaral decide avançar com a denúncia do acordo de coligação, começando por colocar a proposta à consideração do secretariado do CDS, onde, curiosamente, apenas os três ministros centristas levantam reservas, entendendo ser precipitado dar tal passo.

A posição centrista é assumida a 8 de julho num conselho nacional que é dos mais concorridos de sempre e de onde sai um ultimato ao PS como condição *sine qua non* para o CDS não romper a aliança: a substituição imediata do ministro da Agricultura, Luís Saias (um advogado oriundo do escritório de Salgado Zenha). O primeiro-ministro recusa, com uma explicação lógica: «No dia em que o fizesse, passaria o CDS a liderar o governo! Se Freitas do Amaral não quisesse romper, teria falado comigo, previamente e em privado, e, com alguma probabilidade, teríamos chegado a uma fórmula consensual.» Mário Soares fará aliás questão de se mostrar surpreendido: «Fiquei espantadíssimo. Sempre tivera um bom relacionamento [com Freitas do Amaral], sempre o mantiveira ao corrente da governação, reunia com ele frequentemente, nada fazia prever uma tal borrasca no horizonte...»

O líder socialista interrompe as suas férias algarvias para (na companhia de outro alto dirigente do PS, o advogado António de

Almeida Santos) se encontrar com o presidente do CDS (ladeado por Amaro da Costa) na sua casa da Quinta da Marinha, mas arrastam a conversa até de madrugada sem que as divergências se resolvam.

O CDS acaba mesmo por romper o acordo a 25 de julho, com o abandono do governo pelos seus ministros. O Presidente chama a Belém Mário Soares e Freitas do Amaral num derradeiro esforço para conciliar o inconciliável. O líder democrata-cristão lembrar-se-á de que Ramalho Eanes acabara de assistir a manobras militares em Santa Margarida e estava ainda de camuflado, coberto de poeira e com óculos escuros. Depois de uma conversa ríspida entre o general e o primeiro-ministro, Freitas do Amaral informa já não haver condições para a resolução das divergências, e o divórcio consuma-se.

A ALIANÇA NATURAL

O percurso parece agora mais tortuoso para o professor. Não só a aliança com o PS pareceu inútil a uma parte da sua área política, como foi para muito mais gente incompreensível a opção de o CDS votar a seguir na AR a favor de uma moção de rejeição do programa do III Governo Constitucional apresentada pelo PS, o que determinou o chumbo desse gabinete de iniciativa presidencial, chefiado pelo engenheiro independente Alfredo Nobre da Costa.

O executivo é substituído por outro do mesmo teor, liderado pelo professor de Direito em Coimbra (e ex-filiado do PSD) Carlos Mota Pinto, que passa no parlamento desta vez com o voto favorável dos democratas-cristãos. Apesar deste ziguezague (que o líder centrista justifica pela «arrogância antipartidária» de Nobre da Costa), no congresso do CDS realizado no Porto no final de 1978, Freitas do Amaral é reconduzido sem contestação, sempre com Amaro da Costa como seu principal suporte.

A sua liderança, de resto, nunca sofreu forte oposição interna. Sempre houve respeito pela figura do «senhor professor», que por seu lado (com a exceção de Amaro da Costa) cultivava um certo afastamento de dirigentes e funcionários, fugindo a envol-

vimentos afetivos. Nos debates políticos, assumia igual distância, como reconhecerá o dirigente Emídio Pinheiro: «Embora tivesse opinião, nunca ou raramente a adiantava. Sabíamos que o Diogo estava preparado para discutir qualquer assunto até ao fim. Fazia muitas vezes de “confessionário”, auscultando cada um de nós antes de uma reunião.» Sá Machado evocará, por seu turno: «Ele escutava as pessoas com muita atenção e fazia uma síntese rápida. Mas as suas decisões eram tomadas numa certa solidão, bem escoradas e fundamentadas, o que deixava pouca margem para contestação.»

Resta Adelino Amaro da Costa, a fonte de combustível anímico que permite a Freitas do Amaral continuar. Inspirador constante, estrategista brilhante, manobrador incansável, o engenheiro sustenta a doutrina do partido e é o amparo do seu próprio líder. «O afeto e o carinho que o Diogo dispensava ao amigo eram compensados com a admiração que este lhe prestava», recordará Sá Machado, ao estabelecer as diferenças entre ambos. «A política para o Adelino era uma coisa lúdica, um jogo que o divertia como se planeasse uma partida de xadrez. Para o Diogo, frio e racionalista, era totalmente diferente. O primeiro era um emocional, o outro um cerebral.»

Aos 35 anos, ainda sem casar e mantendo o voto de castidade que jurara ao entrar para o Opus Dei, Amaro da Costa conserva a dedicação que há mais de uma década tem ao amigo, e com o mesmo entusiasmo juvenil. Terá sido durante uma das intermináveis conversas mantidas com frequência e proveito pelos dois que – segundo o docente de Direito, e depois de ter chamado o outro à casa da Quinta da Marinha, corria abril de 1979 – ambos concluem: «Vamos apostar numa coligação com o PSD.»

Para compor o ramalhete, convirá ainda agregar pequenas formações ao projeto, e é Freitas do Amaral que se encarrega de escrever cartas a Francisco de Sá Carneiro, a Joaquim Magalhães Mota, que entretanto, com metade do grupo parlamentar do PSD, entrara em rotura definitiva com o chefe social-democrata

– embora todos mantivessem os lugares em São Bento, integrados na Associação Social-Democrata Independente (ASDI) –, ao líder do Partido Popular Monárquico (PPM), o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, e a José Medeiros Ferreira, ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional, que, com outro membro do mesmo executivo, António Barreto, titular da Agricultura, e poucos mais, tendo-se afastado de Mário Soares, havia constituído o grupo «Reformadores», a convidá-los para a constituição de uma aliança política, iniciativa que em simultâneo, a 11 de abril, o presidente do CDS torna pública.

A primeira reação de Sá Carneiro, ao ver a ASDI incluída no pacote, é negativa, e sem a sua anuência a ideia nunca passaria do papel. Ele e Freitas do Amaral não tinham proximidade, e as anteriores tentativas de os acercar não haviam resultado. Rui Almeida Mendes, o antigo colega de escola de Diogo, entretanto ingressado no PSD, evocará as iniciativas frustradas que desenvolvera em Madrid no sentido de ambos procurarem um entendimento político, numa altura em que se encontravam na capital espanhola para assistir a um congresso da União de Centro Democrático (UCD), a plataforma de direita (liderada por Adolfo Suárez) constituída na sequência do processo de transição do regime franquista para a democracia.

De qualquer modo, em maio, o líder do PSD, depois de garantir com Freitas do Amaral ao telefone que o presidente centrista está disposto a deixar cair a ASDI, aceita um primeiro convite para almoçar com ele e Amaro da Costa. É então que desse contacto surge a intenção de criar um «bloco democrático». No mês seguinte, ao fim de mais alguns encontros, a coligação está efetivamente formada, sendo anunciada, sob a designação Aliança Democrática (AD), em julho (pouco após o pai de Freitas do Amaral morrer, aos 70 anos, de septicemia contraída após uma operação cirúrgica que não era considerada de risco).

Da coligação, de natureza pré-eleitoral por sugestão do CDS, implicando a submissão de candidaturas conjuntas às urnas, faz

parte também o PPM – assim como os Reformadores (inseridos na quota social-democrata a integrar as listas), mas não, evidentemente, a ASDI. Um dos maiores objetivos da AD consiste em concretizar uma revisão constitucional capaz de pôr termo à tutela militar que, através do CR, continua a perdurar sobre o processo político/institucional.

A pressa na criação da aliança justifica-se por se seguir ao fim do governo de Mota Pinto, depois de chumbadas na AR importantes propostas suas de natureza orçamental e económica. É que a prova de fogo da AD está à vista, já que Ramalho Eanes vê-se forçado a dissolver a AR e convocar eleições intercalares para 2 de dezembro de 1979 (que, nos termos constitucionais, não dispensarão a ida às urnas prevista para o fim da legislatura, menos de um ano depois), nomeando apenas mais um gabinete de iniciativa presidencial, chefiado por Maria de Lourdes Pintasilgo (que fora ministra dos Assuntos Sociais em dois governos gonalvistas), com funções de gestão e preparação das legislativas.

A nova votação para deputados, após uma intensa campanha que leva o líder democrata-cristão a perder oito quilos, será um triunfo para a AD, que, com mais de 45% dos boletins, obtém maioria absoluta (128 assentos em 250), enquanto o PS de Mário Soares se queda por cerca de 27%. Já sem quaisquer problemas de consciência, Freitas do Amaral entra assim pela primeira vez para o governo, que será liderado por Sá Carneiro e onde ocupará as funções de vice-primeiro-ministro e de titular dos Negócios Estrangeiros.

Na distribuição de lugares, combina com Sá Carneiro que Amaro da Costa receba a pasta da Educação, o que o amigo não aceita, originando um primeiro atrito entre ambos. Mas tudo se resolve atribuindo ao engenheiro (que casara em novembro) a Defesa Nacional (enquanto Basílio Horta fica no Comércio e Turismo, havendo ainda mais dois ministérios entregues ao CDS, um deles o dos Assuntos Sociais, dirigido por João Morais Leitão).

Com uma generosa política social, executada pelo ministro das Finanças, Aníbal Cavaco Silva (do PSD), e por Moraes Leitão, tendo em conta as legislativas a realizar de novo em outubro de 1980, o governo da AD adquire uma palpável implantação entre o eleitorado. São escassos os casos polémicos, como o afastamento que, com a anuência do chefe do governo, Freitas do Amaral faz de Maria de Lourdes Pintasilgo do cargo de embaixadora de Portugal junto da UNESCO (em Paris), que fora de nomeação política.

A relação entre Sá Carneiro e Freitas do Amaral, de resto, não pode correr melhor. O presidente social-democrata é uma revelação para o chefe do CDS, que o confessa num encontro com Joaquim Silva Pinto: «Dou-me maravilhosamente com o Sá Carneiro, e muitas vezes tenho a perceção de que ele se encontra à nossa direita.»

Desta sintonia próxima da perfeição faz parte o processo de integração europeia de Portugal (já oriundo do primeiro governo de Mário Soares, com o esforço de Madeiros Ferreira), objetivo que para ambos os líderes é prioritário e para cujo cumprimento Freitas do Amaral é acolitado por Rui Almeida Mendes, como seu secretário de Estado com esse pelouro específico.

Para grande frustração das duas figuras de proa da AD, o Presidente Eanes veta por três vezes tentativas empreendidas pelo governo de reformular a Lei de Delimitação dos Setores Público e Privado (que fixava áreas de atividade económica interditas, após as nacionalizações de 1975, à iniciativa particular, nacional ou estrangeira), depois de o CR as considerar inconstitucionais.

Porventura a única nota desafinada na harmonia entre Sá Carneiro e Freitas do Amaral terão sido as negociações levadas a cabo para libertar um grupo de pescadores portugueses feitos prisioneiros em junho de 1980 junto à costa do Sara Ocidental por guerrilheiros da Frente Polisário, em luta pela independência desse território anexado cinco anos antes por Marrocos contra as deliberações das Nações Unidas. Uma das condições que os

combatentes colocavam para a entrega dos pescadores era o reconhecimento por Lisboa da chamada República Árabe Sarauí Democrática (RASD), matéria em que Freitas do Amaral recusava ceder.

Sá Carneiro delegou a condução do processo em Francisco Pinto Balsemão, seu ministro-adjunto, que por sua vez enviou ao encontro com a Polisário (acampada em pleno deserto do sudoeste da Argélia, junto à fronteira com o Sara Ocidental) um negociador oficial do governo, o jurista social-democrata Luís Fontoura. Nas difíceis condições em que decorreu o contacto e na ânsia de resgatar os pescadores após mais de mês e meio de cativeiro, Fontoura acabou por prometer no local o futuro reconhecimento da RASD por Portugal, deixando Freitas do Amaral alarmado e disso dando nota a Sá Carneiro.

Ato contínuo, é o chefe do governo que exige ao vice-primeiro-ministro a sua ida imediata à televisão para contrariar o enviado e garantir a inexistência de qualquer hostilidade de Portugal para com Marrocos, apesar da hesitação do líder centrista, preocupado pela circunstância de tanto Fontoura como os pescadores ainda se encontrarem em território controlado pela Polisário. Assim o faz, porém, e todos regressam sãos e salvos, embora o ocupante das Necessidades e o enviado português nunca mais se tenham entendido sobre o sucedido no deserto.

O ÊXTASE...

No último trimestre de 1980, a AD tem pela frente um par de grandes batalhas eleitorais: legislativas em outubro e presidenciais em dezembro. Dada a proximidade das duas idas às urnas, a coligação terá de definir o apoio a um candidato a Belém antes da eleição para deputados. E tudo o que se sabe à partida é que a AD não apoiará a reeleição de Ramalho Eanes, desfazendo assim a plataforma política que levava o general à presidência quatro anos antes. O contencioso acumulado sobretudo entre Sá Carneiro e o chefe de Estado é demasiado profundo para que a aliança possa sequer ponderar a hipótese.

Há também uma pequena pedra no sapato: em setembro de 1979, pouco após o lançamento da AD, o diário *O Dia* (conotado com a direita) lançara na sua primeira página a hipótese de Freitas do Amaral vir a ser o candidato presidencial pela área da coligação. O líder do CDS teria sido apanhado de surpresa, contactando logo Sá Carneiro para esclarecer que nada tinha que ver com o assunto. Só então o presidente social-democrata lhe revelou que a informação fora colocada por Amaro da Costa, com o seu conhecimento prévio e anuência. Na realidade, a ideia não desagradava ao professor, mas, aos 38 anos (apenas mais três do

que a idade mínima legal para se ser candidato a Belém), entendia ser prematuro pensar no assunto, do que comunicou ao interlocutor no momento, reiterando-o nos primeiros meses de 1980, quando ambos tiveram de se pôr de acordo quanto à indigitação do nome a apoiar pela AD.

Poder-se-á especular sobre as razões que levaram Amaro da Costa e Sá Carneiro a lançar o isco de Belém a Freitas do Amaral. Ambicionaria o engenheiro, apesar de uma lealdade ao amigo na aparência à prova de bala, ascender à chefia do CDS? Esperaria Sá Carneiro que os dois se entendessem melhor na condução da AD? Nunca se saberá, porque nunca aconteceu. Chegada a altura da escolha, Freitas do Amaral preserva-se (até porque teme ser batido por Ramalho Eanes, não excluindo a disponibilidade em escrutínio presidencial posterior) e, pelo que contará, depois de sugerir a Sá Carneiro que seja ele o candidato e perante também a sua recusa, propõe que a coligação avance com um oficial superior.

Assente a ideia, as duas figuras tutelares do CDS encontraram-se com Sá Carneiro em sua casa, a 7 de março, para optarem pelo oficial que a AD apoiará, de uma lista de cinco nomes que Amaro da Costa já leva no bolso (fazendo certamente uso da sua prerrogativa de titular da Defesa). Desconhecem-se os detalhes de uma conversa que nenhum dos presentes alguma vez relatou, mas da reunião sai fumo branco – por «consenso unânime», garantirá Freitas do Amaral – em volta do general do Exército António Soares Carneiro.

Trata-se de um desconhecido, desprovido de ligação ao 25 de Abril ou ao período revolucionário, na realidade sem biografia política, embora seja considerado oficial de mérito no âmbito meramente militar. Um perfil difícil de impingir ao eleitorado no tempo de gestação de um bebé, mas que sobretudo o líder social-democrata acredita ser possível.

E assim parece quando, a 5 de outubro, a AD não só volta a vencer as legislativas como reforça a maioria absoluta, subindo

para perto de 48% (mais cerca de 150 mil votos) e 134 deputados. A euforia é temperada quando, escassos dias depois, Ramalho Eanes declara identificar-se com o programa da AD, tornando mais difícil vir a ser destronado nas presidenciais.

Pelo seu lado, a campanha de Soares Carneiro não descola, e começa a esfumar-se o cumprimento do sonho que Sá Carneiro há muito vinha a alimentar para a AD: uma maioria, um governo, um presidente. Numa jogada tipicamente sua, como forma de pressão sobre o eleitorado, o chefe social-democrata anuncia que, em caso da reeleição de Ramalho Eanes, sairá do governo, e Freitas do Amaral, solidário, segue-lhe os passos. Explicará o presidente democrata-cristão mais tarde que tal posição fazia parte de «uma estratégia complicada»: «Sairíamos dos partidos, eu e Sá Carneiro, ficaríamos na oposição, até ao próprio governo, e lavaríamos as mãos de qualquer ligação futura a Eanes, que nesse ano tinha vetado muita coisa à AD. Voltaríamos mais tarde, já reforçados.»

Mas o eleitorado não parece impressionado com a chantagem, e os responsáveis da aliança, com a aproximação do escrutínio presidencial, desdobram-se em esforços cada vez mais desesperados para convencer das suas razões a opinião pública, na esperança de que pelo menos seja possível forçar uma segunda volta para um duelo a sós entre Eanes e Soares Carneiro. A 4 de dezembro, três dias antes da ida às urnas, Freitas do Amaral e Amaro da Costa almoçam com Sá Carneiro e outros membros do estado-maior da AD, no restaurante Tavares, em Lisboa, para fazer o ponto de situação. Há sinais de preocupação e ansiedade no ar, sendo então que o líder do PSD amarra o professor ao compromisso de, além de ambos recusarem permanecer no executivo com a continuação de Eanes em Belém, abandonarem também os seus partidos para, juntos, criarem outro.

Dentro de horas, Sá Carneiro e Amaro da Costa irão de avião até ao Porto num derradeiro esforço para puxar pela candidatura de Soares Carneiro num comício a realizar na cidade nessa noite,

ao mesmo tempo que Freitas do Amaral discursará noutra concentração da campanha em Setúbal, com a presença do próprio general.

Pelo jantar, quando o líder do CDS se prepara em casa para arrancar para Setúbal, um agente de PSP, pertencente ao seu serviço de segurança, informa-o ter sabido pelo sistema de comunicações internas que a avioneta transportando Sá Carneiro e Amaro da Costa (assim com as suas cônjuges e o chefe de gabinete do primeiro-ministro) acabara de cair em Camarate, quando levantava voo do aeroporto da Portela (atual Humberto Delgado). Freitas do Amaral pergunta-lhe se há feridos e o outro responde-lhe que não, motivando do interlocutor um suspiro de alívio: «Ao menos isso, ainda bem.» Ao que o polícia lhe retorque, compungido: «Quando eu disse que não há feridos, queria dizer que morreram todos.»

... E A AGONIA

Por muito fleumático que seja, Freitas do Amaral sente pela certa o chão fugir-lhe debaixo dos pés. Chora com a mulher. É dramático e terrível, demasiado: «Foi o maior choque e o maior desgosto que tive em toda a minha vida.» Mas no meio da desgraça não tem muito tempo para lamentos, ao tomar consciência de que, como vice-primeiro-ministro, é agora sobre ele que recai a responsabilidade da governação. E nessa medida há que agir.

Telefona à secretária do desaparecido chefe do governo, Conceição Monteiro, e pede-lhe para convocar o plenário do executivo. Depois cancela o comício de Setúbal e dirige-se à residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, para onde já confluíra muita gente. Aí, constata a desorientação das hostes da AD, com governantes abatidos, em desespero ou mesmo a chorar, recendo o recém-chegado uma erupção de violência no país logo nessa noite. Por ainda faltarem ministros, não consegue reunir logo o conselho. Redige então uma comunicação aos portugueses e apressa-se a rumar aos estúdios da RTP no Lumiar, onde grava previamente as suas palavras, temendo ceder à emoção se proferir a alocução em direto. Faz um sentido elogio fúnebre às vítimas e um reiterado apelo à «calma e serenidade». Vai daí para

Belém reunir com Ramalho Eanes, que o previne que a partir daquele momento é Freitas do Amaral o primeiro-ministro, pelo menos até o governo se demitir, o que só deverá acontecer após as presidenciais. Depois, já perto da meia-noite, regressa a São Bento para por fim presidir ao conselho de ministros (os quais estavam mais ou menos a ser entretidos por Francisco Balsemão, n.º 3 da hierarquia do governo), e quando entra na sala, embora hesitando um pouco, acaba por se sentar na cadeira que antes era de Sá Carneiro, assumindo os plenos poderes que o Presidente acabou de lhe outorgar.

Mesmo com o funeral do líder social-democrata transmitido em direto pela TV dois dias depois, ocupando toda a tarde do sábado de reflexão eleitoral, não há milagre nas urnas: a votação em Soares Carneiro foi pouco além dos 40%, tendo Ramalho Eanes sido reeleito à primeira volta com mais de 56%.

No dia seguinte, Freitas do Amaral vai a Belém apresentar a demissão do governo, pedindo-lhe o Presidente que se mantenha com o executivo em gestão até à posse de outro gabinete e que pondere voltar atrás na sua anterior promessa de não continuar como governante. O líder centrista acede à primeira solicitação mas rejeita a segunda.

Entra, de resto, em profunda depressão com uma perda que é irreparável. Sente um projeto político a esboroar-se. Com graves consequências pessoais, pois pela primeira vez está sozinho na política, decepada uma das cabeças – a mais prodigiosamente imaginativa – da dupla que colocara o CDS entre os grandes partidos e contribuíra para dar vida à política portuguesa. Se a *persona* política de Freitas do Amaral fora criada por Amaro da Costa (como ex-dirigentes do CDS não se cansarão depois de afirmar), que poderá fazer a criação sem o seu criador?

O próprio confessará mais tarde o seu estado nesse final de ano: «Sem nada nem ninguém que, no governo ou no partido, me pudesse ajudar a ultrapassar aquela que foi, sem dúvida, a fase mais difícil e mais triste de toda a minha vida, sucumbi. Fui-me

abaixo. Perdi a alegria.» Chora contidamente quando aceita receber no seu gabinete do Largo do Caldas a dirigente social-democrata Helena Roseta (que com ele iria discursar em Setúbal na noite fatídica). E acaba por dizer à arquiteta sobre o amigo Adelino Amaro da Costa: «Eu é que devia ter morrido em Camarate, não ele.»

Mas a vida tem de continuar, e, como n.º 2 da AD, Freitas do Amaral é a esperança para onde logo se voltam alguns dos seus notáveis. Lembrará um dos principais dirigentes sociais-democratas de então: «Logo após as presidenciais, houve tentativas de ministros do CDS e do PSD, entre eles [do lado social-democrata] Álvaro Barreto [Indústria e Energia], Eurico de Melo [Administração Interna] e [António] Cardoso e Cunha [Agricultura e Pescas], para colocar Freitas em primeiro-ministro.» A proposta terá chegado a ser apresentada na Comissão Política do PSD, mas Francisco Balsemão opõe-se, defendendo a manutenção de um social-democrata à frente do executivo.

Mais que isso, nasce no espírito do cofundador do PSD a ideia que Freitas do Amaral estaria na origem dessas manobras, o que levará o próprio a desmentir: «Francisco Balsemão acusou-me mais tarde de querer chefiar o governo após Camarate. Não é verdade, não fiz rigorosamente nada, não faria nenhuma reivindicação que não estivesse no acordo [de fundação da AD]. O que aconteceu é que houve ministros de Sá Carneiro que gostavam mais de mim do que de Balsemão, como Eurico de Melo, Álvaro Barreto e Cardoso e Cunha, e tentaram logo no Conselho Nacional [social-democrata, a 13 de dezembro] que ficasse eu, para que o PSD se refizesse do choque brutal. Isso convenceu Balsemão de que eu estava por trás.»

Nunca se saberá até que ponto o líder democrata-cristão estaria a par da manobra para ultrapassar aquele que era o n.º 2 do PSD, mas há que tomar por boa a sua palavra, ao garantir até só ter sabido de tais movimentações três anos mais tarde, acrescentando, que, se quisesse impor-se, preferiria ir para eleições, na

convicção que então tinha de que a votação do CDS ultrapassaria a dos sociais-democratas.

A hipótese Freitas continua, porém, a semear a confusão dentro do PSD (e quando Eurico de Melo compreende que ela não vingará, propõe, como segunda escolha, o nome de Cavaco Silva). Para todos os efeitos, as distritais do partido apoiam Balsemão, que procura então constituir governo. Mas Cavaco Silva recusa regressar às Finanças e o freitista Eurico de Melo desiste à última hora da Administração Interna.

Também Freitas do Amaral se manterá intransigente na recusa de integrar o governo que Balsemão consegue formar e é empossado a 9 de janeiro, nem perante a promessa que lhe faz Ramalho Eanes de apresentar ao país uma palavra justificativa da quebra da promessa. Dirá que a sua intenção era mesmo abandonar de vez a vida política, «triste, desgostoso e sem quaisquer ilusões», embora explique ter acabado por ficar à frente do CDS para não agravar a crise nacional e a do próprio partido: «Mas fi-lo com pouca esperança, sem alegria e apenas para cumprir o que entendia ser o meu dever para com o país e para com os eleitores que tinham votado na AD.» Aceita por isso, embora sem entusiasmo, a indigitação social-democrata de Balsemão como primeiro-ministro proposto pela AD e promete-lhe apoio.

Passa os meses seguintes na sombra, assistindo como espetador de bancada à acelerada degradação do novo executivo, devorado pelas suas próprias debilidades. Mas quando o sucessor de Sá Carneiro, no verão de 1981, percebe que terá de reformular o elenco governativo, a imprensa revela que Freitas do Amaral mantém discretos encontros com Eurico de Melo e Cavaco Silva. O primeiro-ministro percebe que, na verdade, nenhum governo da AD poderá funcionar sem a presença do líder do CDS, e insta-o por isso a integrar um segundo gabinete por si dirigido, depois de ter falhado a sua tentativa inaugural. Freitas do Amaral hesita longamente. Por fim, altera a anterior posição, «por imperativos de salvação nacional», e declara aceitar o convite.

O TRIUNFO DA REVISÃO

Será de novo vice-primeiro-ministro, no segundo governo de Balsemão, empossado no início de setembro de 1981, mas agora acumulando não com a pasta dos Negócios Estrangeiros e sim com a da Defesa. Ao avançar outra vez para um lugar no executivo, Freitas do Amaral (entretanto eleito por unanimidade presidente da UEDC) tem como principal missão cumprir o objetivo que nem Sá Carneiro nem Amaro da Costa puderam ver concretizado: uma revisão constitucional que extinguisse o CR e, desse modo, a dependência que o regime democrático ainda mantinha da vontade dos militares. O que o levará a considerar sobre a opção de regressar ao governo: «Foi um erro político meu, mas bom para o país devido à revisão constitucional.»

É um processo que passa a coordenar por parte da AD, com base num projeto inicial que elaborara já na transição de ano, quando não fazia tensões de continuar no executivo e presidira a uma comissão revisora formada pelos três partidos da coligação, tendo o documento sido apresentado na AR a 25 de abril de 1981.

O que não era suficiente, porque, por força do articulado constitucional, a revisão tinha de ser aprovada por uma maioria qualificada de dois terços dos deputados, e os únicos que no par-

lamento poderiam alinhar com sociais-democratas e centristas eram os socialistas. Havia assim que cativar o interesse de Mário Soares (que tinha no grupo parlamentar do PS uma balcanização idêntica à que Sá Carneiro sofrera com os seus deputados na primeira legislatura), conquistando-o para o lado da AD nos pontos estrategicamente fundamentais.

Tal, porém, será mais fácil do que parecia, pelo que, por votação conjunta dos partidos que em 1976 apoiaram a eleição de Ramalho Eanes, se expurga a Constituição das passagens que diziam estar Portugal em «transição para o socialismo» ou em «processo revolucionário» tendo por finalidade a «apropriação coletiva dos principais meios de produção». É verdade que, se os socialistas aceitam desideologizar o texto constitucional, já não vão tão longe na descoletivização da sua parte económica, desculpando-se Soares pela intransigência da esquerda do seu grupo parlamentar (dela fazendo parte Salgado Zenha e outros membros do secretariado do partido que havia apoiado militantemente a reeleição de Eanes contra as reservas do secretário-geral, o qual, por esse motivo chegara a autossuspender-se do cargo pouco antes das presidenciais de 1980). As aspetos relacionados com a quebra das barreiras entre os setores público e privado serão assim deixados para posteriores segundas núpcias (ou seja, uma legislatura mais favorável).

Mas, tendo as direções do PS e do PSD acumulado ressentimentos vários perante o Palácio de Belém, acorda-se também eliminar da Constituição a dupla responsabilidade do governo perante a AR e o Presidente. Pese embora os protestos de Eanes (que acena mesmo com a resignação), o governo passa a ser responsável «politicamente» apenas perante o parlamento e não já perante o chefe de Estado. E há entendimento ainda no ponto fulcral da extinção do CR.

Sibilinamente, Ramalho Eanes não deixará mais tarde de pôr um pau nesta engrenagem, criticando o que achará ter sido a orientação imprimida pelo líder centrista ao projeto de revi-

são da AD, que deixa o presidente do PSD nas mãos do aliado: «A revisão foi feita segundo a proposta de Freitas de Amaral, que em matéria constitucional estava mais bem preparado do que Francisco Balsemão. Ele [Balsemão] nunca devia ter cedido nesse ponto, pois a partir desse momento entrega os trunfos da negociação ao CDS e ao PS.» O Presidente entenderá ainda que tal atitude também enfraqueceu o líder social-democrata perante os críticos internos contrários ao que «consideraram serem cedências feitas a Freitas do Amaral».

Aprovada a 14 de julho de 1982 a revisão constitucional, que transfere a escolha dos chefias militares do Presidente da República (assessorado pelo CR) para o governo (outro ponto de forte conflito com Eanes), Freitas do Amaral é também o encarregado de elaborar e negociar pela mesma ocasião a proposta de Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas – justificando a pasta que lhe fora reservada no governo de Balsemão.

Embora bastasse uma maioria simples para a aprovação do diploma, seriam necessários dois terços dos deputados para fazer a sua confirmação na AR caso o Presidente o viesse a vetar politicamente (como aconteceu). Para isso, tinha de se contar de novo com os votos socialistas, e mais uma vez Freitas do Amaral não teve problemas em convergir com Mário Soares (tendo chegado a conferenciar a sós com ele durante um jantar em casa do líder socialista no verão de 1982), já que ambas as partes (apesar da oposição da ala esquerda do PS) concordavam em que a hierarquia das Forças Armadas devia estar na dependência do executivo e não de Belém. A Lei da Defesa Nacional foi aprovada pelos deputados a 12 de outubro de 1982 e, após o veto presidencial, confirmada em definitivo no hemiciclo a 24 de novembro.

Em 15 meses, Freitas do Amaral completava assim as principais tarefas da sua segunda passagem pelo executivo, a que ainda acrescentou a elaboração de lei orgânica do Tribunal Constitucional (criado na sequência da extinção do CR para herdar as competências nessa área) e a escolha da sua sede: o Palácio

Ratton, em Lisboa. Depois disso, sentiu um vazio, que estava a mais no governo.

Para os parceiros de coligação, parecia que aquelas eram as únicas coisas que na verdade lhe interessavam, e a avaliação que farão da sua participação no elenco de Balsemão não será particularmente positiva. «Era formalmente correto, mas estive a meio-gás a maior parte do tempo», contará um membro social-democrata desse gabinete. «Além disso, cansava-se bastante. Ia para casa depois do almoço, telefonava-se para lá e respondiam que “o senhor professor está a descansar”. Já em 1980 se dizia que ele não estava em parte nenhuma. Quase nunca ia às Necessidades, telefonava-se para o gabinete do vice-primeiro-ministro e também não se encontrava.»

O mesmo ex-governante falará também de um Freitas desconhecido, com «uma certa irregularidade temperamental». Narra-se por exemplo uma discussão que o chefe centrista teve com Gonçalo Ribeiro Telles, na presença do primeiro-ministro, sobre a autonomia municipal de Vizela, criticada por ele e apoiada pelo líder monárquico. «A conversa revelou da parte de ambos muitas irascibilidades», relatará o depoente. «Desceram a pormenores infantis e a argumentos irracionais». No professor de Direito Público, tal era inesperado.

Por outro lado, a ausência de empatia entre os líderes do PSD e do CDS era notada pelos ministros, como Ângelo Correia, do PSD, que sobraçava a pasta da Administração Interna: «Os primeiros tempos revelaram um Freitas do Amaral que eu, pessoalmente, considerei muito lúcido, brilhante, inteligente, organizado, um grande senhor. Mas percebia-se que havia ali uma questão antiga com Balsemão. Não sei porquê, não percebi nem quis saber, mas notava-se que havia uma questão por resolver entre os dois.»

O próprio Balsemão relatará que, apesar de ambos possuírem moradia na Quinta da Marinha, as suas relações com Freitas do Amaral, «algo formal e nunca íntimo», não eram as mais en-

tusiásticas, já que o outro seria quezilento, fervendo em pouca água. Mencionaria o exemplo de uma carta que o centrista lhe escreveu a protestar por não lhe ter sido dado conhecimento prévio de uma sondagem encomendada pelo governo e entretanto publicada, que o primeiro-ministro também desconheceria.

No fundo, Freitas do Amaral sentia uma frustração que já não o deveria surpreender, dadas as suas antigas reservas perante Balsemão: «O problema é que o governo tinha uma liderança fraca. Havia dirigentes do PSD que me pediam para derrubar o executivo. A partir da primavera de 1982, vários ministros do PSD vinham ter comigo no final do Conselho de Ministros – sobretudo quando eram presididos por mim – e, queixando-se da falta de autoridade do primeiro-ministro sobre o governo e sobre o partido, diziam-me: “Professor, o senhor tem de deitar abaixo este governo. Assim não vamos a parte nenhuma!” Eu, que não podia faltar à solidariedade que prometera ao primeiro-ministro, respondia sempre do mesmo modo: “Mas ele é o líder do vosso partido. O problema é do PSD.” Ao que eles retorquiam: “Pois, mas só você tem autoridade na AD para derrubar o governo.” Nunca dei seguimento a essas conversas, nem jamais reuni ou almocei com qualquer deles para discutir o problema. Mas quis corrigir o rumo das coisas e não consegui.»

O «COVEIRO» DA ALIANÇA

No fim de agosto de 1982, o presidente do CDS (que dirá sentir diminuir ao mesmo tempo a sua autoridade no partido, enquanto o grupo parlamentar centrista parece ir-se dele distanciando), num encontro a dois em casa do vizinho da Quinta da Marinha, comunica ao primeiro-ministro a intenção de abandonar a governação após as autárquicas previstas para final do ano. Usa, para se excluir do executivo, o velho pretexto a que já recorreu com Marcello Caetano: a urgência dos trabalhos académicos – no caso, a prestação de provas para o concurso de professor agregado da FDL, marcadas para o ano seguinte. Balsemão também lhe falará da sua vontade de abandonar a chefia do governo, mas tudo não passa de conversa diletante, e nada acontece.

Testemunhará, mordaz, João Salgueiro, o antigo secretário de Estado de Marcello Caetano e agora ministro das Finanças e um dos alvos das críticas do líder democrata-cristão: «O Diogo queria safar-se o mais depressa possível. E, se calhar, estava já numa conspiração – continuava na mesma conspiração.» Curiosamente, quando, em setembro, é Salgueiro a querer demitir-se, Freitas do Amaral é chamado de emergência à casa de Balsemão para o ajudar, numa conversa a três, a segurar o titular das Finanças,

com argumentos que este recordará mais tarde: «O Diogo saiu com esta: “Sair agora é traição.” “É traição porquê?” “Porque temos eleições em dezembro, e vai parecer que é perda de autoridade do primeiro-ministro.” “Essa da traição, eu não quero conversas. Quando é que deixa de ser traição, para acabarmos com isto?” Diz o Diogo: “Nunca antes de março, ninguém pode sair antes de março.” Ele criou uma situação em que eu tive de me oferecer para ficar.» Quando Salgueiro sai da casa, após recuar na decisão, Balsemão diz ao outro: «Obrigado, Diogo. Foste um grande amigo.»

No mês seguinte, Freitas do Amaral ainda propõe ao líder social-democrata que promova uma vasta remodelação governamental (após outra, reduzida, feita pouco antes), elaborando ambos uma lista de nomes a convidar. Recordará depois o seu argumento: «Isso poderia dar ao governo um novo fôlego e – talvez – permitir aguentar as coisas até ao fim da legislatura, que deveria ocorrer normalmente em outubro de 1984.» Mas o nível de credibilidade de Balsemão é tal que logo a seguir terá de informar o homem do CDS da recusa da maioria dos sondados e de impossibilidade do refrescar o executivo naquele momento.

Freitas do Amaral chega assim a 12 de dezembro, dia das autárquicas, tendo elaborado no seu espírito o que ele próprio designará como uma «pequena maldade» para não se manter no governo: «Eu tinha feito as contas de forma a poder desligar-me: só acima de 45% é que consideraria uma vitória. O Francisco Balsemão não quis fazer uma conferência de imprensa conjunta, decisão que foi tomada perto da noite eleitoral. “Então já vais ver como é”, pensei. Em agosto, decidíramos ir para o parlamento depois das autárquicas e pôr outro ou outros no governo, só não sabíamos quem.»

Claro que 45% era uma fasquia exorbitante, já que os partidos da AD, concorrendo isolados ou em coligação, podiam ganhar com menos – mas era o que convinha às pretensões do chefe democrata-cristão. Acabam por ficar perto de 43% dos votos,

menos 7% (e 30 presidências municipais) do que nas autárquicas anteriores, de 1979, embora muito acima do que consegue o PS, com 31%. Não espanta que, logo na noite eleitoral, Francisco Balsemão reivindique «uma grande vitória eleitoral da AD». Só que, logo a seguir, numa entrevista televisiva, Freitas do Amaral considera que o resultado da aliança «não foi uma vitória nem uma derrota, mas um desaire eleitoral».

Rezam as crónicas que Balsemão terá ficado furioso com a quebra de solidariedade interaliados, mas reage a sangue-frio, não reagindo. Pelo que Freitas do Amaral dobra a parada numa carta ao primeiro-ministro três dias depois, reiterando a tese do «desaire eleitoral da AD» e comunicando a intenção irreversível de deixar o governo. Pressiona o líder do PSD a resignar também do executivo e abrir caminho a outro elenco da AD eventualmente com outro primeiro-ministro (alertando para uma «situação insustentável» se um ficar e outro sair). Mas acentua que a sua decisão não depende da atitude do social-democrata: invoca cansaço e a necessidade de dar prioridade às provas de agregação.

Balsemão está em viagem oficial aos EUA com João Salgueiro, e só sabe da carta ao desembarcar em Lisboa. O ministro das Finanças assiste ao momento: «Dão-lhe no aeroporto a carta do Freitas do Amaral, e ele: “Agora é que saio mesmo. Estás a ver isto? Olha lá esta carta.” A carta era assim: “Desculpa eu não estar aí, como tinha a obrigação de estar para a tua chegada, mas estou com uma gripe grave e não posso sair de casa, e se calhar é melhor assim porque há coisas que se dizem melhor por escrito do que por via oral. Decidi abandonar a política, vou sair do governo e do CDS [não se confirmando que o remetente falava também em abandonar o partido].” E ele: “Então, este sacana! A gente combina uma coisa e ele faz outra? Não é possível.” Ficou possesso: “Não estou disposto a aturar estes gajos. Vou-me embora, não tenho paciência para estes tipos.” Saiu e provocou a crise.»

Dito e feito: na madrugada de 19 para 20 de dezembro, Francisco Balsemão anuncia num Conselho Nacional do PSD a re-

núncia ao cargo de chefe do governo. Mostra apenas disponibilidade para se conservar na liderança partidária e para encetar diligências com vista a encontrar sucessor à frente do executivo, garantindo ainda a liderança do gabinete no período de gestão.

Justificará Freitas do Amaral, anos mais tarde: «Eu queria sair depois das autárquicas, Balsemão ponderava se sairia também ou se ficava. Em dezembro, eu mantive a intenção manifestada em agosto – o que foi da minha parte legítimo e não foi desleal. O doutor Balsemão sentiu-se mais motivado e tentou continuar – o que também foi perfeitamente legítimo. Só não posso aceitar é que alguns assessores do então primeiro-ministro me tenham acusado de lhe tirar o tapete, de lhe armar uma cilada, de conspirar para o trair e outros dislates do mesmo género.»

Mas foi essa a perceção dos próximos de Balsemão, que nunca perdoarão o gesto do presidente do CDS, apodando-o desde traidor a «coveiro da AD». João Salgueiro (para quem antes, ao aceitar entrar para o elenco governativo, Freitas do Amaral até «se portou bem») terá uma queixa particular a fazer: «Nunca cheguei a perceber por que é que aquela crise se deu. Podiam combinar os dois depois das eleições, sem o Freitas se demitir. Criou-se uma crise que depois era de urgência. Acho que o Freitas foi irresponsável. E era ele que me dizia que eu nunca podia sair antes de março. Foi desonesto.»

Até Ramalho Eanes afirmará que «Balsemão foi vítima sobretudo de Freitas do Amaral, embora os resultados obtidos pela coligação no poder fossem positivos, dada a situação de crise, nomeadamente social, que se vivia». O tom de voz sobe nas conversas entre os líderes social-democrata e centrista, dois cavalheiros tidos por toda a gente como cordatos. O primeiro-ministro queixa-se de «chantagem», e insiste para que o outro permaneça no governo. Mas Freitas do Amaral está irascível e irredutível. Obstina-se na recusa e terá mesmo chegado, num argumento de último recurso, a ameaçar recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, se não o deixarem sair imediatamente.

Na manhã de 21 de dezembro, Balsemão chama-o a sós à residência oficial para acordarem em três nomes possíveis como próximo primeiro-ministro pela AD: Mota Pinto, Cavaco Silva ou João Salgueiro, dependendo de quem aceitar. Havendo outro diferente, fica assente que nunca avançará sem ser ouvida a direção do CDS. Mas, seis dias depois, Freitas do Amaral é surpreendido com a notícia radiofónica de que o PSD vai submeter a Belém, para tentar liderar o próximo executivo da coligação, o nome de Vítor Crespo, ex-ministro na Educação nos governos de Sá Carneiro e Balsemão (e com quem ele trabalhara no ministério de Veiga Simão). É um facto consumado, o que deixa o democrata-cristão em estado de choque: «Nesse momento, pensei para comigo: “Acabou-se. Assim não sei trabalhar!”»

Conclui que só lhe resta uma alternativa: «Havia dois caminhos – dizer que o CDS não aceitava e provocar a rotura da AD e das negociações ou eu recusar, retirando-me, e mantendo o partido o seu apoio. Assim fiz, 48 horas depois da indigitação [de Vítor Crespo pelo PSD].» A 28, em reunião do Conselho Nacional dos democratas-cristãos, logo após escrever nova carta a Balsemão demitindo-se do governo, propõe que o partido aceite o nome proposto pelo PSD e, ao mesmo tempo, anuncia a sua retirada simultânea e imediata não só do executivo como da presidência do CDS. Explica à cúpula centrista: «No fundo, no fundo, esta já não é a mesma AD. É uma outra versão, também possível, também legítima, mas muito diferente da que ajudei a criar.» Os ministros centristas opõem-se frontalmente ao seu abandono do governo, no que terá sido a única contestação séria que, no partido, Freitas do Amaral enfrentou à sua chefia.

Perante o seu gesto irrevogável, Francisco Balsemão declara dois dias depois: «Espero que tal atitude não conduza à dissolução da Assembleia da República.» Mas é o que acabará por acontecer: a 23 de janeiro de 1983, Ramalho Eanes deixa de considerar credíveis os esforços de Vítor Crespo para formar governo e anuncia a decisão de dissolver o parlamento e convocar novas legislativas.

Acaba por ser também o fim da AD, pelo menos na sua primeira encarnação, não havendo dúvidas de que Freitas do Amaral esteve na origem da derrocada. Mas Francisco Balsemão aceita manter o governo de gestão até à formação de novo executivo após eleições, o que irá demorar quase seis meses, para desespero do líder centrista demissionário, que continua a lutar pela saída imediata. Nesse sentido, além de deixar de pôr os pés em conselho de ministros, escreve mais duas cartas ao chefe do governo, a 25 e 30 de janeiro, pressionando-o na segunda para acelerar o decreto da sua exoneração. O que porém só acontece a 25 de fevereiro, cinco dias depois de o professor ser substituído por Francisco Lucas Pires na liderança do CDS.

UMA TANGENTE A BELÉM

João Salgueiro interpretará depois a atitude de Freitas do Amaral: «Ele estava a querer fugir. Estou a desconfiar da razão.» E Francisco Balsemão, nas suas memórias, será mais claro acerca dessa razão, ao escrever que o parceiro de coligação pretendia desligar-se do governo por já pensar numa candidatura às eleições presidenciais seguintes, em que Ramalho Eanes, por força do estipulado pela Constituição, não podia recandidatar-se outra vez, pelo que seria uma disputa em aberto, com um leque de possibilidades muito maior.

Dentro dessa lógica, fazia sentido também o abandono da liderança do CDS, partido cuja dimensão limitava as ambições de qualquer candidato a Belém. «Ele saiu porque é maior do que o CDS», comentará Emídio Pinheiro. E o próprio Freitas do Amaral explicará por que é que o lance «foi um risco calculado»: «É sempre muito difícil uma pessoa como eu fazer de n.º 2.»

Mas as presidenciais estavam previstas apenas para outubro de 1985, pelo que entretanto era preciso o potencial aspirante à chefia do Estado remeter-se à discrição, pela primeira vez desde que o 25 de Abril o lançara para a ribalta. E, ao mesmo tempo, ir acompanhando a evolução dos jogos de poder, para avaliar das

suas chances de candidatura. Aproveitou a travessia do deserto para enriquecer um currículo académico prejudicado pela política. Já o concurso para professor extraordinário da FDL lhe demorara uma década, em vez dos dois a três anos que calculara em 1970. Quanto às provas para professor agregado, cumpre-as dentro do calendário previsto, no final de julho de 1983, com aprovação por unanimidade do júri. A mesma decisão plena acontecerá dois anos mais tarde no concurso para professor catedrático, o que lhe permite atingir o cume da carreira universitária aos 44 anos (quando até podia ter sido mais cedo).

Na vida política, as coisas não pareciam correr tão de feição para as suas eventuais pretensões presidenciais. As legislativas de 1983, realizadas a 25 de abril, tinham dado de novo a vitória ao PS de Mário Soares por maioria relativa, com pouco mais de 36% dos votos. Mas o líder socialista havia aprendido a lição da década anterior, e já não estava na disposição de dirigir outro governo minoritário. Construiu assim uma aliança pós-eleitoral com o PSD (já secretamente negociada antes da ida às urnas), em cuja liderança Francisco Balsemão fora substituído Carlos Mota Pinto. A fórmula inédita de governo foi designada «bloco central», e a sua principal missão consistiu em negociar com o FMI novo resgate financeiro. Se é certo que o estado calamitoso das contas públicas fora desta vez responsabilidade dos governos da AD, também é verdade que as medidas de austeridade aplicadas (muito mais exigentes do que as do governo PS-CDS) causaram uma onda considerável de descontentamento no seio da população.

De qualquer modo, Soares, de novo na chefia do governo, e Mota Pinto, como vice-primeiro-ministro, tinham um entendimento quase perfeito, pelo que, a prosseguir a coligação, o mais certo é que o líder socialista, que não escondia o desejo de se candidatar ele próprio a Presidente da República, tivesse uma autoestrada aberta até Belém com o apoio dos partidos do bloco central.

Não espanta assim que, em 1984, Freitas do Amaral estivesse descrente da atividade política. Sem se ter aliviado do trauma

de Camarate, que parecia persegui-lo, mantinha-se no vazio em que caíra depois de cumprir os objetivos legislativo-constitucionais por que lutara no segundo executivo de Balsemão. A um amigo de infância com quem nesse ano conversa num café em Paris, proclama «que a sociedade portuguesa está a afundar-se». Outro companheiro de juventude, revendo-o em 1984 ao fim de alguns anos, encontra-o «muito afetado pela morte de Amaro da Costa»: «Queixou-se muito desta trapalhada toda de estar no governo após a morte de Sá Carneiro. Estava a interessar-se pela ciência política e a fazer estudos sobre Aristóteles e Platão, e declarava-se mesmo na disposição de nunca mais regressar à política.» E, em julho do mesmo ano, quando a proximidade das presidenciais já começa a fazer mover os peões e inúmeros simpatizantes o pressionam para avançar, declara categoricamente que não será candidato.

Quem desdenha quer comprar – é sabido que o aforismo também se aplica à política. Freitas do Amaral estaria por certo a avaliar as suas possibilidades, sabendo que reconhecê-lo seria prova de fraqueza.

E a verdade é que o ano de 1985 abre com uma sucessão de acontecimentos que mudam do avesso o panorama político português. A 6 de fevereiro, Mota Pinto demite-se da presidência do PSD, alegando escassez de apoio interno. Havendo a expectativa de que, no congresso do PSD a realizar em breve, consiga reforçar a sua liderança, é entretanto substituído no partido e no governo pelo seu aliado Rui Machete, dirigente do PSD e ministro da Justiça. A 23 do mesmo mês, é aprovada a declaração de princípios de um novo partido, o PRD (Partido Renovador Democrático), em cuja génese se encontram Ramalho Eanes e os seus apoiantes, e que possui a clara intenção de pescar eleitorado nas águas do bloco central.

Freitas do Amaral fareja aqui a sua oportunidade, perante um Mário Soares debilitado pelo desgaste do seu governo, dos seus aliados sociais-democratas e do seu eleitorado tradicional, e re-

solve avançar com a candidatura a Belém, que anuncia a 26 de abril numa conferência de imprensa em Lisboa, publicando em simultâneo um livro de pré-campanha: *Uma Solução para Portugal*.

A 7 de maio, morre de súbito Mota Pinto, aos 48 anos, vítima de um aneurisma, 10 dias antes do congresso social-democrata, marcado para a Figueira da Foz. Perante a lacuna, Rui Machete articula com João Salgueiro que será este o candidato à liderança, numa solução de continuidade a nível partidário (que conta também com o apoio de Balsemão). Mas, na Figueira da Foz, surge Cavaco Silva a apresentar-se como aspirante à chefia do PSD, pondo em causa o bloco central e anunciando o apoio à candidatura de Freitas do Amaral – e, contra todas as previsões, vence o congresso.

De súbito, tudo passa a correr bem para o ex-líder centrista (que na realidade, ainda antes de Cavaco Silva irromper na Figueira da Foz, já obtivera secretamente da sua parte a garantia de apoio à campanha presidencial). Assim que termina o congresso social-democrata, começa a congregar-se volta do pretendente a Belém o espírito triunfador da AD inicial. E o panorama só pode melhorar para ele quando, depois de Cavaco Silva deixar passar a cerimónia solene de assinatura do pacto de adesão de Portugal à CEE, a 12 de junho, o PSD promove a rotura do bloco central, levando Mário Soares a demitir-se da chefia do governo e o Presidente Eanes (no mesmo dia em que o PRD entrega a papelada com vista à sua legalização) a ter de dissolver a AR e convocar legislativas antecipadas para 6 de outubro (causando o adiamento por três meses das presidenciais).

Mário Soares confirma a 27 de julho as suas pretensões à chefia do Estado, no mesmo dia em que também o faz Maria de Lourdes Pintasilgo, na esperança de recolher o apoio de Ramalho Eanes. Mas o Presidente cessante optará por vir a apoiar mais tarde a candidatura alternativa de Francisco Salgado Zenha, na tentativa de dilacerar o eleitorado soarista através do recurso ao mais notável dos dissidentes que poderiam abandonar o campo socialista.

Freitas do Amaral perceberá assim que só tem pela frente uma esquerda dividida (acrescentada ainda por um candidato comunista que desistirá a favor de Zenha), o que, por um lado, poderá favorecer a concentração de votos a favor da sua figura mas, por outro, poderá levar o veredicto eleitoral para Belém, pela primeira vez, para uma segunda volta, a disputar entre os dois concorrentes que na primeira recolherem o maior número de boletins.

Entretanto, nas legislativas, o PSD obtém a vitória com uma maioria relativa inferior a 30% dos votos, beneficiando do esmagamento, com menos de 21%, do PS, entalado pela tenaz social-democrata numa ponta e pró-eanista na outra (alcançando o PRD à volta de uns surpreendentes 18%). Mais um impulso para a campanha de Freitas do Amaral, tanto mais que Cavaco Silva vai arriscar formar governo, apesar de minoritário.

Tendo como diretor político o advogado Daniel Proença de Carvalho (um antigo socialista que depois se colocara ao lado da AD), a campanha de Freitas do Amaral arranca em força, beneficiando da circunstância de Mário Soares ainda estar a lamber as feridas da derrota socialista, de Maria de Lourdes Pintasilgo não conseguir o apoio eanista e de a candidatura de Salgado Zenha ter sido lançada demasiado tarde. São introduzidas na publicidade freitista componentes de marketing inspirado nos métodos de propaganda política norte-americana, como os chapéus brancos com a divisa da campanha: «Prá Frente Portugal!». Com uma peça de vestuário, o próprio candidato contribui involuntariamente para a construção de uma imagem pessoal, levando para todo o lado um sobretudo de loden verde acinzentado, de corte austríaco, por ele comprado numa loja de Cascais pouco antes do início da campanha, que fica associado à sua área de apoio político.

O professor parece estar bem na sua pele, não deixando certamente de recordar a época em que os amigos Sá Carneiro e Amaro da Costa o avaliavam como o candidato a Belém ideal para a AD. Até um dos que primeiro o quiseram puxar para a

vida pública, Joaquim Silva Pinto, vai considerar neste período que o fundador do CDS é o homem certo no lugar certo: «Freitas há de ser um grande homem de Estado neste país, mas não nasceu para líder político – não o ponham a dirigir um partido.» E quase todos os que o conhecem concluem por opinião idêntica: «Freitas daria melhor Presidente da República do que primeiro-ministro.»

Perante os três candidatos de esquerda, ganhar à primeira volta, que tem lugar a 26 de janeiro, é apenas um sonho, mas do qual Freitas do Amaral não andará muito longe, ao recolher mais de 46% dos votos. Nesse dia, o escrutínio servirá sobretudo como uma espécie de eleições primárias da esquerda, ganhas por Mário Soares, o primeiro a passar a fasquia, com à volta de 25,5% (retendo Salgado Zenha quase 21% e Pintasilgo pouco mais de 7%). Será portanto o fundador do PS, seu aliado no II Governo Constitucional, com quem o democrata-cristão irá medir forças na segunda volta, a 16 de fevereiro.

O país fica polarizado em esquerda-direita, mas Freitas do Amaral não consegue impedir alguns trânsfugas na sua área, o mais notório dos quais será Francisco Balsemão, que, embora sem apelar diretamente ao voto em Soares, opta por lhe entregar o sufrágio em ambas as voltas. Helena Roseta será outro dos membros das hostes sociais-democratas que veem a campanha de Freitas do Amaral como demasiado conservadora e preferirão votar no socialista.

Quando se percebe que o pêndulo pode cair tanto para um lado como para o outro, tudo conta, e a campanha de Soares, no seu último tempo de antena televisivo, acusa Freitas de Amaral de manter salários em atraso no diário portuense *O Primeiro de Janeiro*, que lhe fora oferecido em fase de acelerada decadência e que ele transferira para uma empresa constituída por dirigentes centristas. Dirá que a história foi um abuso, um «golpe baixo», mas já não tem possibilidade de desmentir ou rebater. Em contrapartida, fica entusiasmado com o comício de encerramento da

sua campanha, na capital, que enche os Restauradores e a Avenida da Liberdade. Olhando, a partir do palco montado na praça, para a multidão que se espalha na direção da Rotunda, comenta para a mulher: «Se isto não dá 50% dos votos, não sei o que é preciso para os obter!»

Não deu: contados os votos do duelo final, Freitas do Amaral fica pelos 48,82%, recolhendo Mário Soares a outra parte – 51,18%. O criador do mais conservador dos partidos em que se ergueu o sistema constitucional pós-25 de Abril perdia por uma unha negra de 138 692 boletins (em quase seis milhões de votantes) para outro dos *pais fundadores* do regime. No maior desafio da sua vida (política e não só), esteve a um passo de atingir a glória mas tudo terminou em profunda desilusão.

DO TÁXI PARA PRESIDIR AO MUNDO

No difícil rescaldo, Cavaco Silva procura confortar Freitas do Amaral com a oferta do cargo de embaixador de Portugal em Washington, mas o professor rejeita, invocando os cuidados que ele e a mulher precisarão de dar a dois familiares com a saúde periclitante.

Já quanto às dívidas de campanha herdadas pelo candidato derrotado, o líder social-democrata mostra alheamento. Freitas do Amaral terá descoberto só depois das eleições um autêntico pesadelo: o movimento «Prá Frente Portugal!» acumulara uma dívida a fornecedores que, depois mandada listar por ele, atingia 460 mil contos – uma fortuna à época –, e os cofres estavam vazios.

Dirá que fez ponto de honra saldar as despesas até ao último tostão (embora havendo na campanha quem quisesse fugir a essa responsabilidade), nem que, em último recurso, tivesse de penhorar a casa da Quinta da Marinha. Como mantinha a atividade de jurisconsulto, propôs-se produzir, para algumas das empresas afetadas, pareceres jurídicos consoante necessitassem, que iriam amortizando a dívida, mas os muitos pequenos credores da lista não precisavam disso para nada.

Falou em separado com os líderes dos partidos apoiantes da candidatura, mas Adriano Moreira (que entretanto sucedera a Lucas Pires à frente do CDS) respondeu que os centristas só pagariam se o PSD fizesse o mesmo, e na devida proporção da representação parlamentar das duas formações (que era então de um parlamentar democrata-cristão para quatro sociais-democratas), enquanto Cavaco Silva alegou que, nada tendo sido acordado antes da ida às urnas, nada haveria a contribuir do lado laranja.

Freitas do Amaral decidiu-se então pela redação e o envio de uma carta, assinada por Proença de Carvalho, a cerca de centena e meia de «amigos» da campanha, dando conta do buraco financeiro e solicitando uma contribuição. Terá liquidado assim à volta de 260 mil contos. Dado que algumas empresas resolveram perdoar a dívida a título de doação para a candidatura, ainda permaneceram mais de 150 mil contos por saldar, que implicaram a remessa de nova carta, também assinada pelo diretor de campanha, a outros mil «amigos». Só deste modo, ao fim de mais de um ano, o professor conseguiu reduzir as contas a zero.

Após uma eleição falhada para a Presidência da República, não é fácil retomar a intervenção política, da qual Freitas do Amaral, na verdade, apanhara o gosto. Decide criar a Fundação Portugal Século XXI, de direito privado, alegadamente para o debate de ideias na área da política contemporânea. Mas há quem desconfie tratar-se de uma manobra para o lançamento de novo partido, apesar das garantias que ele dá em contrário, e os apoios acabam por secar, levando ao encerramento da fundação ao fim de menos de dois anos.

Ocorrem entretanto novas eleições legislativas, a 19 de julho de 1987, convocadas pelo Presidente Mário Soares depois de dissolver a AR, discordando de uma manobra concertada do PS (liderado por Vítor Constâncio), do PRD e do PCP para substituir o governo de Cavaco Silva por uma espécie de «geringonça» *avant la lettre* entre os três partidos. O PSD de Cavaco Silva não só ganha a parada como, desta vez, consegue maioria absoluta, não

carecendo, para governar, sequer do apoio do grupo parlamentar do CDS, reduzido a quatro deputados (quando, com a liderança original, chegara a ter 46) e ganhando a alcunha de «o partido do táxi», por na viatura caberem, como passageiros, todos os centristas eleitos.

É então que Freitas do Amaral, esquecendo os perigos de regressar ao sítio onde já se foi feliz, cede à tentação de voltar a liderar o CDS, instado por centristas históricos como Basílio Horta, Morais Leitão ou Nuno Abecassis (este quase a terminar uma década de presidência da Câmara Municipal de Lisboa), que o colocam perante a alternativa de aceitar ou testemunhar a extinção do partido.

É assim reeleito presidente do CDS em congresso realizado em janeiro de 1988, na sua terra natal de Póvoa de Varzim. Confessará mais tarde ter-se tratado de mais um erro, só explicável pela sua atitude altruísta. Encontrará o partido mais deslocado para a direita, já pouco ou nada tendo de democrata-cristão (muito menos de centrista), e com uma aguerrida oposição interna em que se destaca Manuel Monteiro, acolitado pelo diretor-adjunto (mais tarde diretor) do novo semanário *O Independente*, Paulo Portas – dois fervorosos nacionalistas e antieuropeístas.

Nas eleições legislativas de 6 de outubro de 1991, onde Cavaco Silva consegue reforçar a maioria absoluta social-democrata (em percentagem de votos, não em mandatos), o CDS, com 4,4% dos boletins, sobe apenas de quatro para cinco deputados – continua a ser o partido do táxi, mas em que Freitas do Amaral é o motorista. Na noite eleitoral, ele faz o que não podia deixar de ser feito: anuncia a demissão da presidência centrista (embora permaneça até, em março seguinte, ser eleito Manuel Monteiro para lhe suceder e acrescentar ao nome da formação a designação «Partido Popular», passando a sigla a CDS-PP). É um fim apagado para uma assinalável carreira de dirigente político.

No entanto, como parlamentar, ainda terá a oportunidade de, no fim de 1992, discursar na AR a favor do Tratado de Maas-

tricht, juntando-se ao voto do PSD e do PS favorável a esse passo no aprofundamento da integração europeia, mas contra a diretiva da liderança centrista (que neste particular alinha com os comunistas na condenação do acordo), pelo que se desvincula do partido e passa a deputado independente.

Cavaco Silva voltará a desafiá-lo para funções no continente norte-americano, propondo-lhe em 1995, por sugestão do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Durão Barroso, a candidatura à presidência (anual) da 50.^a Assembleia Geral da ONU. É um cargo prestigiante, que encaixa como uma luva num internacionalista desde sempre, em vida adulta, seguidor do primado da lei e da ordem, pelo que Freitas do Amaral aceita o repto. Com o apoio da diplomacia portuguesa (e a garantia de que, na divisão de funções no areópago mundial, o lugar está nesse ano destinado a um europeu), ganha a eleição (contra o seu principal rival, um embaixador finlandês) por dois terços dos votos.

A partir do início da Assembleia Geral, em setembro desse ano, o fundador do CDS (na companhia da mulher) viverá cerca de um ano em Nova Iorque, calhando coincidir o seu mandato com as celebrações do meio século das Nações Unidas. Do presidente norte-americano, Bill Clinton, ao presidente russo, Boris Ieltsin, de Yasser Arafat ao primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin (a duas semanas de ser assassinado), do presidente francês, Jacques Chirac, ao primeiro-ministro britânico, Tony Blair, do secretário-geral do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, ao presidente da República Checa, Václav Havel, do secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, ao papa João Paulo II, Freitas do Amaral conviverá nesse período, no Palácio de Vidro, com os grandes do mundo. Aí, sonhou ingenuamente com uma reforma da ONU, que as potências com assento permanente no Conselho de Segurança e direito de veto nunca iriam permitir.

O que porém deixa marca mais profunda na passagem do professor pelos EUA é a alteração da sua perspetiva ideológica, resultante da observação *in loco* da vida política norte-americana.

A escritora Natália Correia, depois de, na transição para os anos 1950, ter cumprido uma longa visita pelos Estados Unidos, escreveu um livro intitulado *Descobri que Era Europeia*. Freitas do Amaral, após a sua estada em território ianque, quase podia escrever outro a que chamaria *Descobri que Era Social-Democrata*.

Pelo menos, conclui que, ao contrário do que sempre assumira nas décadas anteriores, o partido político norte-americano com o qual se identifica não é o Republicano (então a iniciar uma deriva para a direita, com a eleição no Congresso de Newt Gingrich como *speaker* – presidente – da Câmara dos Representantes), mas, antes, o Democrata. Escreveria mais tarde nas memórias, num capítulo significativamente intitulado «Terei eu feito uma viragem à esquerda por causa da ONU?»: «Não foi apenas nem sobretudo a ONU [inspirada pelo ideal kantiano da «paz universal pelo Direito»] que me aproximou do centro-esquerda. Foi, sim, a política ultradireitista do Partido Republicano dos EUA.» Pode não ter desembocado propriamente na social-democracia, mas, mantendo as referências sociais cristãs que sempre o acompanharam, o ex-líder centrista acaba por se situar não muito longe do católico e socialista António Guterres, primeiro-ministro português a partir de finais de 1995.

Uma mudança de quadrante deste quilate implica um período de nojo, e a verdade é que, nos anos seguintes, Freitas do Amaral deixa de intervir ativamente no espaço público. Ainda em 1995, no seguimento da morte de Minhana, assume por sete anos a presidência da Fundação (de direito privado) José de Almeida Eusébio, que antes a ajudara a criar para gerir a Escola Ave-Maria.

Queixando-se, como professor catedrático, de que a FDL se deixara anquilosar e resistia a reformas, muda-se de armas de bagagens, em 1996, para uma Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em fase de criação, de que é o principal animador como presidente da sua comissão instaladora até 2000 (sendo a seguir, e até 2004, o diretor da escola e presidente do seu Conselho Científico, em acumulação dita temporária). Um dos

seus triunfos na nova faculdade consistirá em convencer a associação de estudantes a extinguir as praxes académicas – atitude que muito dificilmente se veria num conservador.

Dedica-se também à história do retângulo lusitano, escrevendo biografias de D. Afonso Henriques em 2000 (com uma venda de 70 mil exemplares), por certo estimulado pelas suas raízes vi-maranenses, e de D. Afonso III 15 anos mais tarde, além de – surpreendentemente – duas peças de teatro: *O Magnífico Reitor*, em 2001, inspirada na crise académica que viveu em 1962 e encenada no Teatro da Trindade, em Lisboa, e *Viriato*, no ano seguinte, levada à cena na mesma sala. Dirá ter posto na gaveta outra peça, *Intervenção em África*, sobre a guerra colonial, por querer evitar «especulações desagradáveis», e elaborado o guião de uma quarta, *A Central Nuclear*, passada num futuro próximo, desconhecendo-se se chega a finalizá-la.

«À MINHA MANEIRA»

Surgem, já na transição para o século XXI, novos convites para Freitas do Amaral regressar à política. Primeiro da parte do CDS-PP, onde Paulo Portas sucedera a Manuel Monteiro, e logo a seguir do PSD, de que é presidente Durão Barroso, ambos (parecendo ignorar que o professor percorrera nos EUA a sua estrada de Damasco) no sentido de se apresentar de novo como candidato às presidenciais, a terem lugar em 2001.

Mas são convites envenenados, como o ex-líder centrista não deixará logo de notar. Prevendo-se que o Presidente da República em exercício, Jorge Sampaio (o antigo dirigente da crise estudantil de 1962 e posterior secretário-geral do PS e presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que em Belém sucedera a Mário Soares em 1996, derrotando Cavaco Silva), se recandidate a segundo mandato, com vitória praticamente garantida (como acontecerá), tratar-se-ia de uma campanha só para preencher calendário, sem a mínima hipótese à partida. Freitas do Amaral diz a Durão Barroso que aceita na condição de o líder social-democrata assinar um compromisso para o voltar a apoiar em 2006, onde as presidenciais não terão vencedor pré-anunciado, mas o líder social-democrata rejeita a proposta, de olho na recandida-

tura, nesse ano, de Cavaco Silva, em que a direita aposta todas as fichas.

Na verdade, Freitas do Amaral – que, dirá, «tinha saudades da política, mas não tinha partido» – estava já muito longe dessa direita, a ponto de, em 2002 e 2003, ter assumido uma veemente posição pública contra a invasão do Iraque de Saddam Hussein perpetrada por uma coligação formada entre os EUA de George W. Bush e a Grã-Bretanha de Tony Blair, que contava também com o apoio do governo português, então entregue a uma aliança PSD-CDS, com Durão Barroso como primeiro-ministro e Paulo Portas como titular da Defesa.

Nesse sentido, alinha ao lado de Mário Soares (e ainda de figuras como Maria de Lourdes Pintasilgo, Helena Roseta, António Almeida Santos ou os escritores Manuel Alegre, do PS, e José Saramago, do PCP e vencedor do Nobel da Literatura em 1998) ao subscrever, em janeiro e maio de 2003, manifestos contra a agressão ao Iraque, pelo respeito da Carta das Nações Unidas e pela defesa de uma «cultura de paz» e depois contra a ocupação do país pelas tropas anglo-americanas. No início de março, está também ao lado do seu antigo rival da corrida presidencial (com quem entretanto estabelecera estreitos laços de amizade) ao discursar num comício realizado na Aula Magna da Universidade de Lisboa, numa atmosfera marcadamente de esquerda, para denunciar a guerra desencadeada por Washington e Londres no Médio Oriente sem aprovação do Conselho de Segurança da ONU e usando como pretexto falsas provas da posse de armas de destruição maciça por Saddam Hussein.

A quem afirmou que os homens se tornam mais conservadores com a idade, Freitas do Amaral estava a demonstrar precisamente o contrário, como viria a confirmar ao pronunciar-se contra o desvio «neoliberal» da coligação PSD-CDS, «que já nada tinha a ver com a Aliança Democrática», e ao apoiar a campanha de um novo líder do PS, José Sócrates, para as legislativas de 2005. Terá sido um contributo significativo para a primeira

maioria absoluta que os socialistas conquistam (com mais de 45% dos votos e 121 mandatos), recompensado por Sócrates com a oferta ao fundador do CDS do lugar de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Aceita assim fazer parte do executivo socialista, embora na qualidade de independente, e, percebendo que o Partido Popular Europeu (PPE, reunindo a família dos partidos conservadores e democratas-cristãos com representação no Parlamento Europeu) se prepara, por esse motivo, para o expulsar, antecipa-se e sai antes, sem remorsos ou lamúrias.

Desta vez, é Sócrates que o namora para, com o apoio do PS, ser candidato às presidenciais de 2006. Dirá Freitas do Amaral que a sondagem foi-lhe transmitida por intermediário e que, sem perceber a origem, rejeitou-a liminarmente, desta vez, com algum arrependimento. Só percebeu a manobra quando, pouco depois, a intenção transpirou para a imprensa, mas Mário Soares foi rápido a captar os sinais e apresentou-se logo a José Sócrates, prontificando-se para ser o candidato oficial do PS. Logo a seguir, a Comissão Nacional dos socialistas subscreve o apoio à recandidatura a Belém do seu primeiro líder, e o ex-centrista fica automaticamente fora da corrida, escapando-lhe a última oportunidade que o poderia levar à Presidência da República. De pouco consolo lhe vale o telefonema justificativo de Sócrates, explicando-lhe que era ele o seu candidato favorito mas que não poderia dizer «não» ao fundador do partido.

Numas presidenciais ganhas à primeira volta por Cavaco Silva, com menos de 51% dos votos, Soares ficaria num humilhante terceiro lugar, atrás de outro candidato socialista, Manuel Alegre, que avançou zangado por não ter recebido o respaldo do partido. Mas seria interessante imaginar como é que uma eventual segunda volta entre Freitas do Amaral e Cavaco Silva poderia ter mudado a história de Portugal.

Como ocupante (pela segunda vez) do Palácio das Necessidades, o professor aplica algumas lições de desalinamento que

aprendeu na década mais recente. Faz-se notar essa heterodoxia em particular na então já delicada questão da aproximação da Ucrânia – tornada independente com o fim da União Soviética em 1991 – ao bloco ocidental. Em Nova Iorque, numa reunião informal de ministros dos Negócios Estrangeiros dos países-membros da NATO, coincidindo com o início da Assembleia Geral da ONU, em outubro de 2005, a secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, procurou persuadir os restantes participantes a pronunciarem-se a favor da integração de Kiev na Aliança Atlântica. Freitas do Amaral terá sido o único a reagir desfavoravelmente, reconhecendo direitos especiais de superpotência à Federação Russa de Vladimir Putin sobre a antiga república soviética. «A Rússia nunca recuará na sua pretensão de continuar a exercer hegemonia sobre a Ucrânia», afirma aos colegas. «Queremos a Rússia como parceiro ou preferimos tê-la de novo como inimigo?»

Relatará depois que, em resultado dessa intervenção, que terá quebrado a unanimidade, a reunião terminou sem conclusões. Pela mesma lógica – que levará gente ligada ao PCP, como o seu antigo colega do CE Miguel Judas, a fazer-lhe rasgados elogios (ao classificá-lo como «uma pessoa honesta», que «pode, perante realidades que antes não conhecia, rever as suas apreciações políticas e a avaliação dos “amigos” e enfrentar, com coragem, poderes hostis e desumanos, por muito poderosos que pareçam ser») –, achava ainda não valer a pena promover a integração ucraniana na União Europeia, pela simples razão de que o Kremlin também nunca a aceitaria.

Não dura muito a experiência: Freitas do Amaral demite-se do governo em julho de 2006, ao fim de apenas 15 meses no lugar, apesar dos inúteis esforços que ele dirá ter feito Sócrates para o manter. Alega estritos «motivos imperiosos de saúde que requerem uma intervenção cirúrgica» (operação iminente a uma lesão na coluna cervical, que o impediria de fazer viagens aéreas nos meses de recuperação), sem nunca apresentar qualquer outra

razão (sendo certo que o sucessor, o socialista Luís Amado, retomará o alinhamento com Washington).

É a sua despedida, aos 65 anos, da vida de homem público. No ano seguinte, aposenta-se da carreira de professor universitário, mas a Faculdade de Direito da Nova convida-o para continuar a dar aulas, a título gratuito por exigência legal.

Invocando o princípio da presunção da inocência, nunca se pronunciará publicamente sobre o posterior envolvimento de José Sócrates na «Operação Marquês», em que o ex-primeiro-ministro é judicialmente acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Mas continuará a defender a atuação do líder socialista até quase ao fim da legislatura de maioria absoluta, reservando as críticas para 2009 e o seu segundo executivo (minoritário, de apenas dois anos) e esclarecendo já não ter votado PS em 2011 (em eleições antecipadas que originaram nova coligação governativa entre o PSD, de Pedro Passos Coelho, e o CDS-PP, ainda liderado por Paulo Portas).

Continuará a dar aulas gratuitas de Direito Público ao longo de 11 anos, até ao verão de 2018, quando novo problema de saúde, de origem cancerígena, põe fim forçado à sua carreira de mais de meio século de docente universitário. Em junho do ano seguinte, no lançamento do terceiro volume das «memórias políticas» que foi escrevendo ao longo de duas décadas e meia, exhibe no rosto, de forma indelével, os sinais do mal que se apodera do seu corpo. Termina a curta intervenção lendo em inglês, para espanto da numerosa assistência, algumas estrofes da canção *My Way*, celebrizada por Frank Sinatra: «*I've lived a life that's full/ I've traveled each and every highway/ And more, much more than this/ I did it my way*» («Vivi uma vida cheia/ Viajei por todas as vias rápidas/ E, muito mais do que isso/ Fi-lo à minha maneira»).

A finalização desse livro parecia ser a missão que ainda o mantinha agarrado à vida. Morre pouco mais de três meses depois, a 3 de outubro, em Cascais, onde se desenrola o funeral em dia de luto nacional decretado pelo governo.

Confessara cinco anos antes a uma antiga colaboradora do CDS, a propósito da forma como o seu adversário de 1986 se proclamara, no rescaldo da vitória, «Presidente de todos os portugueses»: «Ainda bem que foi o Mário Soares a ganhar as eleições. Eu não teria conseguido unir o país.»

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

AMARAL, Diogo Freitas do, *A Transição para a Democracia – Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, C. de Leitores, 2008.

AMARAL, Diogo Freitas do, *Mais 35 Anos de Democracia – um percurso singular: Memórias Políticas III (1982-2017)*, Lisboa, Bertrand Editora, 2019.

Assembleia Nacional, Diário das Sessões nº 144, IX Legislatura, 6 de março de 1968.

AVILLEZ, Maria João (com Mário Soares), *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

AVILLEZ, Maria João (com Mário Soares), *Soares – Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

AVILLEZ, Maria João (com Mário Soares), *Soares – O Presidente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.

BALSEMÃO, Francisco Pinto, *Memórias*, Lisboa, Porto Editora, 2021.

GOMES, Adelino/CASTANHEIRA, José Pedro, *Os Dias Loucos do PREC*, Lisboa, *Expresso/Público*, 2006.

JUDAS, Miguel, «A dignidade e a falta dela», *Nascer do Sol*, 28 de julho de 2009.

MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução – Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI* (vol. II – 1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, 2004.

MORAIS, João/VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

OSÓRIO, Luís, *25 Portugueses*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999.

PINHEIRO, Miguel, *Sá Carneiro – Biografia* (3.ª edição), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

RIBEIRO, Nuno, «Freitas do Amaral fundou um partido e morreu politicamente só», *Público*, 4 de outubro de 2019.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano. Confidências no Exílio* (5ª edição), Lisboa, Verbo, 1985.

SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

SOUSA, Paulo Silveira e/RAMALHO, António J. /GAMEIRO, Octávio, *Cronologias do Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016.

VIEIRA, Joaquim, *Freitas do Amaral – O Professor Virtuoso / Mário Soares – O Animal Político*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1986.

VIEIRA, Joaquim, *Francisco Pinto Balsemão – O patrão dos media que foi primeiro-ministro*, Lisboa, Planeta, 2014.

VIEIRA, Joaquim, *O que Fizemos da Nossa Liberdade – 50 anos de democracia em Portugal*, Lisboa, Objectiva, 2024.

VIEIRA, Joaquim, *Mário Soares – Uma Vida*, Alfragide, D. Quixote, 2024.

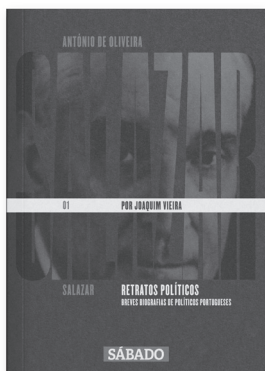
E ainda:

Diário de Notícias

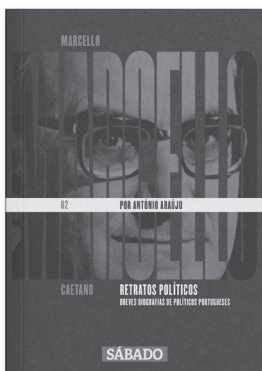
Público

Wikipedia

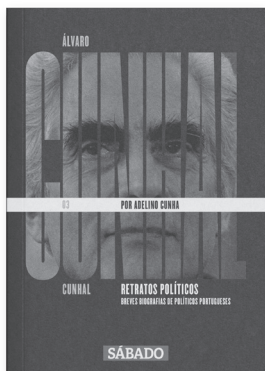
Joaquim Vieira (n. 1951), jornalista, ensaísta e documentarista, esteve na direção do *Expresso*, RTP e *Grande Reportagem* e foi provedor do leitor do *Público*. Assinou a obra, em 10 volumes, *Portugal Século XX – Crónica em Imagens* e dirigiu uma coleção de 18 fotobiografias, redigindo as de *Salazar*, *Marcello Caetano*, *Almada Negreiros* e *Benoliel*. Entre outros títulos, escreveu *A Governanta – D. Maria, companheira de Salazar*; *Mário Soares – Uma Vida*; *Álvaro Cunhal – O Homem e o Mito*; *Mocidade Portuguesa – Homens para um Estado Novo*; *Francisco Pinto Balsemão – O Patrão dos Media que foi Primeiro-ministro*; *José Saramago – Rota de Vida*; *História Libidínosa de Portugal*; *António de Oliveira Salazar – A Ditadura de Cátedra*; e *O que Fizemos da Nossa Liberdade – 50 anos de democracia em Portugal*. Foi coautor de *Os Meus 35 anos com Salazar*; *Mataram o Rei! – O Regicídio na Imprensa Internacional*; *República em Portugal! – O 5 de Outubro Visto pela Imprensa Internacional*; *Nas Bocas do Mundo – O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*; *150 Perguntas & Respostas Essenciais sobre a História de Portugal*; e *Caso Sócrates – O Julgamento do Regime*. Os seus mais recentes documentários foram *Insubmissa*, sobre Natália Correia, e *Música de Graça*, sobre Fernando Lopes-Graça.



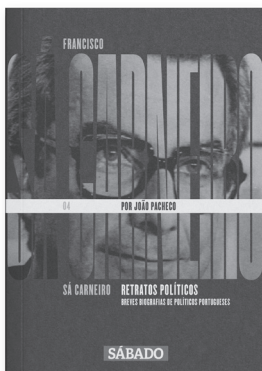
ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR



MARCELLO CAETANO



ÁLVARO CUNHAL



FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Se pretender adquirir a primeira coleção
ou alguns dos seus volumes, envie o seu pedido
para pedidos@colecoesanteriores.pt
ou ligue para **218 367 007**.



RETRATOS POLÍTICOS
BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

Use o QR-Code para comprar online.

A luta por chegar ao Palácio de Belém, em 1986, transformou-se no maior desígnio político de Diogo Freitas do Amaral. O criador do mais conservador dos partidos (CDS) em que se ergueu o sistema constitucional pós-25 de Abril perdia por uma unha negra de 138692 boletins (em quase seis milhões de votantes) para o socialista Mário Soares, outro dos *pais fundadores* do regime. No grande desafio da sua vida (política e não só), esteve a um passo de atingir a glória mas tudo terminou em profunda desilusão. Continuou a navegar, passou mesmo por uma alta instância internacional, embora dando a impressão de andar um pouco à deriva. Quis dar-se bem com todos e acabou respeitado mas ao mesmo tempo só, sem garantir nenhuma fidelidade. Deixou porém, na política portuguesa, um traço mais profundo do que o seu mestre, Marcello Caetano, antevira.

Joaquim Vieira

**«HOUE UMA PRIMEIRA FASE EM QUE, COM O PAÍS
DEMASIADO VIRADO À ESQUERDA, ACENTUEI
SOBRETUDO VALORES DE DIREITA. E UMA SEGUNDA
FASE EM QUE, JULGANDO EU QUE O PAÍS ESTAVA
DEMASIADO À DIREITA, ACENTUEI SOBRETUDO
VALORES DE ESQUERDA.»**

